

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O Sentido da Preservação do Patrimônio
Natural e Construído**

DIRCEU ROTHER JUNIOR

Piracicaba São Paulo

2016

O Sentido da Preservação do Patrimônio Natural e Construído

DIRCEU ROTHER JUNIOR

ORIENTADOR: PROF. DR. Cesar Romero Amaral Vieira

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da UNIMEP
como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em
Educação**

**PIRACICABA SÃO PAULO
(2016)**

BANCA EXAMINADORA

PROF^o. DR^o. Cesar Romero Amaral Vieira – Orientador - UNIMEP

Prof^a. Dr^a. Marisa Varanda Teixeira Carpintero - UNICAMP

Prof^o. Dr^o. Thiago Borges de Araujo - UNIMEP

AGRADECIMENTOS

A MINHA FAMÍLIA

Onde nasci, cresci, aprendi e fui educado para a vida

Lúcia de Lourdes Stella Rother – minha mãe (memória)

Dirceu Rother – meu pai

Mirian Stella Rother e Angela Marta Stella Rother R. Piedade – minhas irmãs

Cecília Stella – minha tia

Angelino Stella – meu tio avô (memória)

Maria Luiza de Oliveira Guimaro – mulher e companheira

Da FEAU UNIMEP

Ivan Moretti – amigo e fotógrafo

Do PPGE da UNIMEP

A todos professores alunos funcionários

Com referência para

O meu orientador profº. Drº. Cesar Romero Amaral Vieira

BANCA EXAMINADORA

profº. Drº. Cesar Romero Amaral Vieira

Profª. Drª. Marisa Varanda Teixeira Carpintero

Profº. Drº. Thiago Borges de Araujo

RESUMO

O Patrimônio Natural e Construído que permaneceu no seu território, diante de toda nova cidade, a todo tempo e momento exigindo espaços para receber e dar respostas às necessidades de produção, sistemas e modos, tecnologia e processos de transformações da matéria em valores de uso e de troca, nos faz sentir impotentes diante da velocidade e mudanças impostas no cotidiano da vida urbana. O ser humano levado na condição do fazer e sobreviver materialmente neste cenário de respostas produtivas, necessita de uma alma para não se deixar materializar-se. A memória e história tornam-se fundamentais para o olhar e refletir sobre o passado, proporcionando reflexões daquilo que estamos construindo hoje, respeitando os fazeres como forma crítica e experiência realizada pelos homens no seu tempo vivido. Como pensar o passado olhando para o Sítio Histórico de Piracicaba, na sua presença maior o Engenho Central. A modernização da produção do açúcar e a presença da indústria na cidade, do qual necessita de trabalhadores e a exploração do recurso natural: Água respondendo e justificando o lugar. A intenção descrita através de uma narrativa e alguns conceitos sobre preservação de bens naturais e materiais, apresentando imagens que possam contribuir para a informação e significado da sua permanência e existência como fragmentos e residuais urbanos documentais.

Palavras Chave: Patrimônio; Memória; História

ABSTRACT

The natural and built patrimony, which remained in its territory ahead the entire city, which demanded spaces to receive and provide quick answers to the production needs, technology and transformation of material into values of use and exchange, make us unable in front of the speed and changes imposed in the daily routine of urban life. The human being carried on condition of “doing and survive” in this scenario of productive answers need someone to avoid materialization. The memory and history become necessary and reflecting about the past brings reflection on what we have been building now, respecting the tasks over critical look and experiences performed by men during their life. How to think in the past looking at the Historical Site of Piracicaba, especially in the sugar mill. The modernization of sugar cane production and its factories around the city which need workers and the exploitation of the natural resource: the Water. This work is a narrative and it brings some concepts regarding preservation of natural and material resources. Also, it shows images that may contribute to the information and the meaning of its permanence and existence like fragments and documentary urban waste.

Key Words: Patrimony; Memory; History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PRIMEIRO CAPÍTULO.....	21
A Preservação do Patrimônio Natural e Construído como Observação, Reflexão e Sentido da sua Permanência: História e Memória	
I.1. Memória e História.....	24
I.2. Intervenções urbanas e suas relações com a memória e história.....	37
SEGUNDO CAPÍTULO.....	42
O Sítio Histórico de Piracicaba e o Engenho Central como Objeto de Leitura e Análise	
II.1. Piracicaba Antes de sua Fundação.....	42
II.2. Piracicaba Pós Fundação Oficial.....	44
II.3. Piracicaba Vila Nova da Constituição.....	45
II.4. Piracicaba a caminho do século XX.....	48
II.5. Piracicaba século XX.....	48
II.6. A indústria do açúcar na cidade e o rio.....	50
II.7. O Engenho Central de Piracicaba.....	51
TERCEIRO CAPÍTULO.....	61
As Ações Preservacionistas e suas Apropriações	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
ANEXOS.....	124

RELAÇÃO DE IMAGENS / FIGURA

01-localização rios Tiete e Piracicaba.....	13
02-Fabrica “Vazios”.....	36
03-Fabrica “Vazios.....	37
04-Maquete Fundação de Piracicaba 1767.....	43
05-Maquete Piracicaba 1822 (Margem Direita do Rio).....	46
06-Primeiros Edifícios Engenho Central (início século XX).....	53
07- Máquinas em operação (início século XX).....	54
08-Operários e Máquinas.....	54
09-Diário Oficial da União.....	55
10-Transporte da cana de açúcar (máquina a vapor).....	56
11-Saca de Açúcar.....	58
12-Operários.....	59
13-Paisagem Rua do Porto (próxima casa do Povoador).....	74
14-Avenida Beira-Rio (obras).....	75
15-Rua do Porto (finais anos 1970).....	76
16-Rua do Porto (finais anos 1970).....	76
17-Casa do Povoador (pintura a óleo).....	78
18-Casa do Povoador 1987.....	79
19-Casa do Povoador 1987 (em obras).....	79
20-Perímetro do Decreto 1552/77.....	81
21-Parque da Rua do Porto 1982.....	82
22-Parque da Rua do Porto 1988.....	83

23-Vista Geral Parque da Rua do Porto (prefeitura).....	84
24-Área proposta tombamento Engenho Central.....	86
25-Jornal de Piracicaba 10/08/1989.....	86
26-Áreas e Edifícios a serem Tombados – Engenho Central.....	87
27-Decreto Tombamento.....	88
28-Jornal de Piracicaba 30/09/1989.....	89
29-Jornal de Piracicaba 11/11/1989.....	90
30-Jornal de Piracicaba 01/05/1990.....	92
31-Jornal de Piracicaba 06/05/1990.....	93
32-Jornal de Piracicaba 11/11/1990.....	94
33-Uso Histórico Edifícios Engenho Central.....	96
34-Edifício Administração.....	97
35-Uso Atual Secretaria Ação Cultural	98
36-Passarela Pênsil Vista do Salto de Piracicaba.....	99
37-Passarela Pênsil vista sobre ela.....	99
38-Plano de Ação Estruturador.....	103
39-Plano de Ação Setorial.....	104
40-Projeto Beira-Rio.....	104
41-Rua do Porto e Avenida Alidor Pecorari.....	106
42-Avenida Beira-Rio.....	106
43-Projeto Beira-Rio.....	107
44-Projeto Beira-Rio.....	107
45-Armazém Salão Internacional de Humor.....	108
46-Armazém Recepção e Administração do Engenho Central.....	109
47-Armazém Recepção Interior.....	109

48-Proposta Praça e Teatro.....	110
49-Avenida Beira-Rio.....	111
50-Largo dos Pescadores - Irmandade do Divino.....	111
51-Edifício Destilaria - Teatro Erotides de Campos.....	113
52-Interior do Teatro Erotides de Campos.....	114
53-Hall do Teatro.....	114
54-Passarela Estaiada.....	115
55-Pátio de Operações de Trens – Sem Eventos.....	118
56-Pátio de Operações de Trens – Com Eventos.....	118

Quadro de Siglas

CEMUPLAN	Centro Municipal de Planejamento
CODEPAC	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
IPPLAP	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba
SEMAC	Secretaria Municipal de Ação Cultural

INTRODUÇÃO

A oportunidade da participação no curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Metodista de Piracicaba, propiciou a retomada e repensar de um tema ora interrompido, e também refletir como “Dissertação de Mestrado”, a inserção de novos conceitos em áreas de concentração, que até o momento, não faziam presentes para a pretendida abordagem e proposição.

Os conceitos discutidos e a bibliografia tratada nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação contribuíram na visão das relações Patrimônio Natural e Construído como elementos de observação e apropriação para a formação e contribuição na educação patrimonial. O tema retomado proposto e os objetos a serem analisados no Sítio Histórico de Piracicaba, na leitura de um território, pauta-se na sua permanência e existência no cenário urbano e arquitetural.

A Indústria do Açúcar na Cidade, como referência e eixo de discussão, o edifício da fábrica na cidade e sua privilegiada implantação as margens do rio, terá como intenção fazer uma leitura da sua presença no urbano, as relações e possíveis influências no desenvolvimento e desenho da cidade.

A cidade de Piracicaba tem como principal elemento de origem e formação, o rio de mesmo nome, onde tentaremos relacionar fatos e acontecimentos que marcaram etapas da sua construção, como também analisaremos aspectos que puderam durante o percurso na história, contribuir para manter ou transformar espaços, confirmar tendências e afirmações de existência física.

Os mecanismos e instrumentos legais, as instituições e os agentes desse processo de construção do urbano e sua arquitetura, as ações espontâneas no fazer cidade e seus reflexos, elementos externos que influenciaram o município, o cenário possível de identificar valores e a relação com a Educação e Formação de um “Olhar para a História e Memória”, farão parte dos objetos e objetivos do trabalho.

A motivação pelo tema que reúne um processo de produção o qual revoluciona a indústria do açúcar no Brasil, o suporte físico, sua implantação nas cidades e a proximidade junto aos recursos hídricos, está relacionado entre outras vocações pretendidas no trabalho, na observação e possibilidade de análise das construções do olhar nas diversas camadas do tempo, em um sítio histórico que permanece no local geograficamente destacado na evolução e desenvolvimento urbano da cidade Piracicaba.

Os espaços gerados pelo poder público e o privado, as ações e iniciativas desta dualidade, que geram em momentos específicos fatos e elementos de permanência ou exclusão, será o caminho a observar e refletir, e aonde iremos sempre referenciar o principal agente deste fazer, usar e contemplar a cidade, que é o Homem.

A natureza, o natural e o construído, a cidade como o teatro deste maior encontro de cenas e cenários, de espetáculos e espectadores, de arte e de artistas, do cotidiano e do ocasional, do real e do imaginário, do sonhar ao possível fazer, do concreto e do estabelecido, das utopias e mudanças, são pensamentos que poderão contextualizar e possibilitar visão do objetivo como figura aberta de linguagem, na tentativa de trabalhar conceitos não precipitados.

As dimensões pretendidas no desenvolver do tema, poderemos em um primeiro pensar, nas dimensões culturais, entendida como linguagem formal de um povo, e as dimensões estéticas compreendidas como a linguagem expressiva de uma mensagem.

O desenvolvimento do tema conforme estamos referenciando como objeto focal dos possíveis questionamentos e direcionamento da pesquisa, o Engenho Central e respectivo Sítio Histórico de Piracicaba, implicará na vontade de aproximar o Patrimônio Natural e Construído como objeto de observação para a *Educação* e conhecimento: História e Memória.

Este desafio faz parte do processo acelerado de transformação das cidades brasileiras, onde o sentido e o espírito da modernidade, a necessidade em dar respostas aos fatos novos, nos parece, um comportamento quase natural e aceito no destruir e construir da engenharia e arquitetura, do mercado imobiliário, não respeitando na maioria das ações: O passado.

O lugar como identidade e elemento que possa provocar elos entre fatos construídos e edificados, imaginados ou simplesmente projetados, intencionados pelos seus agentes no tempo e espaço, onde uma cidade se ergue na vontade despreocupada de continuidade, sendo esta situação quase uma lógica do fazer, deverá ser comprovada ou levantada como indagação.

Os aspectos relativos especificamente sobre o “Patrimônio Cultural”, na figura expressiva do Engenho Central, farão parte de justificativa e compreensão da sua forte permanência no urbano.

A arquitetura industrial sendo referenciada em seu processo no país, onde o uso do “Ferro” como sistema construtivo neste momento da transição do regime imperial para a primeira república no Brasil, empregados em escalas significativas juntamente com a implantação das ferrovias, que transformaram territórios e cidades.

Piracicaba já era um índice geográfico, muito antes, muito aquém de sua instalação, não resta a menor dúvida. Há comprovação regular neste sentido, acionando a fantasia geradora. Primeiro foram os índios - os Paiaguá, possivelmente donos da terra, senhores absolutos da situação local.

Caçadores, aventureiros, penetrantes, seguindo a força atrativa da água, descobriram o sítio, com argúcia congênita, “onde o peixe para”, ou onde peixe não consegue vencer a barreira do Salto, quando a função biológica o impulsiona. Lugar propício para a pesca fácil, abundante e corriqueira.¹

A margem direita do rio, localização hoje do Engenho Central, é o que a história vem nos comprovando até o momento, lugar da povoação primeira. Evidente que não está se descartando núcleos pequenos em seu entorno, como assentamentos humanos na outra margem.

As famosas descobertas das “Minas de Ouro de Cuiabá” no século XVIII, são de forte influência e determinação na ocupação do território. São Paulo era a sede da Capitânia. Os nomes e nomeações Itú, Piracicaba, Ararituaba-Tietê (rio), são as localidades geográficas do plano primitivo dos seculares picadões (caminhos) que se abriam para alcançar as intencionadas minas.

¹ GUERRINI, Leandro, *Piracicaba Noiva da Colina*, Editora Aloisi, Piracicaba, 1975

A data oficial da fundação da cidade de Piracicaba é 1º de agosto de 1767, momento histórico que iremos fazer algumas referências.

O rio Tietê, o maior percurso de água conhecido na época, sabia-se que próximo a sua nascente (Araritaguaba), estava outro rio caudaloso e seu afluente e navegável: o Piracicaba.



(figura 01) Localização rios Tiete e Piracicaba

FONTE IBGE

Em 1724, D. Rodrigo de César Menezes, comunica à Coroa Portuguesa que o caminho das minas de Cuiabá, estava feito com pleno êxito. No ano de 1726, o ituano Felipe Cardoso, obtém data de sesmaria que se localizava nos sertões de Piracicaba, e pôr estarem vagas estas terras ditas Porto do Piracicaba, lhe foi concedida. Hoje a Rua do Porto.

O rei D. José de Portugal em janeiro de 1765, restaura a Capitânia de São Paulo, que nomeia o Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza

Botelho que após receber carta régia tem o compromisso de criar vilas e freguesias nos lugares que julgasse procedente.

Em 24 de junho de 1766, delega a Antonio Correa Barbosa ser o diretor de um povoado, a paragem chamada Piracicaba. Ele com o título de povoador, e parece-nos conhecer muito o lugar e ser um bom construtor de canoas.²

Antonio Correa Barbosa em 1º de agosto de 1767, aportava oficialmente com uma certa desobediência, a margem direita do rio, um pouco mais abaixo do salto conforme tinha ordenado o Morgado de Mateus.

O administrador chegara com família, administrados, vadios e vagabundos, e umas quatro ou cinco canoas com suprimentos, neste fato ele explica que o destino principal da povoação, seria o de servir como entreposto, destinado à sustentação da colônia de Iguatemi, nas fronteiras do Paraguai: “Era a Fundação oficial de Piracicaba”.³

Como texto introdutório, em relação ao sítio histórico da cidade de Piracicaba, prosseguiremos a cronologia de sua evolução no urbano no primeiro capítulo, considerando as sequência de fatos nesta consolidação e permanência das atividades econômicas, sociais e políticas. A década de 1870 como início da era “Industrial” em Piracicaba.

A inauguração de uma fábrica de descaroçados de algodão, e o rio Piracicaba passa a ser explorado pôr um “Vaporzinho”, assim que o chamavam a primeira embarcação utilizando este sistema de energia, introduzindo a navegação pluvial regular.

Nesta intenção e continuidade da introdução, as primeiras referências ao objeto de pesquisa, a figura da discussão e análise mais focada, iremos apresentar o espaço, origens e primórdios da fundação do “Engenho Central de Piracicaba”.

A expressão Engenho Central, na linguagem da Legislação Imperial, está ligada aos princípios da separação entre atividades agrícolas das industriais. O processo visa a concentração para o econômico e aperfeiçoado fabrico e produção do açúcar de um certo número de fazendas contribuídoas.

² GUERRINI, Leandro, *Piracicaba Noiva da Colina*, Editora Aloisi, Piracicaba, 19

³ VITTI, Guilherme, *Piracicaba a partir da fundação oficial*. Piracicaba Noiva da Colina Piracicaba, Editora Aloisi, 1975.

Essa separação, transformada em ato político e administrativo já era evidente na prática em alguns países açucareiros. A “Fábrica” era desde o início do século XIX mais dinâmica que a lavoura, como é citado na obra de Miguel Calmon. A tecnologia agrícola se desenvolveu pôr solicitação da fábrica, que aumenta sua capacidade de extração e sua produtividade.

Outro fator de relevância, é que nas concessões para companhias, umas das cláusulas do contrato era a proibição do trabalho escravo, agindo no sentido de forçar a favorecer a imigração, caso verificasse dificuldades na utilização do trabalhador livre no Brasil . (GAMA, 1983. p. 22)

O Engenho Central de Piracicaba foi fundado pelo Dr. Estevão de Souza Rezende - Barão de Rezende , que lidera um grupo de empresários locais e cede para a formação da companhia, parte de sua fazenda denominada São Pedro, localizada à margem direita do rio Piracicaba, logo abaixo do famoso acidente geográfico “Salto do Piracicaba”, local de sua implantação e atual centro geográfico da cidade.

A 18 de novembro de 1881, chega da França a primeira remessa de maquinaria, tendo como responsáveis da montagem os engenheiros André Paturau e Fernando Dumolin.⁴

As máquinas entram em operação no mês de outubro de 1882, e muitas foram as dificuldades para condução dessa iniciativa de produção do açúcar.

Nesta expectativa e apresentação do suporte físico da discussão pretendida, iremos no sentido da busca de elementos teóricos e conceituais, trabalhados na tentativa de objetivar e justificar a dissertação, com um propósito do significado desses residuais urbanos de escalas significativas: Dimensões e Conteúdos da Permanência.

A pesquisa realizada no sítio histórico de Piracicaba, tem origem no trabalho acumulativo de vivência e experiência dos quase quinze anos de participação na Prefeitura do Município de Piracicaba nas funções de arquiteto, coordenador do Programa Engenho Central, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

⁴ “*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1885*”, Tomo XXIV, Parte I e II, Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, 1876, págs. 197-191.

Estas funções e atividades permitiram construir um acervo pessoal iconográfico e bibliográfico, tornando possíveis metodologias e uma organização de dados e informações sobre esta pretendida dissertação de mestrado.

Em relação a obras e autores sobre o Sítio Histórico de Piracicaba, faria como primeiras e significativas referências o pesquisador, arquivista e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, o professor Guilherme Vitti. As atas citadas, maquete e livros produtos de sua participação como membro do Instituto Histórico e Câmara Municipal de Piracicaba.

Na história da Fundação de Piracicaba, mais um trabalho editado pelo Instituto histórico e Geográfico, trazendo como autor o professor Mário Neme, referenciado e mencionado nos principais momentos da fixação do então pequeno povoado a margem direita do Piracicaba e posterior mudança para a margem esquerda do mesmo rio.

A professora e pesquisadora de várias publicações sobre o município de Piracicaba, Marly Therezinha Germano Perecin, contribuição de fontes e confirmações de fatos históricos inestimáveis para a história dos piracicabanos.

Como pesquisa bibliográfica complementar e periódicos, foram trabalhados como fontes as seguintes publicações de diferentes momentos e tempos com enfoques pontuais de época e contexto, contribuindo para uma visão local dos fatos e acontecimentos no município.

O Almanaque de Piracicaba datado de 1914, editado pela Capri, Itália, contendo imagens coloridas e informações de caráter histórico, político e publicitário de época. Uma obra de fundo alusivo e registro do seu tempo.

Outras publicações foram pesquisadas nesta intenção de referenciar o Sítio Histórico e o patrimônio industrial Engenho: Piracicaba “Noiva da Colina” editora Aloisi (1975); Piracicaba – Passado e Presente (1988); Memorial De Piracicaba Século XX (Almanaque 2000), Revista nº. 20 do próprio Instituto Histórico e Geográfico “Rua do Porto Arquitetura e Tombamento” (2013) e Piracicaba que Adoramos Tanto, (2015).

No Almanaque de 1975, destaque para as participações dos historiadores Guilherme Vitti, Leandro Guerrine, Mario Neme e João Chiarini. Estas publicações contribuíram para a construção e organização do primeiro capítulo.

O Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba – “IPPLAP”, e Departamento do Patrimônio Histórico foram os locais de levantamentos de dados, como fontes de referências significativas, pelas suas publicações consultadas e aqui relacionadas no sentido da atualização das informações principalmente na intenção de reforçar o caráter histórico e cultural do local estudado.

Foram as seguintes publicações e respectivos períodos levantados no “IPPLAP”: Pelas Ruas antigas de Piracicaba (2012), Cartilha do Patrimônio Cultural de Piracicaba (2013), A Festa do Divino Espírito Santo de Piracicaba (2013), Piracicaba em Traços e Cores (2013), Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural (caderno 3 - 2013), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (caderno 1 – 2013).

Outra significativa publicação organizada pelo “IPPLAP”, colaborou muito com o tema proposto na dissertação, pela forma de apresentação das principais “Ações e Intervenções” no Sítio Histórico e também de relatos e avaliações das propostas implementadas: Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação (2011). Fazendo parte referenciada na estruturação do terceiro capítulo.

Para o primeiro capítulo apresentaremos o olhar que se dirige ao passado, não procurando “sua verdade” em uma perspectiva de adequação, mas, pautadas em uma premissa de Walter Benjamin (1985) que alinhado ao materialismo histórico, não procura a história dos vencedores e sim, busca contá-la como um observador distanciado. Para esse autor os “bens culturais” devem sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que o produziram, mas, também a anônima servidão dos seus contemporâneos.

Neste sentido busca-se um olhar para o patrimônio histórico advertido na constatação de Benjamin, de que: Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo documento de barbárie. (p.157).

Inserida nessa concepção o olhar dirigido ao Patrimônio histórico, Engenho Central, apresenta a preocupação acerca da verdade do passado, não em um sentido de adequação, mas pautada na ética benjaminiana de que os: “bens culturais” devem sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que o produziram, mas, também a anônima servidão dos seus contemporâneos”.

Assim, busca-se um olhar cuidadoso para o patrimônio histórico, tentando entender um pouco a relação Memória e História que julgamos indispensável como contribuição teórica para essa intuição.

Também, pretendemos neste capítulo comentar brevemente algumas tendências das intervenções urbanas da atualidade, acreditando que possam contribuir para a análise das intervenções no sítio histórico de Piracicaba. Walter Benjamin, Pierre Nora, Otília Arantes entre outros, irão contribuir para o pretendido diálogo.

Avançando para o desenvolvimento do trabalho no sentido das formas e fatos, e como as ações preservacionistas são vistas ou apropriadas e pelas pessoas, começamos por apresentar uma cronologia da qual o patrimônio objeto de análise foi absorvendo intervenções e suporte dos novos usos para sua permanência e resposta da ocupação de um lugar.

No segundo capítulo conforme intenção demonstrada desde o início da discussão pretendida, é a leitura do espaço e paisagem. Neste ponto conceitual, Milton Santos, [...] Paisagem e espaço não são sinônimos.

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. (SANTOS, 2004, p.103).

Neste momento estaremos falando de Memória Viva e um Passado Morto, em função das transformações e necessidades, geradas pelas diversas sociedades que as transformam sucessivamente. A paisagem apesar de concreta, ela pode ser abstraída, quando não se tem o olhar como espaço social.

No cenário proposto, como elemento de destaque e estudo, Beatriz M. Kühl, postulando sobre a importância da Preservação e a Reabilitação da Arquitetura Industrial, tendo como estudo pesquisado em seu significado de permanência as novas necessidades de uso, porém não omitindo ou ocultando sua função social da produção. Desse fato a necessidade da iconografia nos espaços a serem mantidos e observados com o sentido da história e seus atores.

Na continuidade, contextualização e intenção da “Dissertação de Mestrado”, apresentaremos os autores e teorias sobre Memória e História,

buscando qualificar e justificar o tema e sua importância, conforme pretendemos com o objeto referenciado: “Engenho Central de Piracicaba”, edifício residual industrial como leitura, e não mera contemplação de um passado construído e do qual teve suas funções e atividades no tempo e espaço.

Para o terceiro capítulo pretendemos apresentar as intervenções no Patrimônio Cultural em estudo, observando a sua materialidade e conceitos tratados ou intenções pretendidas, realizadas, percebidas e absorvidas pelo observador, como informação e educação no olhar para a história e memória das pessoas que estão em contato ou irão contatar sua presença física e imaginária.

A dinâmica para atingir esta proposta, parte da premissa da análise de publicações do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba, arquivos da Prefeitura do município de Piracicaba, arquivo pessoal ora citado, que relatam estas ações no patrimônio.

A publicação do IPPLAP, intitulada “Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural” (2013), integrante da coletânea Cadernos de Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Sustentável de Piracicaba e Aglomeração Urbana, documento de direto interesse na identificação e citações das ações públicas nas políticas de preservação em Piracicaba.

O conjunto destes fatores, a condição e apresentação dos elementos naturais e construídos, frutos e resultados das ações, a produção e uso deste espaço analisado através de textos, jornais, revistas, imagens e mapas, na provocação e expectativa do mero e possível reconhecimento do que eles representam ou estão representando na qualidade disciplinar da *educação*, como resposta e significado.

Iremos neste capítulo trazer também um pequeno histórico dessas “Ações Preservacionistas”, referenciando a criação do Conselho do Patrimônio Cultural de Piracicaba – CODEPAC.

As primeiras legislações urbanística aplicadas na preservação do patrimônio cultural Engenho Central, que datam do ano de 1985, tendo como instrumento a Lei de Zoneamento do Uso do Solo Urbano, utilizando como recurso a formação da Zona Institucional “Rua do Porto”, área de interesse

cultural e lazer, incorporando as duas margens do rio Piracicaba nesta região específica do sítio histórico.

Em relação a fundamentação teórica, faremos referências aos condicionantes de uma época convulsionada por fatores geopolíticos, sociais, ambientais e econômicos, inseridos em um processo de globalização marcada pelo frenesi tecnológico, desregulações financeiras e em outros âmbitos, reduções de custos e tempo no espaço, desterritorializações contínuas, fluxos migratórios incessantes, parece irrisório ou anacrônico indagar o que um 'velho patrimônio' nos inspira, tem a dizer ou expressar.

Pois, tal qual como um corpo sem alma, e no interior de seus esquecimentos, reinvenções e reutilizações, investigamos o que dele tem força e expressividade para reativar da memória e história o que possa ser resgatado.

Nesta perspectiva este estudo acredita que a memória e identidade deste patrimônio material e tangível carregado de história e significações, tem algo a contar e contribuir para a dimensão *formativa e educacional das pessoas*.

Uma vez que faz parte da memória local, da memória de um tempo, onde uma concepção econômica prevalecia dos meios de produção de uma época, do modo de trabalho correspondente, da vida social que instava, da comunidade do qual estava inserido como também da formação da sociedade brasileira que o abrangia.

PRIMEIRO CAPÍTULO

I. A Preservação do Patrimônio Natural e Construído como Observação, Reflexão e Sentido da sua Permanência: História e Memória.

Para a compreensão do que está implícito no cotidiano das obras patrimoniais inseridas nas cidades, e como elas se inscrevem no turbilhão destas, é preciso apresentar um pouco acerca da história e a memória, bem como a lógica que perpetrou sua “permanência”, seu usos, e suas contradições.

Nas cidades e suas prerrogativas a dimensão humana, foi esquecida, negligenciada e progressivamente eliminada, assim descreve Jan Gehl 2014 em sua Cidade Para Pessoas, porque as ideologias dominantes de planejamento, destacando o modernismo, em especial deram baixa prioridade ao espaço público, as áreas de pedestres e o papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. Para além disso, as forças de mercado e as tendências arquitetônicas mudaram seu foco, saindo das inter-relações e espaços comuns da cidade para os edifícios individuais, que foram se tornando mais isolados autossuficientes e indiferentes. Nesta direção o autor enumera as limitações para as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade, se deparando com espaços limitados, insegurança, obstáculos, ruídos, poluição, risco de acidentes e condições vergonhosas em muitas delas. Assim a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para moradores foi reduzida, descartada, ou progressivamente ameaçada.

Esse processo como nos lembra Gehl, foi assinalado há cinquenta anos, pela escritora americana Jane Jacobs, com seu livro, Morte e Vida das Grandes Cidades, aonde apontava como o dramático aumento do tráfego de automóveis e a ideologia urbanística do modernismo, que separa os usos da cidade e destaca edifícios individuais autônomos, colocando um fim ao espaço urbano e a vida da cidade, decorrendo daí seu esvaziamento, sua falta de vida. Nesta perspectiva as cidades pela primeira vez na história do homem como colonizador, não eram mais construídas como locais de espaço público, mas como construções individuais, espremidas pela cultura do automóvel.

Mesmo diante de tal conjunto, discorre o autor, nas décadas que se seguiram muitos pesquisadores e teóricos do planejamento urbano se debruçaram em estudos e argumentos nesta discussão. Desse modo registrou-se importante progresso no planejamento urbano prático, tanto em seus princípios como nos referentes a criar melhores condições de tráfego. Um esforço grande em décadas recentes fez-se ver em áreas urbanas pelo mundo que tiveram que criar melhores condições para pedestres, para a vida urbana, bem como o bom emprego de prédios antigos, de seus patrimônios, para a criação de espaços que valorizem a dimensão humana. Também recentemente à revelia do que fora aplicado, prossegue ele, houveram alguns interessantes distanciamentos dos ideais do planejamento urbano modernista, voltados para a criação de novas cidades, e áreas residências, com espaços mais dinâmicos e de uso misto em vez de grandes edifícios autônomos isolados.

Ainda nesta visão o autor ressalta que nos países emergentes, a situação da dimensão humana é ainda muito séria e complexa, na medida que as populações são forçadas a usar intensamente o espaço das cidades, para as muitas atividades cotidianas, o que num contexto de tráfego caótico limita e torna pouco digna essa convivência. Como indica Gehl, (2010, p. 6) pela primeira vez na história, logo depois da virada do milênio, a maior parte da população global é urbana e não rural. O crescimento incessante das cidades impõe mudanças cruciais em relações aos pressupostos para o planejamento e suas prioridades, destacando para o futuro como objeto-chave um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades.

Assim a visão de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se desejo universal e urgente. O autor destaca os quatro objetivos-chave; *cidades com vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde*. (2010, p. 6).

Neste sentido a formação e educação das pessoas ao nosso ver, compõem este quadro que pode ser imensamente reforçado com a preocupação de pedestres, ciclistas, estudantes e com a vida geral.

Um grande esforço desse objetivos, para ele, está em uma intervenção política unificada por toda a cidade para garantir que os moradores sintam-se a vontade para caminhar, pedalar, tanto quanto possível, em conexão coma vida cotidiana. Também, os lugares de memória poderiam propiciar um espaço para

as pessoas para o descanso, apreciação estética, estimular o gosto e a necessidade de conhecer a história cultural, bem como levá-los a prática da reflexão histórica.

Esta perspectiva positiva devemos assinalar, “das cidades para as pessoas” se depara com uma época convulsionada por fatores geopolíticos, sociais, ambientais e econômicos, inseridos em um processo de globalização marcada pelo frenesi tecnológico, desregulações financeiras e em outros âmbitos, reduções de custos e tempo no espaço, desterritorializações contínuas, fluxos migratórios incessantes. Assim, neste contexto, pode parecer irrisório ou anacrônico indagar o que um ‘velho patrimônio’ e seu sítio histórico nos inspira, tem a dizer ou expressar. Pois, tal qual como um corpo sem alma, e no interior de seus esquecimentos, reinvenções e reutilizações, investigamos o que dele tem força e expressividade para reativar da memória e história o que possa ser resgatado.

Nesta intenção este estudo espera que a memória e identidade deste patrimônio material e tangível carregado de história e significações, tenha algo a contar e contribuir para a dimensão formativa e educacional das pessoas. Uma vez que faz parte da memória local, da memória de um tempo, onde uma concepção econômica prevalecia dos meios de produção de uma época, do modo de trabalho correspondente, da vida social que instava, da comunidade do qual estava inserido como também da formação da sociedade brasileira que o abrangia.

Como contraponto, sabe-se que na ordem da cultura atual, de acordo com Mattéi 2002, a sociedade de massas não se interessa pelas obras, ainda menos pelos seus sentidos, e sim pelos produtos do lazer que ela consome, assim como os objetos do trabalho; ambos se identificam no mesmo modo econômico de produção. Segundo esse autor a distinção ontológica entre mundo e a vida se reflete na distinção antropológica entre cultura e lazer; o mundo e a cultura encontram-se na confluência das obras, onde o lazer e a vida coincidem na confluência das mercadorias. (MATTEI, 2003, p. 256).

Portanto, a insistência no significado do patrimônio, ou melhor dizendo, o esforço para que este não seja subsumido na lógica da mera mercadoria comporta uma dimensão formativa que não se pode rejeitar.

Assim, nos identificando na lógica de Jan Gehl, de “oferecer as cidades para as pessoas” esse estudo pretende inventariar os sentidos e significados do Patrimônio Histórico Engenho Central, seu sítio histórico, como um elemento formativo da identidade local, que resvala para a via educativa, tentando apresentar cenários mais ricos e favoráveis para esse lugar da memória.

Neste sentido procura-se um olhar advertido para o patrimônio histórico, que buscará relacionar um pouco a relação memória e história para reflexão e sentido da sua permanência que supomos imprescindível como aporte teórico para essa intenção

I.1. Memória e História

Dentro desta expectativa torna-se importante dar espessura nas relações entre memória e história, para buscar uma melhor compreensão do que está em jogo quando se trabalha com as mesmas, bem como, o que está atrelado nos discursos preservacionistas. Isto, para poder identificar o que é relevante no sentido da preservação de um bem cultural, que no caso, estruturou o trabalho e a vida na cidade de Piracicaba.

O estudo pauta-se por escolher alguns autores que trabalharam estes conceitos de forma abrangente, remetendo sempre a um significado que se dirige ao presente.

De acordo com Edgar Salvadori De Decca 2015 nas últimas duas décadas intensificou-se o debate em torno da teoria da história, sendo esta comumente tratada como uma disciplina ou prática cuja habilidade está voltada as formas de representação do passado. Apesar destes debates ainda serem dominantes entre historiadores uma nova disposição começou a delinear-se nesse contexto, que sem abandonar as já consagradas questões da história com relação às representações do passado tanto no campo epistemológico como no campo da retórica, surge uma nova postura voltada, agora, para as dimensões públicas da prática da história. Segundo esse autor essa nova assertiva traz uma questão que é imprescindível enfrentar com

cuidado, ou seja, como as nossas sociedades contemporâneas lidam com o passado, deslocando a pergunta tradicional o que aconteceu no passado “para” o que acontece com o presente com relação ao passado”.

Isso acontece na opinião do autor, porque a história se tornou nos últimos tempos um campo de disputa em relação aos eventos traumáticos do passado, e este se transformou num campo de discórdia entre a história, a memória, os legisladores e a opinião pública. Nesse sentido, a história que sempre se definiu na busca pelos traços do passado, tende segundo o autor, a se redefinir como uma prática cultural que avalia o modo como o passado se projeta no presente e como atua nas nossas vidas. Ocorre segundo ele:

Na medida em que, a memorização do passado no espaço público depende de relações de poder, torna-se evidente que nem todas as memórias são dignas de serem resguardadas, seja porque as vítimas não têm o poder de trazer seus casos no espaço público, ou seja, porque as instituições de história acadêmica são incapazes de controlar esses jogos difusos e complexos de memorização do passado. (DE DECCA, 2015, p.2).

Ainda pautado neste argumento percebe-se a atualidade e a inspiração de Walter Benjamin (1985) em suas Teses sobre a filosofia da história, quando evidencia que a história é objeto de uma construção, que tem lugar não no tempo vazio e homogêneo, mas no repleto da atualidade. (BENJAMIN, 1985 p.161).

O olhar que se dirige ao passado, não procurará a “sua verdade” em uma perspectiva de adequação, mas, inserido na ótica benjaminiana, que alinhada ao materialismo histórico, não busca a história dos vencedores e sim, contá-la com um observador distanciado entendendo que: [...] “tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror”. (BENJAMIN, 1985, pg. 157)

Para esse autor os “bens culturais” devem sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que o produziram, mas, também a anônima servidão dos seus contemporâneos. Neste sentido esquadrinha-se um olhar para o patrimônio histórico advertido na constatação de Benjamin, de que: Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo documento de barbárie. (BENJAMIN, p. 157)

Nesta perspectiva este estudo busca se alinhar com a indagação de Gagnebin 1998, que investiga, o que se manifesta na nossa preocupação ativa, no plano teórico como prático da verdade do passado? E indaga por que fazemos questão de estabelecer “história verdadeira” de uma nação de um grupo ou de uma personalidade? Vale ressaltar que a autora considera que a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a problemática da adequação pretensamente científica. Ainda nessa visão, compreendemos que a busca da memória explícita ainda a ascensão da consciência de si mesmo sob o signo terminado.

Segundo Pierre Nora (1993), a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história: “Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação”. (NORA, pg.7). O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. (Op. cit.). Diante deste quadro o autor nos convida a pensar acerca da mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o ápice do crescimento industrial. Para ele, no entanto, esse aniquilamento essencial da nossa memória só constitui um exemplo, pois é o mundo inteiro que entrou na ciranda da mundialização, da massificação da mediatização. Deprendendo-se disso que:

“Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violação colonial”.

E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica.

Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado.

Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se poderia reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. (NORA, p. 8).

Para ele é o modo da percepção histórica que, com a auxílio da mídia ampliou-se prodigiosamente, modificando uma memória voltada para o legado de sua própria familiaridade pela invólucro efêmero da contemporaneidade.

Os lugares de memória para Nora (1993) são antes de tudo restos: A configuração extremada onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que de sacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 2000, p.12)

Nesse sentido para esse autor, esses lugares, surgem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é necessário criar arquivos, que é preciso manter aniversários, preparar comemorações, proferir elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (Op. cit.). Enfatiza ainda que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e inciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares sem memória. Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. Entretanto, se o que defendem não estivesse ameaçado, não teria a necessidade de construí-los: Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. Em compensação, segundo o autor, se a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória”. (NORA, P.p. 13).

Mas, seguindo seu raciocínio, o que estamos entendendo atualmente como memória não é, todavia, memória, mas já é a história. Tudo o que é chamado de clarão da memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade da história.

Nessa mesma direção nos lembra Arantes (1998) que investiga as tendências do urbanismo na contemporaneidade, o homem tomou consciência de si como moderno, como ser histórico pela primeira vez, logo, como sujeito, a partir da revolução burguesa, do iluminismo de Kant, Hegel etc.

Segundo ela, mesmo no campo da estética, quando os tratados começam a ceder espaço à história – a Estética de Hegel, por exemplo, é ao

mesmo tempo teoria da arte e um grande panorama histórico, no interior do qual os conceitos aparecem dialetizados, e a arte é parte de uma história maior, a da consciência.

Considera haver, não tão somente, na arquitetura, mas em quase todos os domínios na atualidade, uma verdadeira obsessão narrativa com o passado. Instituições, indivíduos, todos, querem ver sua memória registrada, configurando uma busca pela sua identidade. Nessa perspectiva a autora parece ter visão semelhante a ótica de Nora a respeito de que tais “historicismos” de hoje são antes a expressão de uma falta de perspectiva histórica, a ingênua ressurreição do passado um recurso para completar o vácuo de um presente que parece ter perdido a transparência.

Para entendermos melhor essa passagem, vale inventariar um pouco o movimento moderno, que para Arantes, assim como, toda arte do período, tinha uma visão da história como um processo progressivo, seletivo, feito de sínteses e ao mesmo tempo de rupturas, apontando para um fim. Sua temporalidade não é mais a do tempo mítico, cíclico ou repetitivo da antiguidade, mas heterogêneo, irreversível. A história era vista como um movimento que caminhava para frente, em direção a um fim, como um processo racional, por meio da qual a razão (o homem como sujeito da história) ia progressivamente se realizando, se objetivando e se aperfeiçoando. Segundo a autora (que citou a Estética de Hegel anteriormente), constata que embora esse autor descreva um processo que é o da dissolução da arte enquanto forma elevada de manifestação do espírito enfatiza, no entanto, que em nenhuma ocasião lhe ocorre propor uma volta atrás, tomando como modelo períodos anteriores, nem mesmo o da antiguidade clássica que teria realizado “o ideal da beleza”. Assim, ela descreve que para Hegel seria absurdo tentar reativá-lo por corresponder a uma época definitivamente suplantada. Dentro dessa aceção a autora lembra que o que se presencia desde o fim do século XVIII é a descoberta da história na sua definição moderna, progressista, um lançar-se sucessivo para adiante, procurando o novo e suspeitando das tradições e de seu peso normativo.

Neste sentido o revivalismo do século XIX complexifica, pois, comporta por um lado, segundo Arantes, 1998, essa aposta nas virtualidades emancipatórias da sociedade capitalista emergente, tendo sua contrapartida na

suspeita crescente que a acompanha desde o início, bem como nas contradições deste processo, como a vagarosa descoberta do lado perverso que vai se manifestando a medida que a sociedade precisamente se moderniza, as desconfianças quanto ao valor libertador dessa racionalidade cada vez mais formal vão se ampliando até chegar no niilismo atual.

A consequência desse processo é conhecida: *a funcionalização do novo, formalização da ruptura, e a conseqüente transformação da utopia em seu contrário à medida mesma em que se realizava.* (ARANTES, 2011, p. 47). Como resultado dessa reviravolta a autora aponta para a inevitável frustração quanto ao poder emancipador da razão comandando o processo histórico:

[...] progresso e decadência perderam seu caráter de evidencia. Tudo se passa como se a sucessão temporal por assim dizer se imobilizasse, congelada, numa espécie de espacialização do tempo, como se o passado projetasse na memória reduzida a um simples monitor, onde tudo aparecesse simultânea e fragmentariamente. (ARANTES, 1998, pg.47).

Assim, segundo ela, a consciência histórica despertada pelos modernos, agora atenuada, vai sendo substituída por um cardápio de imagens, expressões culturais, estilos, formas, técnicas construtivas, a disposição do usuário como mercadorias em shopping Center. Sabe-se que toda interdição que é levantada, a reação imediata é o abuso contrário; o uso indiscriminado de tudo que se tornou repentinamente disponível e a falta de critério do vale-tudo que costuma prevalecer nessas ocasiões de colapso estético cultural.

Assim, advertido por essas considerações, o olhar que se dirige para o Patrimônio histórico, Engenho Central e seu sítio histórico, mais uma vez se ampara na expectativa benjaminiana de que a preocupação ativa no plano teórico e prático da verdade do passado remete mais a já citada ética da ação presente do que uma perspectiva da adequação ao existente desse contexto. Portanto, vale ressaltar que para esse autor:

“Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo “como ele efetivamente foi”. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo” (BENJAMIN, 1985 p. 156)

Acerca dessa citação, Jeanne Marie Gagnebin 1998 afirma que se trata de uma recusa clara ao ideal da ciência histórica, que o autor de forma pejorativa considera como historicista e burguês, pois, objetiva descrever de forma exata e exaustiva o passado. No entendimento da autora a recusa do autor a essa acepção de história é abalizada em razões de ordem epistemológica e, inseparavelmente, ético-política. A autora enfatiza a declaração de Benjamin de que; “*Nós articulamos o passado, nós não o descrevemos*”. (Op. cit.). De acordo com Gagnebin o autor denunciava a cumplicidade entre o modelo objetivo do historicismo, o paradigma positivista. Nesse sentido a autora evidencia que neste modelo o que está em jogo:

(..) um certo discurso nivelador, pretensamente universal, que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em alguns casos, a única possível. Sob a aparência da exatidão científica (que é preciso examinar com circunspeção), delinea-se uma história, uma narração que obedece a interesses precisos. (GAGNEBIN, 1998, p.. 215).

Acompanhando o raciocínio da autora que se utiliza, também, das reflexões de Paul Ricoeur, indicando que este defende, a linguagem poética (a história estaria mais próxima da poiesis, que da descrição positiva) a possibilidade de uma referência “não descritiva do mundo” sugerindo, também, que se temos dificuldades para não sermos vítimas de uma definição empobrecedora da verdade, é que nós corroboramos de modo não crítico certo conceito de verdade, definido pela adequação a um real de objetos e sujeito ao critério da verificação e da falsificação empíricos.

Prossegue ainda com o pensamento desse autor, que afirma que essencialmente, a história é sempre, narrativa e processo real, sequência de ações humanas em particular, e que como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e da narração. Nessa direção abalizar a responsabilidade ética da história e dos historiadores significa levar a sério e tentar pensar até o limite, essa ambiguidade do próprio conceito de história em que se ligam o agir e o falar humanos; a criatividade, narrativa e inventividade prática.

Ainda assinala uma preocupação de Ricoeur: “Como manter certa especificidade do discurso histórico e não soçobrá-lo no oceano da ficção”? Para essa questão que orienta todo um esforço do autor em torno dela, segundo Gagnebin, não pode ser solucionada por uma espécie de limpeza preventiva da linguagem histórica contra a dimensão literária, por conseguinte ficcional, e retórica, que ameaça sua pureza objetiva. Segundo ela, o autor propõe:

Substituir a ideia de referência por aquela, mais ampla, de refiguração e de desdobrar essa noção: “a ficção remodelando a experiência do leitor pelos únicos meios de sua irrealidade, a história o fazendo em favor de uma reconstrução do passado sobre os rastros deixados por ele. (RICOEUR, apud GAGNEBIN, p. 218).

Para a autora a noção de rastro leva à problemática, da memória. Avalia que o rastro na tradição filosófica e psicológica sempre foi uma noção valiosa e complexa e, se valendo da lógica cartesiana, um tanto obscura. O rastro se inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que corre o risco de se apagar terminantemente.

De acordo com ela sua fragilidade efetiva e inerente contraria o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que distingue a metafísica clássica. A autora indaga por que a reflexão sobre memória utiliza tão comumente o conceito de rastro. Avalia a ambiguidade da riqueza da memória, mas também da precariedade desta como a do rastro.

Ressalta ainda, que por meio deste conceito, voltam-se as questões da memória e escrita:

E paradoxalmente, a consciência da fragilidade essencial do rastro, da fragilidade essencial da memória e da fragilidade essencial da escrita. E, ao mesmo tempo, uma definição certamente polêmica, paradoxal e, ainda constrangedora da tarefa do historiador: é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática da verdade. (GAGNEBIN, 1998 p. 219).

Nesta direção, e ainda acerca da tarefa do memorialista, tornam-se importante destacar algumas ilações relacionadas àqueles aspectos

desprezados e não contemplados, pela história oficial, relacionados ao declínio das narrativas e da perda da experiência.

Gagnebin 2004 destaca que no texto “O narrador” de Benjamin, o autor formula uma exigência, ao mesmo tempo em que constata o fim da experiência e da narração tradicional, mas delinea a ideia de outra narração nas ruínas da narrativa, *uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas*. (BENJAMIN, apud GAGNEBIN, 2004, p. 90).

O que se pode reter do narrador nesta perspectiva, segundo a autora, personificaria a imagem do Justo, essa figura secularizada da mística judaica cuja característica marcante nos diz a autora é o anonimato, um aspecto muito mais humilde, do catador de sucata e de lixo que recolhe os detritos, movido pela pobreza, mas também por uma vontade de não deixar nada se perder.

Esse narrador sucateiro nos diz ela, não tem por alvo recolher os grandes feitos, deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado, como algo que não tem significação, aquilo que a história oficial não saiba o que fazer. Neste sentido os elementos de sobra do discurso histórico, como o sofrimento indizível, daqueles que não têm nome, o anônimo que não deixou rastros, que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste. Então essa tarefa paradoxal segundo ela consiste na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo e principalmente quando não conhecemos seu nome nem seu sentido. (GAGNEBIN, 2004, p.91).

Também, adverte a exigência da memória, ressaltada em vários textos de Benjamin, deve levar em conta as grandes dificuldades que incidem sob a possibilidade da narração, também sobre a possibilidade da experiência comum, sobre a possibilidade da transmissão, do lembrar.

E a tarefa da rememoração implica nesta concepção certa ascese da atividade historiadora, que:

(..) em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido, ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras.
(GAGNEBIN, 2004, p.91)

De forma análoga, para Pierre Nora 1993, longe de serem sinônimos, memória e história são antagônicos um ao outro. A memória é vida, sempre carregada de grupos vivos e, nessa acepção está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas modificações contínuas, frágil a todos os usos e manipulações, suscetível de extensas latências e de imprevistas revitalizações.

Já a história segundo ele, é reconstrução sempre precária e imperfeita do que não existe mais. Como fenômeno sempre atual a memória, constitui um elo no eterno presente; a história é a representação do passado. Porque é afetiva e mágica, o autor indica que ela não se acomoda em pormenores, se nutre de: lembranças vagas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA,1993, pg. 9)

Em contrapartida a história porque é elaboração intelectual, como assegura o autor, demanda análise e espírito crítico. A memória por sua vez, abriga a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre banal. A memória emerge dos grupos que ela une: e *é por natureza, múltipla, e coletiva, plural e individualizada*. A história para o autor tem uma vocação universal porque pertence a todos e a ninguém, já a memória se enraíza *no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto*. Por sua vez, a história só se liga às continuidades temporais, as evoluções e as relações das coisas. Enquanto a primeira é um absoluto a segunda só conhece o relativo.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea, tornando-a sempre suspeita para a outra.

Para ele, *no horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria a dessacralização última e definitiva*. (NORA, 1993, p. 9)

Já os lugares de memória para ele concernem a domínios, que os tornam complexos, pois são simples e ambíguos, naturais e artificiais, podem ser resultantes de abstratas elaborações, ou oferecidos a mais sensível experiência.

Para conceituar a memória relativa aos espaços de recordação Aleida Assmam 2011 afirma que para quem fala da “memória dos locais” serve-se de uma formulação que é tão confortável quanto sugestiva. A expressão é

confortável porque deixa em aberto tratar-se de uma memória que se recorda dos locais ou de uma memória que está por si só situada nos locais. E é sugestiva porque aponta para a perspectiva de que os locais possam tornar-se sujeitos portadores de recordação e possivelmente dotados de memória que ultrapassa a dos seres humanos. Ela ressalta que a força alusiva dessa opacidade constitui um bom ponto de partida para a investigação do que a memória do local guarda em si. Para a autora a frase de Cícero: “Grande é a força da memória que reside no interior dos locais” serviria de impulso para quem interroga a respeito de uma força específica da memória e do poder vinculativo dos locais. Ainda, argumenta que o grande teórico romano tinha uma noção clara dos significados locais para a construção da memória. Como elementos de construção de arte da memória, ele definiu figuras e lugares, sendo que as figuras eram proveitosas para a retenção afetivas de determinados conteúdos do saber, e os lugares para ordenação desses conteúdos e sua recuperação. Segundo a autora ele próprio cumpriu a passagem dos lugares da memória para os locais da recordação quando descobriu, pela experiência que as impressões captadas em um cenário histórico são mais “*vivas e atenciosas*” que outras assimiladas por ouvir falar ou pela leitura. Nessa direção a autora argumenta que, mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda fazem parte da construção de espaços culturais de recordação muito expressivos. Não tão somente, porque solidificam e validam a recordação, mas, na medida em que ancoram no chão e por corporificarem uma assiduidade de duração que supera a recordação relativamente breve dos indivíduos, épocas e também culturas que está materializada nos artefatos

Na perspectiva da autora espera-se dos locais de recordação, para além do valor informativo que lugares memorativos e documentos proporcionam onde quer que se localizem, um aumento da intensidade da recordação, por meio da contemplação sensorial. Ressalta ainda que: o palco de acontecimentos históricos deve tornar acessível ao visitante o que as mídias escritas ou visuais não conseguem transmitir: a aura do local que não é reproduzível em médium algum. (ASSMAM, 2011, p.19).

Segundo a autora essa abordagem obedece há uma disposição interna bastante antiga de peregrinos e turistas correspondente a seus anseios a bens

culturais, bem como, a uma nova tendência na pedagogia museológica que procura vincular a história como experiência. Assim: Concreção sensorial e colorido afetivo devem aprofundar a apreensão meramente cognitiva do saber histórico no sentido de uma confrontação a apropriação diante dele. (ASSMAM, 2011, p.19)

Nessa abordagem a autora cita Krzysztof Pomian que pesquisou a história dos museus, se valendo de um exemplo ilustrativo para caracterizar as diferentes fases pelas qual determinado objeto passa até que se lhe atribua valor museológico. O exemplo que utiliza é o de uma fábrica que após ter sido parte de um ciclo produtivo e útil, vê expirar a vida útil de suas máquinas, que se tornaram economicamente inviáveis e são descartadas “após a retirada de tudo de útil e vedável”

Esse exemplo é pertinente a este estudo na medida em que corresponde exatamente ao que aconteceu com o Engenho Central que tal como um “corpo sem órgãos” se vê desprovido de suas máquinas que foram submetidas a lógica descrita acima, lhe sobrando as paredes, tão somente.

Aleida Assmam se utiliza de um pequeno enxerto de Pomian acerca das antigas fábricas que é bem próximo do objeto que trabalhamos, por isso, julgamos conveniente reproduzi-lo:

(...) é uma sobra, um elemento remanescente do passado. Nela não se produzem mais quaisquer objetos destinados ao uso. A gente apenas a exhibe ao público. O público, triste ou embevecido, vê nos muros e nas máquinas um monumento do proletariado ou dos capitães da indústria, da luta de classes ou da preocupação do empresário com seus empregados, um memorial sobre a exploração do trabalhador pela alta burguesia e sobre a acumulação do capital, ou ao contrário, uma imagem do espírito empreendedor, do progresso da técnica e da conquista de mercados. Nossa fábrica tornou-se um objeto de discussões e das atitudes, expressão de diversas posturas em face do passado que ela corporifica. De agora em diante ela funcionará em um circuito semiótico. (POMIAN, apud, ASSMAM, 2011, pg. 20).

Assim, o papel da fábrica incide, tão somente, em remeter a um passado desaparecido, a autora ressalta que esta aponta para algo que não está mais disponível, se referindo a uma realidade invisível, nesta direção os locais seriam mediadores entre passado e presente, são no dizer dela “*mídia da*

memória” apontam para um passado invisível e preservam o contato com ele. (ASSMAM, 2011 p. 21).

O sentido e cenário descrito compõe de forma muito próxima ao Engenho Central, que tal como a fábrica descrita, não conseguiu conservar nada do seu maquinário, do seu funcionamento e organização do trabalho, ou algo que possamos reconstituir a funcionalidade ou mesmo o modo de produção e suas operações. Os restos desse objeto se materializam e tem força no sentido descrito pela autora: na medida em que ancoram no chão e por corporificarem uma assiduidade de duração.



(figura 02) Espaço da Fábrica “Vazios - Corpo sem Alma”

FONTE: SEMAC FOTO NILO BELLOTO



(figura 03) Espaços da Fábrica “Vazios – Corpo sem Alma”

FONTE: SEMAC

Esses restos aliados a tudo o que o urbanismo reivindicava destes, ganham novas perspectivas, novas interpretações, como iremos ver a seguir, no pós-guerra, e em uma configuração mais problematizada do que Gehl indica em sua “Cidades para pessoas”. Nesse sentido, Arantes 1998 radicalizara essas proposições indicando um pouco, o que está em jogo de fato nos discursos urbanísticos e suas relações com a realidade que se desenhou.

I.2. Intervenções urbanas e suas relações com a memória e história

Otília Arantes 1998 expõe que após a segunda guerra, nos seus momentos iniciais tanto como reação a modernização predatória que se consolidava nos EUA, ou como empenho de recuperação das antigas cidades europeias destruídas pela guerra, acrescentando a necessidade de refazer o tecido social, por meio da reativação da memória e dos valores locais visíveis tanto nos monumentos comemorativos, quanto na arquitetura vernacular.

Começaram a surgir novas concepções arquitetônicas e urbanísticas que demoradamente acabaram se assentando como alternativa ao conceito de planificação global, ou como modelos de reorganização da cidade, tanto quanto ao estilo internacional. Assim, segundo a autora valorizando os monumentos ou em um empenho de aglutinar objetos desconexos, tais como edifícios monumentais, sedes de poder local, prédios administrativos de forma a constituir um lugar de pregnância significativa, de comunicação imediata, forte, algo como o coração da cidade, reativava a ideia de cidade para os seus habitantes, recriaria algo como uma *res cívica*. Episódios urbanos inesquecíveis que deveriam propiciar segundo ela, aos moradores da cidade a chance de reatar com formas de vida social desativadas, fortificar, por essa via, uma vida pública não foram mais possíveis em meio ao caos urbano ou as novas cidades 'sem alma'. O que ocorreu na sequência prossegue Arantes, foi a impossibilidade de recompor o tecido urbano e social a partir de tais estratégias fazendo com que urbanistas e arquitetos procurassem outros recursos, tentando deter a degradação da cidades, mas como adverte, não mais com uma intenção de recriar um centro que as reproduziria, pois, em suas palavras:

(..) as ilusões modernistas de reorganização da vida social, via reordenação global da cidade, sem contar que a ênfase nos monumentos acabava por querer restabelecer uma dimensão aurática das coisas que há muito a vida moderna inviabilizara (como já mostrava Benjamin desde os anos 30), numa sacralização do urbano que, no fundo, não passava de mera sublimação de conflitos insolúveis, ou de uma simples encenação de uma vida em escala pública. (ARANTES, 1998, p. 166)

A autora coloca, que a despeito disso, a operação de salvação da cidade não foi deixada, e surgiram outras propostas alternativas, que obedeciam a uma palavra de ordem parecida ao que presidira as filosofias da existência, 'rumo ao concreto' procuraram abandonar o ponto de vista abstrato e totalizador. E assim segundo ela, tratar-se-ia de um retorno à cidade de um gênero especial, priorizando a forma-lugar, aprimorando a cidade comum, partindo da casa bairro, valorizando quaisquer contextos, não tão somente dos lugares nobres, das formas vernaculares, mantendo segundo ela, o caráter prosaico da arquitetura moderna, sem persistir na ênfase na funcionalidade, estandardização e outros princípios modernos. Era, em sua perspectiva, a

própria fé na modernização que estava estremecida abrindo caminhos para todo tipo de retorno, ao passado, artesanal, popular etc. Decorrendo disto apareceram contextualismos de muitas matizes em que se combinavam segundo a autora:

Existencialismo, estruturalismo, linguística, antropologia, e historicismos de tinturas marxistas ou revivalistas. Esses elementos de acordo com a autora iriam (...) compoem uma espécie de aspiração à vida social em modelo reduzido-veleidade compensatória que até certo ponto se alimentava de uma nova ideologia da intimidade, à procura de uma outra sociabilidade burguesa sobre a qual se apoiar. (ARANTES, 1998, p. 166.)

Ainda, refletiam em sua perspectiva um momento de passagem para uma outra fase do capitalismo em que as próprias noções de espaço, tempo, de história ou de sujeito a entravam em colapso, sem que alternativas surgissem. Em conformidade a esse quadro a cidade passa a ser vista segundo a autora, como uma trama de relações diacrônicas e sincrônicas, como lugar. Assim nesse sentido o lugar configura uma dimensão topográfica, um espaço determinado, impregnado de sentido histórico, psicológico, de camadas de significação. Esses significados são na maioria das vezes coletivos, de acordo com Aldo Rossi como nos indica a autora e para ele, mesmo em face de algumas ressalvas, privilegiava os monumentos que chamava de fatos urbanos primários. No entanto, seguindo o raciocínio da autora, a contradição da intenção de pensar a cidade como lugar ou conjunto de lugares, como repertório simbólico associado as vivências da comunidade, ou como sedimentação de valores grupais acumulados no tempo, resultava de uma consciência exasperada (dos teóricos da cidade como forma-lugar) das patologias da cidade moderna, apregoando o anseio de corrigir mediante um vínculo orgânico que o deserto do moderno desfizera. (ARANTES, 1998, pg.169)

Decorre daí a avalanche discursiva e projetual, chamada de intervenção urbana, que qualifica uma volta a cidade de um tipo especial, que nos impele para o centro explosivo da cena urbana, e segundo a autora, em uma espécie de revivescência do 'homem das multidões', descrita por Edgar Allan Poe e elevada por Baudelaire à condição de alegoria. Arantes, expressa que já no fim

do século passado aprendemos a lidar com outro personagem, desgovernado, um, Eu cuja falta de substância se reflete na prontidão com que se deixa fascinar pelo espetáculo do caos urbano. Para ela no espetáculo do caos urbano, no mundo da frivolidade “o heroísmo da vida moderna” só poderia voltar como um blefe (Arantes, 1998, p.146.).

Assim, de acordo com esse estado de coisas, a nova ensaística da “cidade redescoberta” vem mobilizando de acordo com ela, um aparato conceitual muito na ordem do dia, que pouco esconde em sua afirmada subversão um convívio estetizante com as formas mais estremadas da alienação contemporânea. Para demarcar esta posição, explicita que até bem pouco tempo o enfoque da cidade, no plano teórico da intervenções urbanas, bem como no domínio do discurso teórico específico, acontecia em termos de racionalidade, funcionalidade, salubridade, eficiência, ordenações das funções. Assim, as falas e as ações eram em nome da sociedade no seu conjunto, pois todas esses atributos aconteciam na imaginação a um tempo política e técnica das pessoas envolvidas.

Em um segundo momento tudo parece corresponder ao princípio da máxima flexibilização. Instaure-se a ênfase do desenho, do traçado urbano ao design dos micro espaços e da representação simbólica que lhe corresponde. Nesta perspectiva avalia que fala-se cada menos em planejamento da cidade, e passa-se a satisfazer a um modelo estável de otimização do seu funcionamento, com cada vez mais requalificação, mas, de uma maneira que a ênfase deixa de ser predominante técnica para incidir no amplo campo do *passe-partout* do cultural.

Neste ponto de vista a autora comenta que o chamado urbano virou uma terra de ninguém, matéria de discurso, foco de um fraseado inesgotável e para todos os gostos, as falas sobre a cidade funcionam como se fosse o prolongamento metafórico de um discurso material da própria cidade, ela mesma, um texto, e tudo mais que se segue. Ela qualifica como uma virada objetiva e não uma mudança de modelos ideológicos. Assim: a nova língua franca que é o discurso da cidade - fatos incluídos, porque se trata de atos de fala performativos, pois a cidade também passou a ser aquilo que se diz dela. (ARANTES, 1998, pg. 147)

Remetendo ao contemporâneo, podemos indagar a respeito daquilo que Otilia Arantes 1998 nomeia de Comodificação urbano cultural, um tipo de requalificação que vem sendo aplicada nos centros urbanos, no molde de outros países, no exemplo por ela dado, chama de requalificação à brasileira, citando O Pelourinho de Salvador, convertido em espetáculo para estereótipos baianos. A autora evidencia que tais processos de gentrificação com vistas a alterar o perfil sociocultural dos lugares respondem também para suprir a demanda crescente de “bens culturais” como museus, e centros culturais. Estes da forma mercadoria à forma publicidade, em suas palavras nos levam a assistir há um recrudescimento do fetichismo, entretanto, em chave *soft*.

Para Eduardo Yáziqi 2010 quem já estudou renovação e revitalização sabe que são sempre sinônimos de gentrificação, entretanto, existe a opção do novo uso ser popular, e a sutileza da nova adjetivação estaria em uma profunda elitização do espaço anterior, indicando que a gentrificação pode ou não ser uma propriedade dessas intervenções.

O aspecto metodológico difícil de ser trabalhado, para ele, se refere ao que está em jogo nas revitalizações, também, concernindo ao discernimento entre o que é produto da globalização, como certas corporações que influem na decisão de financiamento do poder público, e o que é produto da espontaneidade e do arbítrio local. Nesta direção admitindo dois caminhos definidores dessa metodologia, o autor indica que o primeiro se reporta a historicidade de como certas mudanças vem se produzindo, por meio do esmiuçamento dos bastidores e das ações que decidem as novas propostas de intervenção e de como fatos e instituições se produzem sem interferências externas. O segundo modo, seria analisando detidamente o peso de interesses globalizados no campo da espacialidade urbana.

Apresentadas e acompanhando estas tendências, bem como, de alguns argumentos conceituais empregados para esse estudo e capítulo, pressupõe-se que qualquer ingerência nos espaços construídos da cidade com valor histórico por gestores públicos, que não levem em consideração que os mesmos guardam em si marcos de representação simbólica, registro de memória de um tempo e de uma sociedade, poderão estar impedindo o fortalecimento das identidades, do acesso, e da apropriação cultural e histórica por seus cidadãos.

SEGUNDO CAPÍTULO

II. O Sítio Histórico de Piracicaba e o Engenho Central como Objeto de Leitura e Análise.

II.1. Piracicaba Antes de sua Fundação

Piracicaba já era um índice geográfico, muito antes, muito aquém de sua instalação, não resta a menor dúvida. Há comprovação regular neste sentido, acionando a fantasia geradora. Primeiro foram os índios - os Paiaguá, possivelmente donos da terra, senhores absolutos da situação, pôr um direito de conquista líquido.

Caçadores, aventureiros, penetrantes, seguindo a força atrativa da água, descobriram o sítio, com argúcia congênita, “onde o peixe para”, ou onde o peixe não consegue vencer a barreira do Salto, quando a função biológica o impulsiona. Lugar propício para a pesca fácil, abundante e corriqueira.⁵

A margem direita do rio, localização hoje do Engenho Central, é o que a história vem nos comprovando até o momento, lugar da povoação primeira. Evidente que não está se descartando núcleos pequenos em seu entorno, como assentamentos humanos na outra margem.

As famosas descobertas das “Minas de Ouro de Cuiabá” no século XVIII, são de forte influência e determinação na ocupação do território. São Paulo era a sede da Capitânia. Itú, Piracicaba, Ararituaba-Tietê (rio), são as localidades geográficas do plano primitivo dos seculares picadões (caminhos) que se abriam para alcançar as intencionadas minas.

O rio Tietê, o maior percurso de água conhecido na época, sabia-se que próximo a sua nascente (Ararituaba), estava outro rio caudaloso e seu afluente e navegável: o Piracicaba.

Em 1724, D. Rodrigo de César Menezes, comunica à Coroa Portuguesa que o caminho das minas de Cuiabá, estava feito com pleno êxito. No ano de 1726, o ituano Felipe Cardoso, obtém data de sesmaria que se localizava nos

⁵ GUERRINI, Leandro, *Piracicaba Noiva da Colina*, Editora Aloisi, Piracicaba, 1975

sertões de Piracicaba, e pôr estarem vagas estas terras ditas Porto do Piracicaba, lhe foi concedida. Hoje a Rua do Porto.

O rei D. José de Portugal em janeiro de 1765, restaura a Capitânia de São Paulo, que nomeia o Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho que após receber carta régia tem o compromisso de criar vilas e freguesias nos lugares que julgasse procedente. Em 24 de junho de 1766, delega a Antonio Correa Barbosa ser o diretor de um povoado, a paragem chamada Piracicaba. Ele com o título de povoador, e parece-nos conhecer muito o lugar e ser um bom construtor de canoas.⁶

Antonio Correa Barbosa em 1º de agosto de 1767, aportava oficialmente com uma certa desobediência, a margem direita do rio , um pouco mais abaixo do salto conforme tinha ordenado o Morgado de Mateus. O administrador chegara com família, administrados, vadios e vagabundos, e umas quatro ou cinco canoas com suprimentos.



(Figura 04) Maquete Autoria professor e arquivista Guilherme Vitti
Piracicaba Margem Direita Rio 1767 (Atual Implantação Local Engenho Central)

Fonte CEMUPLAN (s/d)

⁶ GUERRINI, Leandro, *Piracicaba Noiva da Colina*, Editora Aloisi, Piracicaba, 1975

Na chegada ele explica que o destino principal da povoação, seria o de servir para entreposto, destinado à sustentação da colônia de Iguatemi, nas fronteiras do Paraguai.

“Era a Fundação oficial de Piracicaba”.⁷

II.2. Piracicaba Pós Fundação Oficial

A simples povoação no decorrer da década de 1770, recebe famílias vindas de Itu e Porto Feliz, se estabelecendo e propiciando relativo desenvolvimento. Em 21 de junho de 1774, o povoado é elevado a Freguesia, ganhando o direito de ter capela curada e um pároco efetivo.

A colônia de Iguatemi, fronteira do Paraguai, é abandonada, refletindo na vida da Freguesia, promovendo divergências entre o capitão povoador e o seu pároco.

Em função desta situação começa a ser pensado a transferência para margem esquerda do rio, visando a qualidade das terras para o plantio de cana-de-açúcar.

No dia 31 de julho de 1784, o próprio capitão marca as terras e as doa para o futuro Rossio. No topo da colina, o arruador ituano traçou uma quadra com quarenta e seis braças de cada lado, limitadas com ruas de cinco braças de latitude, em direção norte-sul e leste-oeste, servindo para os futuros arruamentos, arruadores e engenheiros que o sucederam.

Na transferência o povoado perde a paróquia, e volta a depender de Itu. Mas este fato torna-se positivo, pois Itu e Porto Feliz se desenvolve como porto de passageiros, influenciando indiretamente na Freguesia. As terras roxas da região propiciam a cultura de cana e muitas sesmarias são pedidas.

Em 1810 a Freguesia volta a ser independente, e o progresso é notório: possuía 18 engenhos de açúcar e 2.200 habitantes não incluindo os 993 escravos.

⁷ GUERRINI, Leandro, *Piracicaba Noiva da Colina*, Editora Aloisi, Piracicaba, 1975

A Freguesia inicia sua luta para se tornar Vila, para aumentar sua autonomia nos atos legais e religiosos, sendo que para isto as exigências **eram da** construção da Casa da Câmara, feitura e levantamento do Pelourinho e a construção da Cadeia.⁸

II.3. Piracicaba Vila Nova da Constituição

O Desembargador de Itu chega a Freguesia, de cinco ruas e respectivas travessas, a capela esta caiada e o lugarejo está limpo e preparado para se tornar vila. Era 10 de agosto de 1822, e o Pelourinho foi erguido, e no dia seguinte a disputada eleição da primeira Câmara de Vereadores, e indicação do Carcereiro.

O Desembargador de Itu chega a Freguesia, de cinco ruas e respectivas travessas, a capela esta caiada e o lugarejo está limpo e preparado para se tornar vila. Era 10 de agosto de 1822, e o Pelourinho foi erguido, e no dia seguinte a disputada eleição da primeira Câmara de Vereadores, e indicação do Carcereiro.

No próximo mês, D. Pedro de Alcântara proclama a Independência do Brasil, e as solenidades são precedidas na nova Vila com toda participação e ordem da Comarca de Itu.

De 1822 à 1860, o casario foi se espalhando, as chácaras e os engenhos de açúcar e as serrarias para fora do perímetro urbano. No ano de 1837 a Vila Nova da Constituição possuía doze quarteirões e um população de 10.291 habitantes. Chaminés já faziam parte do cenário e oito fazendas respondiam pela produção de açúcar.⁹

⁸ VITTI, Guilherme, *Piracicaba a partir da fundação oficial*. Piracicaba Noiva da Colina Piracicaba, Editora Aloisi, 1975.

⁹ Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. VITTI, Guilherme (organizador e arquivista)



(Figura 05) Maquete Autoria professor e arquivista Guilherme Vitti

Fonte CEMUPLAN (s/d)

Piracicaba Margem Esquerda Rio 1822 (Rua do Porto/Estrada do Picadão/ Atual Praça da Mariz)

O Desembargador de Itu chega a Freguesia, de cinco ruas e respectivas travessas, a capela esta caiada e o lugarejo está limpo e preparado para se tornar vila. Era 10 de agosto de 1822, e o Pelourinho foi erguido, e no dia seguinte a disputada eleição da primeira Câmara de Vereadores, e indicação do Carcereiro.

No próximo mês, D. Pedro de Alcântara proclama a Independência do Brasil, e as solenidades são precedidas na nova Vila com toda participação e ordem da Comarca de Itu.¹⁰

De 1822 à 1860, o casario foi se espalhando, as chácaras e os engenhos de açúcar e as serrarias para fora do perímetro urbano.

¹⁰ Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. VITTI, Guilherme (organizador e arquivista)

No ano de 1837 a Vila Nova da Constituição possuía doze quarteirões e um população de 10.291 habitantes. Chaminés já faziam parte do cenário e oito fazendas respondiam pela produção de açúcar.¹¹

A lei provincial de 24 de abril de 1856 eleva a categoria de cidades as vilas de Bragança, Constituição, Morena e Franca, fato que a nossa Câmara iria reconhecer e divulgar oficialmente a população apenas em 14 de setembro do mesmo ano. Nesta ocasião Piracicaba possuía 1.600 casas , uma população urbana de 4.000 habitantes, e 22.000 em todo município, sendo contados 5.000 escravos.¹²

A partir do seu primeiro centenário a cidade da Constituição, passa a dotar de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, como ruas pavimentadas, novo Cemitério, Iluminação Pública e outras benfeitorias.¹³

A década de 1870 é considerada o início da era “Industrial” em Piracicaba, com a inauguração de uma fábrica de descaroçados de algodão, e o rio Piracicaba passa a ser explorado pôr um “Vaporzinho”, assim que o chamavam a primeira embarcação utilizando este sistema de energia, introduzindo a navegação pluvial regular.¹⁴

Na sequência dos fatos, no ano de 1874, a família Queiróz inaugura a fábrica de tecidos Aretuzina, onde sua implantação esta a margem esquerda do rio, bem em frente ao futuro próximo Engenho Central.”¹⁵

No dia 20 de fevereiro de 1877 é inaugurada a “Estação de Ferro Termo Final da Ituana”.¹⁶

A lei nº 21 de 13 de abril de 1877, restaura o nome de Piracicaba.¹⁷

A partir destes relatos começamos imaginar e refletir os momentos que a cidade de Piracicaba vai absorvendo e se organizando face a velocidade “na época imaginamos” dos impactos no urbano.

¹¹ Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. VITTI, Guilherme (organizador e arquivista)

¹²

¹³

¹⁴

¹⁵

¹⁶

¹⁷

II.4. Piracicaba a caminho do século XX

O Engenho Central, objeto referência retratado anteriormente, como podemos sentir nesta tentativa de situar a sua participação na história e na história do urbano, suporte físico dos acontecimentos, nesta visão quase cronológica e sintética, está buscando a criação do cenário da discussão o qual teremos que trabalhar.

O final de século XIX, o que nos está parecendo foi muito decisivo para Piracicaba, na sua afirmação como cidade, entrando numa perspectiva de valores que estão sendo introduzidos com a industrialização, e o conseqüente reequipamento da cidade.

As mudanças registradas são sensíveis: Engenho Central (1882); o sistema de coleta de lixo (1883); abastecimento de água (1887); rede de esgoto (1888); a iluminação elétrica (1893).¹⁸

A proclamação da República em 1889 vem praticamente encerrar com força este período de grandes mudanças. Conforme vem se lendo nesta história piracicabana, devido o fato de ser base de influência no partido Republicano, muitos benefícios continuaram a chegar na cidade, entrando no século XX, com expressão desenvolvimentista, e participação significativa nacional.

II.5. Piracicaba século XX

A administração Perrepista (republicanos) foi considerada modelo, principalmente pôr seus investimentos em educação, saúde pública, e pelo fortalecimento da economia local.

Os republicanos ergueram obras de impacto na estrutura e organização da cidade: O Banco do Custeio Rural de Piracicaba (1911); A Escola Normal (1913); A secretaria da Agricultura do Estado instala o Matadouro Municipal (1913).

¹⁸ PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A Síntese Urbana*. Piracicaba editora Shekinah, 1989.

Outro fato marcante, mas de iniciativa particular, foi a inauguração em 1901 da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz, cujo articulador e doador inclusive das suas terras, não pode presenciar esta renomada instituição de ensino, devido sua morte.

Os primeiros vinte anos do século XX foram para Piracicaba, um período de alto crescimento demográfico, a população passa de 23.374 habitantes em 1900 para 67.732 em 1920, isto se deve também aos fluxos imigratórios.¹⁹

A década de 30 foi favorável à modernização dos antigos engenhos, pois a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, foi fator de mudanças na produção de açúcar de São Paulo, e o grupo Dedini ofereceu condições favoráveis aos usineiros que gostariam de requalificar suas máquinas e equipamentos, aceitando em troca os equipamentos superados como parte do pagamento e entrando com participação em vários empreendimentos.

Nos anos seguintes o grupo Dedini era um dos maiores montadores de Usinas de Açúcar e Destilarias de Alcool no país, inclusive operando no mercado externo.

O processo de industrialização acelera ainda mais na década de 1940, pois com a Segunda Grande Guerra Mundial, dificultando as importações, foi necessário o aperfeiçoamento do produtos nacionais, destacando além do Dedini, outros grupos que ampliam ou são criados na cidade.

Nos anos de 1957 e 1958, foram pavimentados mais de 20 quilômetros de ruas, construídas pontes e escolas erguidas. A taxa de crescimento deu um outro salto. A cidade alcançou a população de 116.403 habitantes, com a chegada de 35.000 imigrantes.

No segundo centenário de Piracicaba, agosto de 1967, o município atinge a população de 131.541 habitantes, hospitais com 600 leitos, e 152 escolas de ensino básico e médio.

O Brasil nos anos de 1970 entra no célebre momento de euforia nacional, o chamado “Milagre Econômico”, promovido pelo regime Militar, no qual sustentava uma prática econômica desenvolvimentista, com um clima de confiança para a maioria da população, em desrespeito aos direitos

¹⁹ PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A Síntese Urbana*. Piracicaba editora Shekinah, 1989.

democráticos e humanos para outros brasileiros mais conscientes do verdadeiro crescimento e qualidade de vida.

A partir destes efeitos entusiastas muitas empresas começam a serem transferidas para o interior paulista. Piracicaba cria o seu primeiro Distrito Industrial, *nas antigas terras de fazendas do Engenho Central*.

Nesta década também ocorreram um grande número de loteamentos, sendo alguns destes implantados em antigas fazendas do Engenho Central.

II.6. A indústria do açúcar na cidade e o rio

As refinarias do final do século XIX não existiam no Brasil, acontecendo o fenômeno da exportação da cana-de-açúcar, para posterior importação do açúcar refinado. Embora o açúcar viesse da Europa, algum açúcar interno, o mascavo, era produzido em pequenas refinarias ou nos próprios engenhos, que uniam as atividades de plantio e produção.

Pôr razões fundadas na política colonial das metrópoles francesas e portuguesas, as Antilhas, como o Brasil, ocupavam no sistema imperial do século XVIII, em relação ao comércio do açúcar, a posição de mercado de fornecimento de açúcares não refinados. Enquanto as cidades metropolitanas tinham o privilégio desta atividade.²⁰

Na área central da Capitania de São Paulo, no quadrilátero formado pôr Mogi-Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba, estava concentrada a maior parte da cultura de cana-de-açúcar e da indústria canavieira. Lembrando desde já com esta observação a importância da atividade na cidade de Piracicaba.

No entanto, como diz Wilson Suzigan, “quando a indústria tradicional de açúcar de cana começou a sofrer concorrência do açúcar de beterraba e do produzido em Cuba, com maquinaria moderna, a antiquada indústria brasileira começou a se questionar, passando a considerar seriamente a introdução de equipamentos modernos, a divisão do trabalho entre o cultivo da cana e a fabricação do açúcar”.

²⁰ CANABRAVA, Alice Piffer, “A indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas”. São Paulo, F.F.C.L./ USP, (tese mimeografada), 1946.

O papel dos rios agora é fundamental, onde as primeiras empresas a buscarem esta modernização, tinham em suas cláusulas de financiamento o uso pleno do rio.

Na essência significava retirar tudo o que o rio atrapalhasse no fornecimento de água para os engenhos, havendo ainda cuidados de se construírem canais,” numa apropriação indireta”, assim comenta Stanley Stein. Ele lembra também que a força hidráulica tinha certas desvantagens, obrigando os empresários a utilização do vapor.

É nesse quadro de fornecimento de energia hidráulica e início da implantação da energia a vapor que as indústrias de São Paulo ganham corpo após 1880, e começam a se instalarem nas cidades, em função também da divisão do trabalho e a exigência de mão de obra especializada

Até este momento, estamos ainda operando no sistema e nas exigências das metrópoles na produção do açúcar, quando a partir dos Engenhos Centrais no país a revolução inicia-se nesta atividade.

II.7. O Engenho Central de Piracicaba

Com o propósito de animar a indústria açucareira no Brasil, em 6 de novembro de 1875 foi promulgada a Lei Geral nº 2.687, cujo artigo 2º autorizava o governo a garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de 30.000:000\$000 (trinta mil contos) às Companhias que estabelecessem Engenhos Centrais “para fabricar assúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos modernos os mais aperfeiçoados”.²¹

Das cinco concessões de garantia de juros às Companhias, quatro foram as cidades citadas da província de São Paulo, sendo uma das beneficiadas a de Piracicaba, como terceira concessão, pelo decreto nº 8.089 de 7 de maio de 1881.

A expressão Engenho Central, na linguagem da Legislação Imperial, está ligada aos princípios da separação entre atividades agrícolas das industriais. O processo visa a concentração para o econômico e aperfeiçoado

²¹ CANABRAVA, Alice Piffer, “A indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas”. São Paulo, F.F.C.L./ USP, (tese mimeografada), 1946.

fabrico e produção do açúcar de um certo número de fazendas (propriedades) contribuídas.

Essa separação, transformada em ato político e administrativo já era evidente na prática em alguns países açucareiros. A “Fábrica” era desde o início do século XIX mais dinâmica que a lavoura, como é citado na obra de Miguel Calmon. A tecnologia agrícola se desenvolveu pôr solicitação da fábrica, que aumenta sua capacidade de extração e sua produtividade.²²

Outro fator de relevância, é que nas concessões para companhias, umas das cláusulas do contrato era a proibição do trabalho escravo, agindo no sentido de forçar a favorecer a imigração, caso verificasse dificuldades na utilização do trabalhador livre no Brasil.

O Engenho Central de Piracicaba foi fundado pelo Dr. Estevão de Souza Rezende - Barão de Rezende, que lidera um grupo de empresários locais e cede para a formação da companhia, parte de sua fazenda denominada São Pedro, localizada à margem direita do rio Piracicaba, logo abaixo do famoso acidente geográfico “Salto do Piracicaba”, local de sua implantação e atual centro geográfico da cidade.

A 18 de novembro de 1881, chega da França a primeira remessa de maquinaria, os materiais provenientes da Empresa Brissonneau Frères, da cidade francesa de Nantes, chegam a Piracicaba para serem montados pelo engenheiro mecânico Antonio Patureaux e seu colega Fernando Desmoulin. *Nantes é uma cidade portuária localizada na foz do Rio Loire, oeste da França, perto da costa do Atlântico.*

Em 31 de dezembro os estatutos da Empresa do Engenho Central, fundada pelo dr. Estevão Ribeiro de Souza, para explorar no município de Piracicaba a indústria açucareira são aprovados pela Câmara.

Em julho de 1882 estava decidida a construção de uma estrada de ferro que margearia o rio Piracicaba, partindo da cidade no sentido do Canal Torto, ponto terminal dos vapores da Companhia Fluvial durante a estação seca, numa iniciativa do Engenho Central e da Cia. de Navegação Fluvial Paulista .

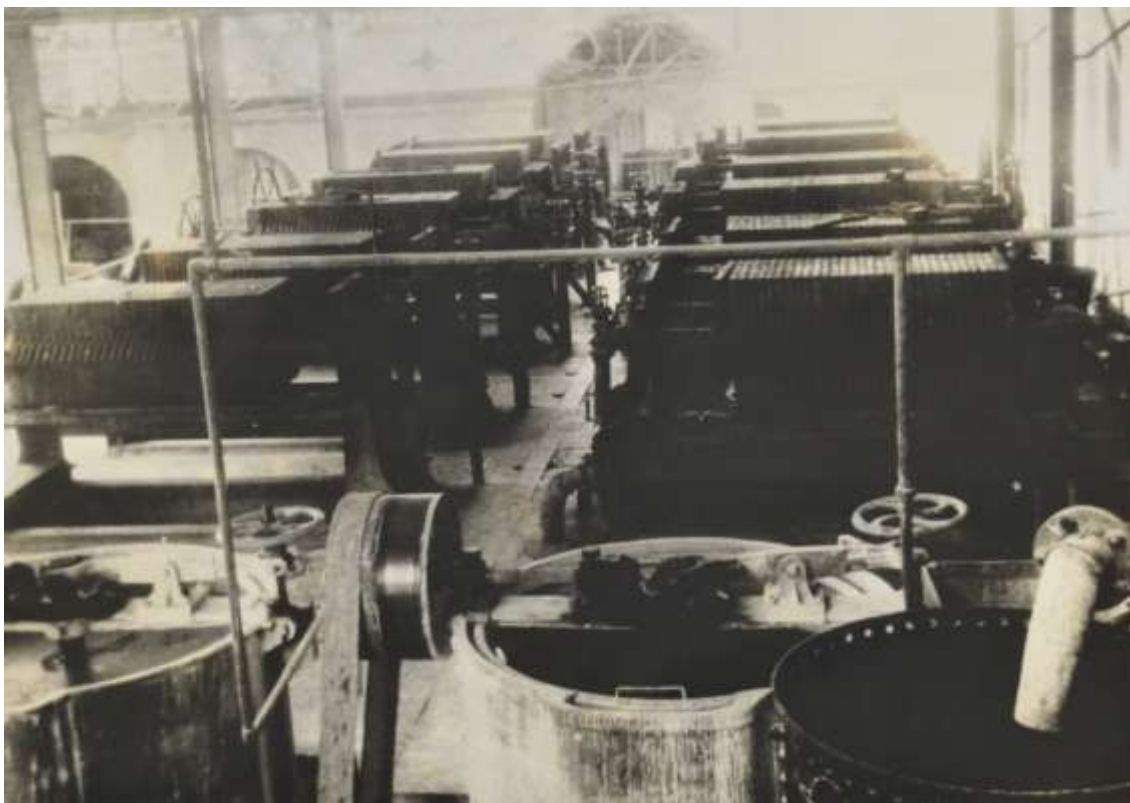
²² *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1885*, Tomo XXIV, Parte I e II, Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, 1876, págs. 197-191.

Outubro do mesmo ano, às sete horas da manhã as máquinas do Engenho Central foram acionadas, pondo em funcionamento o grande complexo agroindustrial: "respeitável pelas suas proporções gigantescas, quanto ao edifício e quanto à grandeza do seu maquinário, composto de oito cilindros com entradas automáticas das canas e saída do bagaço pelas fornalhas - três geradores da força de cem cavalos servidos por uma chaminé de tijolos, com trinta e cinco metros de altura; três tanques de cobre para saturar a garapa."



(Figura 06) Engenho Central Primeiros Edifícios (início século XX)

FONTE SEMAC



(Figura 07) Engenho Central Maquinaria Interior Edifícios Primeiros (s/d)

FONTE SEMAC



(Figura 08) Engenho Central Maquinaria e Operários Interior Edifícios Primeiros (s/d)

FONTE SEMAC



(Figura 09) Diário Oficial União 31/07/1899 (Fonte Cópia Autor)

Com a denominação de Companhia Niagara Paulista, o Barão de Rezende tenta salvar o investimento, mas não foi possível, passando a fazer parte em 1889, da Companhia Francesa Societé Sucrerie de Piracicaba.

O Decreto acima (figura 03) concede à Companhia denominada Sucrerie de Piracicaba para funcionar na República, é obrigada a ter no Brasil com plenos e ilimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado o receber citação inicial pela companhia.

O processo dos Engenhos Centrais , desde a lei Geral nº 2.687 de 1870, que garantia a instalação dessas fábricas no Brasil, sempre encontrou dificuldades administrativas e operacionais, como também nestas duas décadas, o período de implantação demonstrou desfavorável.

O açúcar brasileiro, favorecido pela conjuntura do final do século XVIII, quando se verificou o renascimento dos engenhos paulistas, a partir da segunda metade do século XIX, entra numa fase de recessão que tem origens na baixa dos preços e no aumento da concorrência nos mercados internacionais.



(Figura 10) Engenho Central Transporte Cana de Açúcar Máquina a Vapor (s/d)

FONTE SEMAC

Soma-se a violenta retratação na exportação do produto brasileiro a fase de desorganização interna, ao desenvolvimento da incompatibilidade da coexistência da produção mercantilista com o regime escravatista, e a conseqüente substituição das relações escravatistas pelas relações de produção baseadas na mão-de-obra assalariada.

A iniciativa dos Engenhos Centrais era arrojada demais para a economia do país e as más condições de mercado, insuficiência de matéria prima, manutenção e substituição de máquinas e equipamentos, mão-de-obra, somadas à presença de pequenos engenhos sob regime de escravidão levaram à falência do projeto. Período que marcou o final do século XIX.

Após esse período que marcou os finais do século XIX, em relação a produção e economia do açúcar, entramos na primeira década deste século, com praticamente o fim e o abandono do processo Engenhos Centrais no Brasil, surgindo em seu lugar as grandes “Usinas”, reunindo novamente a agricultura e indústria

Apesar do abandono do processo, a expressão engenho central consegue resistir e continua como referência desta unidade industrial na cidade de Piracicaba, sendo que ano de 1907, o grupo francês, com sede em Paris, Societé Brésiliennes, incorpora a este patrimônio as seguintes fazendas de administração direta: Fazenda Santa Rosa; Fazenda São José; Fazenda Água Santa; Fazenda Jibóia; Fazenda Santa Lídia; Fazenda São Luiz; Fazenda Caiapá e Chácara São Pedro.²³

As propriedades agrícolas todas possuíam colônias com casas para trabalhadores na lavoura, sede administrativa e residências para administradores. Elas eram interligadas ao Engenho Central pôr estrada de ferro e rodovias.

Com o advento da 1^o. Grande Guerra Mundial, acontece forte estímulo no mercado internacional do açúcar-de-cana, promovendo reação no Brasil, e

²³ ALDROVANDI, Alcides, “A Vila e seus Vilões (*História de um Bairro*)”. São Paulo, Editora e Artes Gráficas Ltda, 1991.

conseqüente aumento de produção no município de Piracicaba: em 1912 produz 414.632 sacas, passando para 615.915 sacas no final do ano de 1916.

Em 1929, o verde dos canaviais firmou definitivamente seus domínios em terras piracicabanas.

No ano de 1928 o Engenho Central e Usina Monte Alegre, localizada na margem esquerda do rio Piracicaba, um pouco mais acima do “Salto” de mesmo nome, juntos passam da produção de 1.5 toneladas para 1.8 em 1932.

E continuaria subindo mais, se não sofresse as limitações impostas pelo recém criado I.A.A - Instituto do Açúcar do Alcool, que por outro lado estimulou a produção do álcool anidro, diversificando assim estas fábricas.



(Figura 11) Engenho Central Saco de açúcar (s/d)

FONTE SEMAC

E continuaria subindo mais, se não sofresse as limitações impostas pelo recém criado I.A.A - Instituto do Açúcar do Alcool, que por outro lado estimulou a produção do álcool anidro, diversificando assim estas fábricas. Com o controle do I.A.A , para manter estáveis os preços do produto, as usinas investiram também nas atividades agrícolas, para garantir o suprimento da cana-de-açúcar. A promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira obrigou os industriais a adquirirem parte da matéria-prima dos fornecedores.

A partir da década de 30, muitos engenhos existentes na região, desapareceram ou foram encampados pelas grandes usinas. As relações de trabalho se modificam. Na cidade formou-se um contingente expressivo de operários, em face de maior diversificação industrial.



(Figura 12) Engenho Central Foto Operários (1943)

FONTE SEMAC

O açúcar continuou exercer papel preponderante na economia piracicabana nos anos seguinte: na década de 50 representava 52% do valor da produção agrícola, cabendo 27% aos cereais e apenas 9% ao café e outras culturas. Dez anos mais tarde, essa produção subiria para 75%.²⁴

Em novembro de 1970, o Engenho Central de Piracicaba, de propriedade ainda da Société Sucrière Brésiliennes, foi vendido para as Usinas Brasileiras de Açúcar S.A - UBASA, de propriedade do empresário José Adolpho da Silva Gordo, que manteve em operação até o ano de 1974, quando foi radicalmente desativado.

²⁴ ALDROVANDI, Alcides, "A Vila e seus Vilões (História de um Bairro)". São Paulo, Editora e Artes Gráficas Ltda, 1991.

TERCEIRO CAPÍTULO

III. As Ações Preservacionistas e suas Apropriações.

Piracicaba foi uma das primeiras cidades do interior paulista a criar um Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural, sendo com esta ênfase que iniciamos este capítulo como forte intenção e pretensão na preservação de seus valores culturais e naturais, valendo-se naquele momento, com nomeações de seus conselheiros, paritários, representantes da sociedade civil e membros da prefeitura, nomeados pelo executivo, mediante indicação de vivência e conhecimento nas diversas áreas do saber.

No dia 08 de novembro de 1979, através da Lei N°. 2.374, o Prefeito João Herrmann Neto, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a criação do “Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba”, cujas atribuições no artigo 1º. (primeiro) não ultrapassarão quaisquer das cometidas a órgãos correlatos, no âmbito estadual e nacional.

O artigo 2º (segundo) – O CODEPAC tem os seguintes objetivos:

- 1- definir a política municipal de defesa do patrimônio cultural;
- 2- proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para a defesa do patrimônio cultural: histórico, folclórico, artístico, ambiental, ecológico e arqueológico do Município;
- 3- coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio cultural do Município.

O artigo segundo nestes primeiros momentos da criação do CODEPAC, traduz a intenção e a necessidade de um órgão específico de preservação do patrimônio cultural no município de Piracicaba, em função dos lugares e das coisas produzidas e vividas, neste território e no tempo. Observa-se haver um cuidado e olhar para sua permanência e devida apropriação pela sociedade no seu uso e acervo para o imaginário das gerações contemporâneas e as do futuro.

O artigo 3º. (terceiro) – Farão parte deste Conselho os seguintes membros:

- 1- o titular da Coordenadoria de Ação Cultural;
- 2- um representante da Câmara Municipal;
- 3- um arquiteto, indicado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba;
- 4- um jurista, indicado pela Câmara Municipal;
- 5- um historiador, indicado pela *Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP*;
- 6- um ecólogo, engenheiro agrônomo ou florestal, indicado pela *Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queirós” – ESALQ*;
- 7- um artista plástico, indicado pelo Conselho Coordenador das Entidades Civas de Piracicaba;
- 8- um folclorista representante da Coordenadoria de Turismo;
- 9- um representante da Coordenadoria de Turismo;
- 10- um representante do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba;
- 11- um representante da Diocese de Piracicaba;
- 12- um representante do Departamento de Cultura da Casa do Médico de Piracicaba;
- 13- um representante da Academia Piracicaba de Letras.

A citação literal acima, artigo terceiro, parte integrante e significativa da Lei 2.374, pesquisada nos arquivos da Câmara Municipal de Piracicaba e arquivo pessoal, faz refletir na época de sua aprovação e criação do respectivo Conselho, preocupações e necessidades da preservação do patrimônio piracicabano, e demonstra também a participação na indicação de representantes da sociedade civil, onde podemos destacar as academias nas figuras da UNIMEP e ESALQ.

Na sequência o DECRETO Nº. 3.016, de 17 de julho de 1980 – (Regulamenta a Lei Municipal nº. 2.374 de novembro de 1979, e dá outras providências.).

No capítulo I, Artigo 1º. Define que o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba é órgão integrante da Coordenadoria de Ação Cultural e reitera os objetivos da Lei 2.374, na sequência em outros artigos, a organização, estrutura, formas, elaboração do regimento interno,

procedimentos legais e técnicos, para alcançar seus propósitos na preservação dos bens culturais e naturais.

Fazendo observação sobre a participação de uma coordenadoria da cultura, é possível ver intenções, na locação do conselho em uma condição estratégica de discussões no âmbito cultural, na busca da valorização e visibilidade das áreas de entendimento do patrimônio e sua preservação.

No capítulo II – (DO TOMBAMENTO) e sua regularização, destacamos alguns artigos na sua íntegra para melhor compreensão das iniciativas pretendidas no sentido de assegurar aos patrimônios a sua preservação e permanência.

Artigo 11 – Os bens que compõem o patrimônio cultural do Município, nas espécies de bens históricos, folclóricos, artísticos, turísticos, ambientais, ecológicos e arqueológicos, serão preservados pelo processo do tombamento nos termos da Lei Municipal Nº. 2.734, bem como, de toda a legislação estadual e federal pertinentes, na forma do que dispõe o presente decreto. No Inciso primeiro compreende-se na presente categoria, os bens imóveis e móveis que se revistam, também, de valor artístico-cultural.

Artigo 12 – O tombamento de bens que possam compor o patrimônio cultural do Município será sugerido mediante parecer do CODEPAC, e se formalizará por decreto do Poder Executivo.

Inciso 2º. – A abertura do processo de tombamento será procedida de ofício, pelo CODEPAC, segundo deliberação de seus conselheiros, ou mediante provocação de qualquer interessado.

Artigo 16 – Os bens tombados e aqueles objeto de processo de tombamento, não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados, em qualquer hipótese, e nem, sem a prévia autorização do CODEPAC, serem reparados em parte ou em seu total sob penas no inciso 3º. do artigo 10, da Lei Municipal nº. 2.374.

Na condição de “Bem Tombado ou em Processo de Tombamento”, é importante reforçar que a Prefeitura do Município, não interfere no *Direito de Propriedade*, mas pode criar mecanismos de apoio técnico e financeiro para o titular do patrimônio móvel ou imóvel, buscando como exemplo parcerias públicas e privadas e isenções de impostos.

Até este momento muitas ações e alguns “Tombamentos” foram realizados, mas na continuidade do foco em questão iremos nos deter nas intervenções no Sítio Histórico e Engenho Central.

Falaremos à frente das leis Complementares e respectivas Revogações em relação ao CODEPAC, das alterações significativas e das composições de seus conselheiros, como forma de representação da sociedade civil, órgãos públicos, e instituições públicas e privadas. Estes relatos cronológicos referenciam os enfoques dados pela gestão administrativa no período em curso e nas políticas específicas de seus interesses.

Em 22 de junho de 1988, O prefeito Adilson Benedito Maluf sanciona e promulga a Lei Nº. 2.025, que altera a composição de seus membros, onde essa substituição ocorre na inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil no lugar da indicação da Câmara Municipal (advogado) e na inclusão do Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba. Ocorre também na exclusão do representante da entidade Casa do Médico, e afirmando que o processo de Abertura e Tombamento, deverão ser por maioria absoluta presente.

A Lei Nº. 4.276 de 17 de junho de 1997 (Revoga as Leis anteriores: Nº. 2.374 /1979 e Nº. 2.374 / 1988). Esta revogação passa na inclusão de mais dois representantes na composição do conselho: A participação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba – SODEMAP e da Secretaria Municipal de Obras, ampliando para 15 membros os seus conselheiros.

Nessa revogação a supressão do Artigo 1º. No seu parágrafo 3º. (coordenar, integrar e executar as atividades referentes à defesa do patrimônio cultural do Município).

Esta nova lei, como ato de revogação das anteriores, foi sancionada pelo prefeito Humberto de Campos, onde o CODEPAC, com a supressão do artigo citado, passa apenas a indicar, encaminhar, sugerir medidas de proteção e organizar junto ao município medidas e ações para a preservação dos bens de interesse, e em processo de tombamento.

A fiscalização dos imóveis neste período de vigência passa a ser de competência da Secretaria Municipal de Obras, onde as sanções e punições as intervenções irregulares continuam inseridas nos artigos não supridos desde a criação do CODEPAC.

No ano de 2002, o prefeito José Machado, sanciona e promulga a Lei Nº. 5194 de 25 de setembro (Dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina as atividades, a produção, os programas e as iniciativas artístico-culturais do Município de Piracicaba, bem como especifica a natureza e as funções da Secretaria Municipal da Ação Cultural e dos outros órgãos da Administração Pública auxiliares na gestão cultural.).

O Capítulo I – Das DISPOSIÇÕES GERAIS SEÇÃO I, torna legal a Localização e Competência da Secretaria, trazendo no corpo do artigo 2º - A Secretaria da Ação Cultural, criada por Lei Nº. 3.339 de 15 de outubro de 1991, terá o seu funcionamento e sua sede no ENGENHO CENTRAL de Piracicaba, tendo esse referido órgão as seguintes competências: Iremos destacar o item III – as ações visando o levantamento; a documentação e a proteção do patrimônio arquitetônico; histórico e artístico do município.

Nesse ato, o importante é destacar a evidência e intenção, na forma de ocupação e uso do espaço Engenho Central, reafirmando seu caráter de domínio público, como também a preocupação de atividades permanentes na gestão e administração do patrimônio: A presença Institucional no conjunto de futuros planos intervencionistas e de apropriação do lugar.

No mesmo Capítulo I, artigo 3º. Parágrafo Único: O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba – CODEPAC e o Fundo de Apoio à Cultura, integram ainda a estrutura da Secretaria, estando ligados ao Secretário por linha de Coordenação, sendo esta reforçada no Artigo 45 – O CODEPAC está subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Ação Cultural.

Nesta leitura podemos observar a tentativa de reforçar ainda mais as direções no plano cultural da preservação no município, acompanhadas de perto: suas ações, vocações e destinos dos bens.

As leis complementares, nesta forma de leitura, continuaram sendo alteradas e seus artigos transferindo competências, mudando formas de ações e olhares para o patrimônio piracicabano.

Em 13 de abril de 2005, o prefeito Barjas Negri, sanciona e promulga a Lei Nº. 171, onde os artigos primeiro e segundo, revogam e integram o CODEPAC, à outro órgão, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica expressamente revogado o CAPÍTULO 1 – Do CODEPAC, do TÍTULO II- Dos órgãos Vinculados Diretamente ao Secretário Municipal de

Ação Cultural, todos da Lei Nº. 5.194, alterada pela Lei Nº. 5.434, de 25 de junho de 2004.

Art. 2º. O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba-CODEPAC criado pela Lei Nº. 4276, de junho de 1997, fica integrado ao Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba.

Parágrafo único. O Conselho de que trata o *caput* deste artigo será subordinado diretamente ao Diretor do IPPLAP.

Parece-nos nesta ação legal de revogação, a mudança ou ampliação de áreas do conhecimento e atividades interdisciplinares na proteção e zelo do patrimônio cultural piracicabano, destacando para isso o Instituto de Pesquisa e Planejamento, como peça organizacional das políticas públicas de preservação no município.

As alterações na composição de seus membros, passaram a incorporar mais 04 (quatro) instituições com seus representantes: Departamento de Patrimônio Histórico do IPPLAP; Departamento de Uso e Ocupação do Solo do IPPLAP; Departamento de Projetos Especiais do IPPLAP; Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, Secção Piracicaba.

Outra inclusão a ser observada nesta Lei, está relativizada no seu artigo 10 (dez), classificando os imóveis tombados e enquadrados por ato do poder Executivo Municipal em uma das três categorias de “Preservação”:

P1- imóvel a ser totalmente conservado ou restaurado, tanto interna como externamente, pelo excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural de toda unidade;

P2- imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser parte do conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamentos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano;

P3- imóvel adjacente à edificação ou a conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido, mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas.

“Esta classificação vem acompanhada de uma série de medidas e regras intervencionistas, tanto no caráter formal, estrutural e volumétrico, como benefícios e obrigações a serem cumpridas por ambas as partes (prefeitura e proprietário), nos imóveis envolvidos no ato do tombamento e posterior acompanhamento técnico-jurídico na manutenção do patrimônio”.

Os serviços técnicos deverão ser executados pelo CODEPAC, na figura legal do Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba, determinando prazos e informando as infrações as autoridades jurídicas competentes.

Complementando estas referências legais, considerando como introdutórias para o conhecimento das atribuições, ações e competências do órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural de Piracicaba, citaremos a Lei Complementar N. 253, de 02 de julho de 2010, conforme procedimentos anteriores destacando apenas itens de significados mais relevantes na gestão de zeladoria patrimonial, como objetivos e responsabilidades.

Esta referida Lei N.253, aprovada e sancionada pelo prefeito Barjas Negri, no seu artigo 4º. O CODEPAC terá sempre uma composição paritária, sendo constituído assim constituída: Poder Público e Sociedade Civil.

Nesta proposição a Lei separa a participação e indicação dos seus representantes em duas composições: Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, substituindo as duas indicações do IPPLAP, acrescenta ainda a Procuradoria Geral do Município e elimina as participações da Escola de Engenharia de Piracicaba e Associação dos Artistas Plásticos. Ficando o CODEPAC com um total de 17 (dezesete) instituições e órgãos representados.

Em relação aos objetivos do conselho, pouca coisa foi alterada nesta Lei, valendo-se que ela reforça o disposto no art. 216 da Constituição Federal de 1988, que propõe ações efetivas, genéricas ou específicas, para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arquitetônico, arqueológico do Município de Piracicaba, seja ele móvel, imóvel ou imaterial.

Uma vez iniciado este capítulo com enfoque na criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba e suas atribuições, gostaria no momento e sequência apresentar alguns conceitos, referenciais e pequena cronologia do cenário e quadro no Brasil da preservação de nossa cultura.

O que seria então tombamento?

TOMBAMENTO (s.m.): ato ou efeito de tombar. (Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira).

TOMBO (s.m.): inventário de terrenos demarcados; Arquivo, Registro de coisas ou fatos relativos a uma especialidade ou Região. (Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira).

O “Tombamento” é o registro de monumentos, construções, documentos, objetos, lugares, manifestações geológicas, áreas de interesses naturais, acidentes geográficos e todas as formas de memória de um povo, que necessita da proteção do Poder Público e da Comunidade.

O “Tombamento” de um “Bem Cultural”, público ou privado, se dá através da figura jurídica do “Decreto Lei”, pelo Governo Federal, Governo Estadual e pelo Governo Municipal, assinado pelo poder Executivo, respectivamente (Presidente da República, Governador do Estado e Prefeito Municipal), mediante indicação e justificativa dos Conselhos respectivos representativos de cada instancia.

O “Tombamento” não interfere no Direito de Propriedade, e não obriga aos Órgãos Públicos a sua Desapropriação. O proprietário não perde o direito de uso e o direito de negociação e venda.

O “Bem Cultural” tombado, não poderá ser alterado, modificado, ampliado ou acrescido, sem o parecer técnico dos Conselhos, do qual tem o compromisso público para as devidas orientações e acompanhamento das intervenções necessárias para os usos atuais, e sua preservação.

A manutenção de um “Bem Cultural”, Tombado ou em processo de Tombamento, não implica na responsabilidade financeira do Poder Público, podendo os Conselhos, procurar meios para a sua viabilização.

Parcerias Públicas Privadas (PPP), Patrocínio Publicitário, Troca ou Permutas, Benefícios Sociais, Aplicações de Operações Urbanas e outras formas de utilizações de Legislações que favoreçam o Bem Cultural, sobre este regime de controle.

O “Tombamento” não garante a preservação de um bem cultural, mas é um dos instrumentos legais que tenta impedir a sua “Destruição”.

PATRIMÔNIO: Conjunto de bens de natureza material e imaterial

VALOR: É atribuído, ele não é inerente

CATEGORIAS do PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 216: Constituem Patrimônio material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

- I- As formas de expressão;
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como conceito o “Patrimônio no Brasil”, foi recentemente ampliado, pensado e tratado como paisagem cultural brasileira, nesta nova lógica é visto e composto na seguinte qualificação e ou classificação: [...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os

modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico[...]²⁵.

Nas quase quatro últimas décadas no Brasil a referência, o olhar que se limitava a questão patrimonial e sua zeladoria aos monumentos históricos, torna-se maior na apropriação do novo universo de ver os valores nacionais, passando e titulando-os como bens culturais.

Atualmente constituído e nomeado como: Bens Tangíveis e Intangíveis. Os bens culturais quando pela ação do Estado declarados oficialmente e inscritos nos “Livros de Tombo”, passam a ter naturezas *materiais e imateriais*.

Patrimônio Material: Ação Política do Estado sobre bens culturais como edificações, centros urbanos, paisagens naturais, obras de arte, mobiliário, sítios arqueológicos, bens e artefatos.

Patrimônio Imaterial: Ação do Estado referente às festas, as danças, os saberes, os ofícios, costumes, cantigas, crenças, tradição oral entre outras manifestações que constituem as memórias coletivas e nossa identidade.

Neste breve relato dos conceitos de patrimônio no Brasil, não poderíamos deixar de comentar a origem das primeiras preocupações com o patrimônio, e politicamente o envolvimento do Estado. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1997), a partir da década de 1920 houveram dois fatos que protagonizaram as ações preservacionistas.

O primeiro deles é o movimento modernista, cujos intelectuais lideraram projetos patrimoniais por ocuparem as direções dos órgãos nacionais criados para a gestão do patrimônio no Brasil. O segundo fato determinante deve-se à ambiência histórica do Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), período marcado por uma dicotomia: de um lado, a intensa censura; de outro, espaço para a realização de projetos.

²⁵ Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009. *Diário Oficial da União nº. 83, p. 17*, maio 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>

No período e governo de Getúlio, reforçando essa dualidade, segundo Figueira e Miranda (2012) foi criada a Agência Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com propósitos claros de censurar quaisquer manifestações ou opiniões contra seu governo. Ao mesmo tempo ele cria também vários órgãos permitindo e abrindo espaços para projetos culturais: Ministério da Educação e Saúde; *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)*; Conselho Nacional de Cultura; Conselho Consultivo do Sphan; Instituto Nacional do Livro, Serviço Nacional do Teatro; Instituto do Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa.

Na busca da identidade brasileira os modernistas conjuntos nos seus ideais, que era reconhecer e torna-se conhecido nossos valores culturais, surge a figura significativa desse movimento, Mário de Andrade colocando a cultura brasileira em debate, promovendo a discussão intelectual em todas as áreas do conhecimento e suas manifestações nas diversas formas: na literatura, nas artes, nas ciências e das tradições. Até o momento a tradição espelhava apenas no folclore.

Mário de Andrade, no ano de 1930 era diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, e elabora o anteprojeto que daria impulso à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan. No ano de 1936 Rodrigo M.F. de Andrade, assume a responsabilidade de tornar o projeto em possibilidade, e o Sphan tem suas atividades iniciadas em caráter experimental como órgão.

Oficialmente o Sphan foi criado pela Lei n. 378 de 13 janeiro de 1937, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde no então governo Getúlio Vargas, aparecendo como conceitos institucionais os termos: Histórico e Artístico. Figueira e Miranda (2012).

Nas análises e observações das atividades do Sphan, em suas primeiras e sequentes ações, pautava-se no tombamento de imóveis consagrados pelo seu reconhecido estilo e dimensões, arte, historicidade e usos, não havendo ainda a incorporação dos valores culturais, que abrangessem as “coisas simples” ou banais da vida brasileira, na cidade e nos campo.

As referências coisas simples e banais estão relacionadas nos valores da época ou período dos primeiros tombamentos e ações preservacionistas, onde prevaleciam aqueles de significado visível, representativos dos poderes políticos, das classes dominantes, das classes intelectualizadas e da igreja, no qual o espaço da história: representativo e simbólico.

Os lugares do trabalho e vida, do trabalhador, do homem simples, das suas construções e manifestações, neste momento do Brasil, poucas foram as ações no sentido deste patrimônio a preservar, o qual carrega mais memória do que sua própria história diluída no tempo. O que permaneceu das senzalas, das pequenas habitações coloniais, dos cortiços, das vilas operárias e lugarejos urbanos?

No ano de 1968, é criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, pelo governador do Estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, em 22 de outubro pela Lei N. 10.247.

A partir da criação do CONDEPHAAT, os dois órgãos passam a atuar juntos: CONDEPHAAT e SPHAN, surgindo novas proposições e conceitos para a preservação de bens culturais, ampliando as formas de conceituar os fatos e objetos de interesse: como *referência cultural*.

Neste conjunto de ideias e reflexões, o Sphan no percurso dos anos setenta, após várias medidas estruturais de integração nacional, passa ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mantendo-se até os dias de hoje.

Retomaremos aos órgãos de instâncias superiores no desenvolvimento desse capítulo, principalmente do órgão estadual CONDEPHAAT, em função da sua presença no sítio histórico de Piracicaba, promovendo o tombamento da “Casa do Povoador” e “Engenho Central”, reforçando o caráter relevante e significativo dos dois bens culturais além território piracicabano.

Iremos neste sentido da proposta de trabalho e texto da dissertação, entrar neste momento, nas ações preservacionistas implementadas a partir da década de cinquenta no sítio histórico proposto e recortado para esta intenção de reconhecimento, da leitura, das intervenções e apropriações, dos referidos bens móveis e imóveis, localizados neste espaço de história, memória e identidade piracicabana.

O relato das ações de preservação, serão os efeitos da materialidade urbana resultante das intervenções e apropriações de usos dos bens culturais, como elementos e fatos que se propõe ao seu objeto e objetivo de memória e história na própria justificativa de sua permanência no cenário da cidade contemporânea.

Vários olhares, impressões e formas de se apropriar da Rua do Porto, Avenida Beira-Rio, Largo do Pescador, o rio Piracicaba e Salto, o seu lado direito com Parque do Mirante e o complexo fabril Engenho Central, foram produtos e iniciativas de fatos diferenciados e interpretados durante toda a segunda metade do século XX. Momentos de admirações e poesias, mas também com afastamentos e abandonos, desprezo e apreços, porém prevalecia *“um certo valor e resistência própria”* da sua condição de lugar do passado, onde sempre voltou e volta as cenas do cotidiano no seu uso e contemplação.

A partir de agora, trataremos de caminhar por apresentar estes fatos através da divisão em dois aspectos: As legislações pertinentes e aplicadas; e os resultados das intervenções e projetos concluídos.

Considerando como primeiras ações de retomada da região ribeirinha na condição de espaço de lazer, paisagismo e visibilidade, iremos referenciar a abertura da Avenida Beira-Rio, nos finais da década de cinquenta e concluída no início dos anos de 1960.



(Figura 13) Paisagem do rio Piracicaba próxima a “Casa do Povoador” (s/d)

FONTE IPPLAP

Era o auge do uso do automóvel em Piracicaba. Planos e aberturas de Vias Públicas, mudanças significativas no sistema viário e desenho urbano como a implantação das Avenidas: Carlos Botelho; Centenário e Armando de Salles Oliveira com a consequente canalização do Córrego Itapeva (avenida de fundo de vale). No caso específico da Avenida Beira-Rio com o discurso do acesso e obras de saneamento básico para o então lugar ampliado como Rua do Porto.

Logo após a abertura da Avenida Beira-Rio o prefeito Luciano Guidotti inaugura o Hotel Municipal (Hotel Beira-Rio), transformando a paisagem e seu entorno frente à ponte do Mirante (hoje Irmãos Rebouças), com significativas mudanças no urbano.



(Figura 14) Foto Avenida Beira-Rio Lado Esquerdo Fábrica Tecido Boys / Lado Direito Engenho Central
(Finais de 1960)

FONTE CEMUPLAN

Em relação ao instrumento legal e como órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural de Piracicaba “CODEPAC”, após inúmeras iniciativas e solicitações, apenas em 16 de julho de 1982, foi aberto o “Processo de Tombamento”, em um perímetro que correspondia a Rua do Porto, Avenida Alidor Pecorari e Avenida Beira-Rio.

A abertura do processo de tombamento, não resultou em controles das intervenções no casario simples de “Portas e Janelas”, duas águas e um lote de grande profundidade (herança portuguesa).

Mesmo com a notificação aos proprietários feita em 1982 e a solicitação das Secretarias de Obras, Turismo, Planejamento e Meio Ambiente, para reforçar a fiscalização e controle de uso e alterações nos imóveis, feita em 17 de maio de 1984, não foram eficazes na descaracterização e degradação progressiva dos imóveis e áreas livres, continuando sua imagem de lugar sem características preservacionistas da história e memória as margens do ri



(figura 15) Rua do Porto / Rio Piracicaba (Casario de Porta e Janela). Finais de 1970

FONTE CEMUPLAN



(Figura 16) Rua do Porto (Degradação do Casario). Finais de 1970

FONTE CEMUPLAN

Reforçando a proposta de dois blocos de iniciativas realizadas (legais e projetos executados), iremos tratar o percurso das aplicações legais pertinentes às legislações urbanísticas na preservação do patrimônio cultural que datam do ano de 1985, tendo como instrumento primeiro a Lei de Zoneamento do Uso do Solo Urbano, utilizando como recurso a formação da Zona Institucional “Rua do Porto”, área de interesse cultural e lazer, incorporando as duas margens do rio Piracicaba nesta região específica do sítio histórico.

Neste instrumento legal além da proposta clara da destinação da área inscrita no perímetro compreendido entre as margens esquerda e direita do rio Piracicaba, entre as pontes do Mirante e Morato (nomes populares), enfoca e reforça o caráter ambiental e social, estabelecendo o interesse público como prioridade nas apropriações e usos dos espaços livres e construídos, privados e não privados.

Esta Lei trazia como indicações a implantação de dois parques públicos: O Parque incorporando a região Rua do Porto e outro no sítio formado pelo Engenho Central na margem direita, na continuidade do Parque do Mirante (nome atual).

Após esta iniciativa legal de ação urbanística, podemos verificar que seus efeitos contribuíram na resposta da preservação de uma área de propriedades públicas e privadas (particulares), composta de muitos espaços (livres e construídos), impondo usos restritos: tais como gabarito na sua verticalização de imóveis novos ou ampliados. Indica a permanência e criação de áreas verdes; incentivos para a cultura; equipamentos de lazer; turismo ligado ao patrimônio natural e construído, na preocupação com as questões ambientais indicadas neste Plano Diretor de 1985.

Esta ação vem ser concretizada na realização do Parque da Rua do Porto, do Centro Cívico (Sede da Prefeitura do Município de Piracicaba), retomada da Área de lazer do Trabalhador, Pavimentação da Rua do Porto (tornando-a rua de pedestre), valorização do Largo do Pescador com a presença da sede da Irmandade do Divino.

Antes da realização e implantação das ações acima citadas, voltando a falar do CONDEPHAAT, a Casa do Povoador, tombada pelo Estado, Processo 08571/69 e Tomb.: Res. de 09/03/1970, Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº. 12, p. 2 s.d., tem suas obras de revitalização retomadas através da Prefeitura do Município, o que ora tinha sido interrompidas na gestão anterior a 1983.

As obras de revitalização reiniciadas no decorrer dos anos de 1985 a 1987, foram realizadas pelas secretarias municipais de Serviços Públicos, da Ação Cultural, Turismo e Centro de Municipal de Planejamento, onde o arquiteto Dirceu Rother Junior foi o responsável pelo acompanhamento e orientações do CONDEPHAAT a serem seguidas, e o escritório autor do projeto arquitetônico de preservação de Salvador Bolanho e Eideval Bolanho.



(Figura 17) Casa do Povoador Pintura Óleo sobre Tela (data e autor desconhecidos)

Fonte CEMUPLAN



(Figura 18) Casa do Povoador início de 1987 (situação reinício das obras)

Fonte CEMUPLAN



(Figura 19) Casa do Povoador (obras sistema construtivo) meados 1987

Fonte CEMUPLAN

As imagens mostram a preocupação com um conceito de congelar um determinado período da sua existência e permanência no cenário do sítio histórico, mantendo uma referência de casario de meados do século XIX, do qual a decisão pela forma, volumetria, textura, materiais e cores conforme retrata a pintura (figura 00) e o estado no qual encontrava-se no início de 1985 (foto 00). O sistema construtivo consta de: fundação de pedra ferro (da própria região); estrutura de madeira lavrada nas vigas baldrames (fundação); como também nos pilares e na sua cobertura.

Na vedação (paredes) o recurso do pau-a-pique, com tramas de madeiras e terra, propiciando uma espessura de no máximo 15 centímetros, e a cobertura com telhas de barro tipo capa-canal. Como conceito de preservação indicada pelo projeto foi o da utilização de novos materiais na substituição daqueles sem a condição de recuperação, porém mantendo as características do processo construtivo, denotando a sua inclusão, evitando assim um falso testemunho da obra na intervenção do patrimônio.

O significado e a justificativa na versão do CONDEPHAAT, para o seu tombamento, residiu em um imóvel de localização privilegiada na margem esquerda do rio Piracicaba, com data suposta dos meados do século XIX (próxima de 1850), e respeitando o significado afetivo e de apelo popular para Piracicaba na sua denominação de “Casa do Povoador”, uma vez que a data da fundação do primeiro povoado é de 1767 a margem direita do rio, conforme relatado no segundo capítulo.²⁶

As obras foram concluídas em agosto de 1987, entregue a população pelo prefeito Adilson Bendito Maluf como Espaço Cultural, havendo a criação de uma Sala de Exposições de Artes Visuais denominada Alberto Thomazzi, um pequeno Centro de Informações Turísticas com um bazar de produtos típicos piracicabanos.

Em função da sua visibilidade e acesso, eventos e exposições continuam até os dias de hoje com número significativo de visitantes, algumas vezes monitorados.

Devido à própria natureza do patrimônio imóvel e algumas informações no lugar sobre sua história e localização no tempo e espaço de Piracicaba,

²⁶ Guia dos Bens Tombados São Paulo CONDEPHAT

contribuem para um conhecimento e pequeno repertório sobre as construções urbanas neste período.

Voltando um pouco na cronologia de ações públicas, no ano de 1972, foi feito pela prefeitura um grande levantamento de áreas no entorno do sítio histórico, para incorporação ao patrimônio público, de aproximadamente 230 mil m². A qualidade deste documento originou e deu subsídios para o Decreto Municipal de Desapropriação nº. 1552, de 25 de maio de 1973, mas durante boa parte da década de setenta, algumas retificações foram feitas. Na justificativa deste decreto as diretrizes: "Ampliação de logradouros, execução de planos de urbanização e construção de obras públicas de saneamento". Esta área em boa parte estava abandonada, com altos níveis de degradação ambiental.



(Figura 20) Perímetros do Decreto 1552/73. Em Linha tracejada branca área definitivamente desapropriada.
FONTE IPPLAP

O decreto 1552/73 foi instrumento legal da retomada e novos horizontes para tornar visível o sítio histórico, promovendo discussões e propostas na valorização do patrimônio cultural ora esquecido.

A cidade crescia em vários vetores, ampliando o tecido urbano, na criação de bairros, no constante discurso do desenvolvimento econômico e ausência de espaços de usos públicos e livres.

A partir desse decreto foi desenvolvido pelo arquiteto Manoel de Carvalho, contratado pela prefeitura de Piracicaba, para desenvolver um “Plano Urbanístico” para toda esta área desapropriada, incluindo a transformação da Rua do Porto, em recanto turístico, bem como propostas de implantação de equipamentos públicos no grande parque urbano no local.²⁷

Apesar dos esforços da época, pouco foi implementado nesta área, como era previsto na proposta para o local: saneamento; sanitários públicos; espaços para práticas esportivas; equipamentos de cultura; exposições; eventos; paisagismo com propostas de intensa arborização.

O que ficou configurado dessa iniciativa e permanência da proposta foi: o traçado e percurso pavimentado para caminhadas e contemplação; muito pouco da vegetação e um lago de expressiva presença na paisagem.



(Figura 21) Parque da Rua do Porto 1982. Foto Sinval Sarto

FONTE IPPLAP

A intenção vai ter continuidade nos próximos anos para uma proposta definitiva, porém a denominação de “Parque da Rua do Porto” com extensão a

²⁷ Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 75)

Área de Lazer do trabalhador, é incorporada na identidade piracicabana, pela presença marcante e propositiva do prefeito João Herrmann Neto.

Nesta continuidade das ações intervencionistas, no final da administração do prefeito Adilson Benedito Maluf (1987/1988), nesta específica área, contrata o escritório de São Paulo a PROPLASA - Projetos e Planejamento, para uma proposta de definitiva ocupação e mudanças urbanas no uso do solo, com a estratégia de transferir parte do poder Executivo de Piracicaba neste local: O atual Centro Cívico.

O projeto do Parque é configurado pela incorporação da Rua do Porto, na proposta de uma rua somente para pedestres, mantendo-se a Avenida Alidor Pecorari com a inclusão de bolsões de estacionamento e devido fechamento com gradis, concluindo o seu perímetro na Rua Antonio Correa Barbosa, endereço da nova Prefeitura, formado por um largo de localização estratégica no sistema viário e na paisagem.



(Figura 22) Vista do Parque da Rua do Porto e Centro Cívico (em obras 1988) Foto José Flávio Leão FONTE IPPLAP



(Figura 23) Vista do Parque / Perímetros / Cidade ao fundo (em obras1988) Foto José Flávio Leão FONTE IPPLAP

No Parque são implantados sanitários, estações de educação física, locais de atividades infantis, posto policial da Guarda Municipal, pequena arena para apresentações, uso do lago como esporte e recreação, fica mantida a pista de caminhada e o plantio de árvores, arbustos e grama são retomados.

Em relação ao Sítio Histórico Rua do Porto, pode-se observar uma mudança de comportamento de usuários, em função da sua recepção na condição de espaço urbanizado e não banalizado, atraindo um público que anteriormente não a frequentava, tendo em vista as melhorias do sistema viário, com a integração de áreas verdes e o próprio rio.

Cresce neste momento a substituição dos imóveis de uso residencial para dar lugar a Bares, Restaurantes, Lanchonetes e algumas pequenas casas de arte e artesanato, como também um movimento de vendedores ambulantes e o convívio receptivo dos moradores ribeirinhos.

Em relação à História e Memória, é difícil saber dos frequentadores o “Conhecimento do Lugar”, por não haver informações que não sejam da leitura direta do patrimônio cultural. Parece-nos mais uma admiração do que o próprio saber do tempo espaço contidos neste estar, caminhar, contemplar e lazeres gastronômicos.

No casario simples de “Porta e Janela”, *iniciam intervenções de total falta de controle do poder público*, alterando dia a dia a sua tipologia, caminhando para uma descaracterização do patrimônio construído, atendendo as “necessidades imediatistas” dos novos usos de seus proprietários ou responsáveis pelas atividades do comércio, serviços e mesmo residenciais. É a necessidade da mudança sem conhecimento de onde está.

Existem ainda neste projeto a área incorporada até o Largo do Pescador, na Avenida Beira-Rio com a Rua Moraes Barros (antiga Estrada do Picadão), como na própria Rua do Porto, dois imóveis que devem ser destacados: a sede da “Irmandade do Divino” e o único “Sobrado” de todo o casario e sua “Chaminé”, remanescentes da antiga cerâmica (Olaria). Estes serão tratados com mais cuidados e referências no Projeto Beira-Rio, executado no ano de 2003.

Nesta cronologia de ações e propostas realizadas, sendo uma das maiores e significativas iniciativas, esta no Tombamento e Desapropriação do complexo industrial: “Engenho Central de Piracicaba”, implantado à margem direita do rio Piracicaba, construções de dimensões espetaculares e de qualidades arquitetônicas primorosas, que somente poderiam ser vistas, a partir de uma paisagem preservada junto ao seu rio, possibilitando a contemplação com perfeita amplitude e leitura.

Assim caminhamos pelo sítio histórico piracicabano, num novo momento da construção e desenvolvimento sócio econômico da cidade, no qual em função da presença do generoso rio, possibilitou a implantação da Fábrica Central de Açúcar, no contexto urbano e vida urbana industrial, com seus operários e homens nas novas funções do mundo moderno. “Preservar este Fato”.

O primeiro passo dado para as futuras aplicações e sanções legais para este Patrimônio, foi a Abertura do Processo de Tombamento em 16 de julho de 1982 pelo CODEPAC. Finamente após muitas discussões, polêmicas e incertezas das reações e impactos para a municipalidade, o prefeito José Machado em Ato Solene no auditório do Centro Cívico, assina o Decreto de Tombamento do Engenho Central de Piracicaba: Decreto Nº. 5036 de 11 de agosto de 1989.



(Figura 24) Área Proposta no Tombamento confrontando com Área Verde ao Fundo

(FONTE AUTOR)

DECRETO DE TOMBAMENTO do ENGENHO CENTRAL PIRACICABA

Machado assinará decreto para tombamento do Engenho

O prefeito José Machado decidiu, junto a Comissão encarregada de tratar dos assuntos referentes ao Engenho Central, aceitar a indicação do Codepac — Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Piracicaba — para que o decreto de tombamento municipal do prédio do Engenho, enquanto patrimônio histórico e cultural, fosse assinado, sinado.

O ato, inserido nas comemorações do aniversário da cidade, será a execução no dia 11 de agosto em local ainda não definido. Em seguida, será realizado um debate junto à população, em que estarão presentes algumas entidades ligadas à preservação do patrimônio histórico, para apresentação da história do Engenho e a importância de incorporá-lo ao patrimônio público, bem como ouvir dos participantes quais as alternativas de



Comissão discute com Machado a importância de transformar o Engenho Central num grande espaço Cultural.

ocupação e uso do Engenho. Após analisar as sugestões e averiguar as reais possibilidades de posse do prédio, será dado encaminhamento aos projetos definitivos de preservação, restauração e transformação do Engenho num Centro Cultural que poderá vir a ser um dos maiores de todo o Estado.

(Figura 25) Jornal de Piracicaba 10/08/1989

(FONTE DO AUTOR)



Prefeitura do Município de Piracicaba 074

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

OP

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 5.036, DE 11 DE AGOSTO DE 1989.
(Dispõe sobre o tombamento do Engenho Central como patrimônio histórico-cultural e ambiental de Piracicaba).

José Machado, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, nos termos do artigo 11 da Lei número 2.374, de 08 de novembro de 1979,


DECRETA


Artigo 1º - Fica tombado, como patrimônio histórico-cultural e ambiental do Município de Piracicaba, o Engenho Central, de propriedade de Usinas Brasileiras de Açúcar S.A., compreendendo todos os prédios industriais, barracões, armazéns, casas de residência e demais instalações, bem como a área na qual os imóveis estão inseridos, confrontando com a área verde municipal, rua Maria Maniero, Av. Dr. Maurice Allain, Parque do Mirante e margem direita do rio Piracicaba, totalizando 75.865,00 m².

Artigo 2º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba autorizado a inscrever o referido imóvel no Livro do Tombo competente, para os devidos efeitos legais.


Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do município de Piracicaba, em 11 de agosto de 1989.


José Machado
Prefeito Municipal


Dorgival Henrique
Secretário Municipal de Administração

Publicado no Departamento de Administração Geral da Prefeitura, em 11 de agosto de 1989.


Gislene Aparecida Kalil Ruggia
Diretora do Departamento

No mesmo ano e logo em seguida, tendo em vista a boa receptividade do ato pela opinião pública em geral, o Engenho Central é Declarado de Utilidade Pública no mês de setembro, compreendendo uma Área Livre de 75.865,00 m² e Áreas de Projeções das Construções de variadas naturezas e usos de 11.695,00 m². (Anexo Nº. 00).

DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREAS DO ENGENHO CENTRAL



(Figura 27) Jornal de Piracicaba

(FONTE AUTOR)

Através da Lei Nº. 3077, de 07 de Novembro de 1989, no seu Artigo Primeiro, autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial da ordem de NCz\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzados novos), destinados ao atendimento das despesas com a desapropriação dos prédios e respectivos terrenos de propriedade da UBASA – Usinas Brasileiras de Açúcar S/A. Declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Nº. 5.043, de 29 de setembro de 1989.

A boa notícia divulgada em toda a imprensa piracicabana: O Prefeito José Machado recebe na tarde do dia 11 de novembro de 1989, a Imissão de Posse do Imóvel pelo Juiz da 2ª. Vara Civil, Dr. Octávio Helene Júnior. O evento foi presenciado por secretários municipais, representantes de entidades culturais e de defesa do patrimônio histórico, vereadores empresários e artistas.

JORNAL DE PIRACICABA
 1. R. L. LOUVO (1939 - 1942) EUGÊNIO L. LOUVO (1959 - 1956) F. LOUVO NETTO (1959 - 1985)
 Abertura anual: NCz\$ 340,00 Ano 91 Nº 37.510 SABADO, 11 DE NOVEMBRO DE 1989 Venda avulsa: NCz\$ 2,00 Domingo: NCz\$ 3,00

Anteprojeto da reforma já está pronto
 Um anteprojeto global da reforma administrativa da Prefeitura está pronto, mas ainda não é definitivo, já que está sujeito à discussão e eventuais informações e adaptações. Entregue à Secretaria Municipal de Administração gráfica, aguardar os estudos antes de divulgar os principais pontos da reforma, o vereador Wagner Vidal (PMDB) conseguiu uma cópia do anteprojeto. O anteprojeto, bastante genérico, é precedido de uma apresentação assinada pelo próprio secretário, Dorgival Henrique. "As vezes os caminhos são mais participativos", diz o secretário, no encerramento. Ele informa também que o regimento interno que legisla sobre cada secretaria municipal e o plano de cargos e salários não estão prontos. A reforma aperta para o que o governo petista considera essencial: "o município". - Página 6

Inflação do mês já está em 18,24%
 A inflação dos primeiros dez dias de novembro foi de 18,24%, de acordo com os dados divulgados ontem no Rio, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice Geral de Pre-

Prefeitura recebe imissão de posse do Engenho Central
 O Prefeito José Machado recebeu ontem à tarde, no Engenho Central, a imissão de posse do imóvel, concedida pelo juiz da 2ª Vara Civil, Dr. Octávio Helene Júnior. O evento foi presenciado por secretários municipais, representantes de entidades culturais e de defesa do patrimônio histórico, vereadores, empresários e artistas. De acordo com o arquiteto Dirceu Bother Júnior, que assumirá o cargo de administrador do Engenho, o local por enquanto não está aberto para a visitação pública. Sobre esse aspecto, ele explicou que, ainda desmontado e

Prefeito denuncia hospitais
 O prefeito de Piracicaba, José Machado, enviou ontem pelas autoridades estaduais e federais da área de saúde denunciando a "cobrança por fora" dos hospitais, observando que alguns proprietários adquirem sua irregularidade publicamente. O prefeito mais uma vez falou que está preocupado com o atendimento de saúde na cidade, principalmente no que se refere à assistência hospitalar. No texto, Machado enfatiza que a cobrança é um obstáculo à atual legislação em vigor que garante os "princípios de gratuidade e universalização do atendimento". Cópias do texto foram enviadas aos deputados estaduais, federais e senadores.

Autocross e Passeio de Moto amanhã
 Esta tarde em Piracicaba primeira sexta edição com a realização do Forno de Moim, Prefeitura Vazio e do clube de futebol do Terceiro Futebol de Associação. Já as promessas de futebol de Piracicaba, União de Vereadores, União de Vereadores AM-VM. Os eventos dos clubes de futebol começaram a serem feitos, com a realização de jogos livres. Também acontecerá novos investimentos, com a prova sendo feita no 11 de novembro. Um passeio mais cedo, de 1989, já foi realizado, com o apoio do

Prefeitura recebe imissão de posse do Engenho Central
 O Engenho Central foi visitado ontem pelos secretários que permanecerão à frente do imóvel de posse.

(Figura 28)

(FONTE AUTOR)

IMISSÃO DE POSSE E ANTECEDENTES DA ABERTURA DO ENGENHO CENTRAL



(Figura 29) Jornal de Piracicaba 01/05/1990

(FONTE AUTOR)

Neste artigo do Jornal de Piracicaba de acordo com o arquiteto Dirceu Rother Junior, que assumirá o cargo de administrador do novo espaço, diz que por enquanto não estará aberto para a visitação pública, em função do estado precário em que se encontram suas edificações e áreas livres, como também o fator da segurança do lugar.

A partir deste momento ações preliminares irão dar início a sua posse e ocupação, principalmente a interrupção das atividades que aconteciam no Imóvel da Casa do Gerente e Casa da sua Administração.

O primeiro ocupado como escritórios das empresas ligadas a UBASA (última a cuidar dos edifícios e áreas livres), e o segundo imóvel ocupado por uma família que lá residia.

Após a remoção e transferência dessas atividades e pessoas para o Bairro Monte Alegre, em imóveis de propriedade do mesmo grupo, incluindo a Usina do mesmo nome, iniciaram os procedimentos de limpeza e retirada de entulhos, com a participação de várias Secretarias Municipais.

Pela Portaria Nº. 1131, de 19 de março de 1990, o prefeito José Machado nomeia como Coordenador Provisório do Programa Especial de Trabalho de Trabalho Engenho Central, o Sr. Dirceu Rother Junior.

O Programa Especial de Trabalho Engenho Central teve como objetivos neste primeiro momento de apropriação do espaço agora público, as seguintes ações e metas:

- Promover e divulgar o patrimônio, histórico, cultural e ambiental;
- Mostrar o estado em que se encontravam as edificações e áreas livres desde a sua desativação industrial em 1974;
- Incentivar a realização de fóruns e debates sobre “Perspectivas, Políticas e Meios de Preservação”, objetivando a melhor forma de uso e ocupação em conjunto em conjunto com a sociedade: Poder Executivo, Sociedade Civil e Parcerias Público Privada.

A figura do Programa Engenho Central, foi um recurso de caráter provisório, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, durante o processo de definição de Uso e Ocupação dos seus espaços, como também na sua Gestão Jurídica e Administrativa.

Conforme estratégia de apresentação e conhecimento pela população do patrimônio Engenho Central, a Administração Municipal promove um evento de abertura e marco significativo da sua ocupação pública. O primeiro de maio de 1990, dia do trabalhador.

Para que esse evento pudesse ser realizado, algumas obras de infraestrutura e apoio na recepção da população eram necessárias, para o seu devido acolhimento e organização de espaços para as atividades programadas.

É muito importante destacar os critérios adotados para os imóveis e espaços livres, que teriam usos mais “permanentes”, e os lugares de grandes espaços fechados e cobertos de usos “eventuais”.

O conceito trabalhado nesta primeira intervenção residiu na aplicação do princípio da “Reversibilidade”, devido neste momento ainda de indefinições de usos, não criando situações passíveis de erros e inclusões, pertinentes ao conjunto do Patrimônio Construído e Áreas Livres.

A Administração do Engenho Central trabalhando em cooperação conjunta de várias Secretarias Municipais, como providência inicial, a implantação de um reservatório de água no Parque do Engenho, no ponto de cota mais alta no seu Bosque, para abastecimento das instalações de caráter transitório, no propósito de atender aos futuros eventos que iriam acontecer na proposta de “Tornar Conhecido”, este patrimônio, e conseqüente preservação.

O Antigo prédio do Vestiário e Sanitário dos funcionários do Engenho manteve seu uso original, recuperado e dando a possibilidade da continuidade de seus serviços de higiene pública.



(Figura 30) Jornal de Piracicaba

(FONTE AUTOR)

Para este evento de primeiro de maio de 1989 deram início as instalações de Rede de Energia Elétrica e Iluminação dos Edifícios e Áreas livres da maior parte do complexo industrial desativado e abandonado na escuridão. Tomado até o momento de puro espaço sem vida, imensos vazios e lembranças daqueles que neles trabalharam.

A Antiga Residência do Gerente foi uma das primeiras intervenções de “Recuperação” para o novo uso proposto: Sede da Administração; Sede do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba e a Galeria Engenho Central. O edifício de Características e arranjos primorosos do tijolo de barro teve adaptado os seus generosos ambientes, para a recepção, atendimento e eventos para a comunidade. Estas ações sempre no sentido da participação e uso do espaço, como forma de tornar cada vez mais acessível à sociedade.



Figura 31) Uso Atual Galeria Engenho Central / CODEPAC

(Foto Ivan Moretti) 2016 UNIMEP

= JORNAL DE PIRACICABA =

24/11/90

Estrutura especial na mostra da Listel

Um cenário com charme cinematográfico surpreendeu os convidados do coquetel de abertura da mostra do acervo da Listel, na noite da última quinta-feira, no Engenho Central. A estrela do evento foi o artista plástico Ermelindo Nardin, que expõe no local cinco gravuras — inclusive a que está na capa da lista telefônica de 91.

Com uma estrutura montada especialmente para a abertura da exposição, o Engenho recebeu artistas plásticos e pessoas ligadas ao setor artístico, além do prefeito José Machado e vários secretários municipais. A trilha sonora esteve a cargo de Noedir, professor de música da Coordenadoria de Ação Cultural.

Para o Coordenador do Programa Engenho Central, Dirceu Rother Júnior, a exposição do acervo de obras da Listel corresponde a um passo importante, no sentido de efetivar a participação da iniciativa privada, na proposta de ocupação e restauração do Engenho. A mostra está aberta à visitação pública até o dia 2 de dezembro, no Engenho Central.



O artista plástico Ermelindo Nardin e o prefeito José Machado



Estrutura especial para receber os convidados

(Figura 32) Primeiro Evento na Galeria Engenho Central (FONTE AUTOR)

Durante o ano de 1990 muitos eventos aconteceram, mas não de caráter significativo que valeria seu registro como contribuição para conhecimento e preservação do patrimônio. Neste período uma das estratégias discutidas pelo Governo Municipal como todo, foi pensar qual evento de grande porte e abrangência social na cidade, poderia ser e acontecer nos espaços do Engenho, dentro da sempre perspectiva da formação de opinião pública na apropriação e uso. Tendo em vista esta busca de estratégia, e em comum acordo o Fundo Social de Solidariedade de Piracicaba – FUSSP e Entidades Assistenciais decidem e aprovam que a próxima Festa das Nações do ano de 1991, seria realizada no Engenho Central.

A primeira Festa das Nações, organizada pelo Fundo Social de Solidariedade de Piracicaba (Fussp), foi realizada durante a administração do então prefeito Adilson Benedito Maluf, em 1984, no Lar Franciscano de Menores.

O evento contou com a participação de 19 entidades assistenciais e o apoio maciço da sociedade piracicabana. Em função dessa transferência de local em maio de 1991, uma série de medidas ocorreram com a implantação de “*infraestrutura*” (elétrica e hidráulica) nos espaços livres e “*instalações*” hidráulicas e elétricas nos edifícios do Engenho Central principalmente nos Armazéns de Açúcar. Para esse fato diversos equipamentos foram instalados para devidas adaptações de usos e recepções nos grandes espaços, destinados a eventos de variadas naturezas, incluindo a gastronomia.



(Figura 33) Imagem dos Edifícios e Áreas livres (Infraestrutura e Equipamentos) Montagem e Edição (FONTE AUTOR)

Legenda de Uso Histórico e Uso Atual (Situação Pós-Ocupação 1989)

- 01- Escritório (Galeria Engenho Central e CODEPAC)
- 02- Edifício Apoio Administrativo (IPPLAP / DPH)
- 03- Serviços da Residência (Apoio serviço)
- 04- Escritório do Engenho Central (Secretaria Ação Cultural)
- 05- Moendas (Sem Uso)
- 06- Destilaria (Teatro)
- 07- Fábrica ou Fabrico do Açúcar (Sem Uso Específico / Eventuais)
- 08- Almoxarifado (Feira de Artesanato)
- 09- Oficinas
- 10- Manutenção / Trens (Eventuais)
- 11- Apoio oficinas (Eventuais)
- 12- Vestiários / Sanitários (Sanitários)
- 13- Marcenaria (Eventuais)
- 14- Armazém (Salão do Humor) e 14 A (Recepção) 14 B C Armazéns (Eventuais)
- 15- Apoio Manutenção e Operações (Eventuais)
- 16- Carpintaria / Serralheria (Eventuais)
- 17- Balança (Posto da Guarda Municipal)

Como intervenções elas permanecem na sua maioria até os dias de hoje: recuperação de pisos (internos aos edifícios); coberturas; estabilização de algumas estruturas de madeira e metálicas e fechamento com gradis metálicos do perímetro do Parque. A construção do Posto Policial da Guarda Municipal no início da Avenida Maurice Allain (acesso principal do Engenho Central).

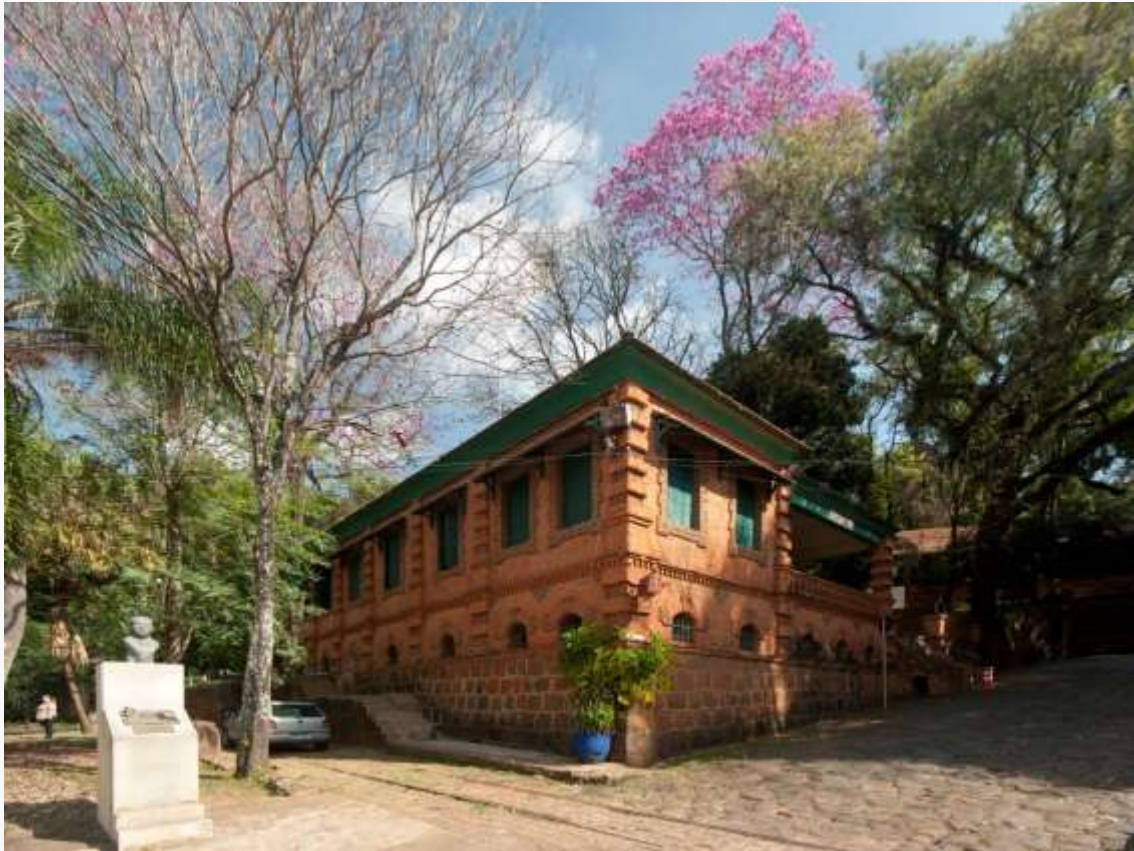
A Festa das Nações foi transferida para o Engenho Central em maio do ano de 1991, durante a administração do então prefeito José Machado. Em espaço amplo, que ao longo dos anos foi sendo adequado para grandes eventos, consolidando no local como a maior festa da solidariedade da região.



(Figura 34) Obras e Intervenções na Recuperação e Adaptações para uso Atual

(FONTE AUTOR)

Como uma das estruturas permanentes no seu uso e ocupação, e de estado público administrativo, a Antiga Edificação do Escritório do complexo industrial, abriga até os dias de hoje a Secretaria Municipal de Ação Cultural e o Centro de Documentação e Cultura Negra, compreendido até os finais do ano de 1992.



(Figura 35) Escritório Engenho Central/Usó atual Secretaria Municipal de Ação Cultural

(Foto Ivan Moretti) 2016

O fato ligado desde estas primeiras ações preservacionistas em relação a História e Memória, está na observação desses Bens Culturais, dos quais não trazem ou carregam informações que confirmem a sua representatividade no tempo e espaço, para os frequentadores, visitantes e participantes de eventos.

Acrescentando um significativo momento de ocupação do Engenho Central, a obra emblemática: A execução e construção da Passarela Pênsil, marcando o cenário desta paisagem construída e natural.



(Figura 36) Passarela Pênsil (Vista do Salto Rio Piracicaba)

(Foto Ivan Moretti) 2016 UNIMEP



(Figura 37) Passarela Pênsil (Rio Piracicaba)

(Foto Ivan Moretti) 2016 UNIMEP

A Passarela Pênsil sobre o Rio Piracicaba teve suas obras iniciadas em 20 de julho de 1992, com a elaboração do Projeto e Execução do Laboratório de Madeiras e de Estrutura de Madeiras – LAMEM da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo.

As fundações executadas pela empresa TOFFER - Engenharia Comércio e Indústria Ltda. Sua Estrutura Metálica e Execução de responsabilidade da VIATEC Engenharia e Comércio Ltda. Como Projeto de Fundações o responsável técnico foi o engenheiro civil Salvador Domingos Math, tendo como direção técnica e fiscalização da obra engenheiro civil Marco Antonio Cárnio.

As obras foram inauguradas na manhã de 20 de dezembro de 1992, e a entrega oficial à população aconteceu no final da tarde do mesmo dia, com a presença do prefeito municipal José Machado.

Durante todo o dia grande participação de público, com a realização de vários eventos: Shows musicais, Peças de Teatro, Paraquedismo e uma Homenagem aos Trabalhadores do Engenho Central.

Esta obra de cuidados com a integração ao ambiente natural e construído, na sua escala e no sistema construtivo, no uso de materiais e processos de execução e montagem, respeitando o meio ambiente principalmente o rio Piracicaba, por não agredir seu leito e margens.

Além de representar e compor com a paisagem natural, integrando os complexos industriais a Fábrica Boyes e o Engenho Central, é fator de acessibilidade urbana para os visitantes e usuários, ligando e sendo passagem aos pedestres, das duas margens do rio, promovendo caminhar pela cidade em percurso de contemplação e lazer.

O Engenho Central neste período descrito entre 1989 à 1992, como Parque Urbano e um expressivo espaço de lazer e cultura, consolida com implantação da Secretaria Municipal de Ação Cultural e suas atividades, a Galeria de seu nome e a presença no local do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural. Recebe inúmeros eventos em seus edifícios e áreas livres: como o Salão Internacional do Humor, as tradicionais Festa das Nações e Paixão de Cristo, Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia e Energia Canavieira, entre outros.

Eventos sempre com significativos representantes da cultura nacional, em todas as áreas de expressões e manifestações, opinando ou atuando nos seus espaços.

Gostaria de destacar e comentar nesta continuidade de relatos e ações que foram conclusivas até o ano de 1992, após a data, extrema ausência de iniciativas no uso e apropriação definitiva do Engenho Central, para os próximos anos seguintes.

As alegações e motivos por vários momentos declaradas pelas Administrações Municipais em curso e gestão pública da cidade, eram do fato “jurídico pendente da quitação das precatórias”, em função da sua desapropriação.

Neste meio do caminho entre iniciativas de fóruns e debates para solução da definitiva posse e uso, em 19 abril de 2002, a Prefeitura do Município de Piracicaba em convênio com a Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, assinam um Termo Aditivo de Cooperação, conforme Lei Municipal Nº. 3090/89.

Na Cláusula Primeira – Do Objeto

Executar a Coordenação Geral da elaboração do Projeto de um Museu de Ciência e Tecnologia no Município de Piracicaba, tendo Grupo de Trabalho fornecido pelo Termo Aditivo e a ser firmado entre a Prefeitura e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiróz – FEALQ.

O resultado foi a elaboração de um Plano Maior para o Parque do Engenho Central, o qual irei transcrever o texto contido na participação do escritório “Arquitetura Brasil”.²⁸

[...] Em 2002 elaboramos em nosso escritório Brasil Arquitetura, junto a um grupo de arquitetos de Piracicaba – Dirceu Rother Junior, André Blanco e outros -, um plano diretor para todo o conjunto do Engenho Central incluindo o Parque do Mirante. Este Plano visava, justamente, dar um rumo e balizar todas as futuras intervenções que fossem feitas ali. Avaliamos a história e o potencial de cada construção, o potencial da relação espacial entre elas e cruzamos tudo isso com as demandas do momento (e futuras imagináveis) para formatar um programa afeito àquele

²⁸ Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 102)

locus, com as peculiaridades e originalidades espaciais e construtivas da “cidadela”. Este plano foi submetido ao CODEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba, que o recebeu favoravelmente. O caráter de complexo cultural que o plano desenhava para o Engenho, associado a outros usos consolidados.

Este plano vai colaborar em um futuro próximo, na implantação do Teatro Erotides de Campos e o Centro de Recepção e Administração do Engenho Central, e sendo referenciado como Parque Urbano.

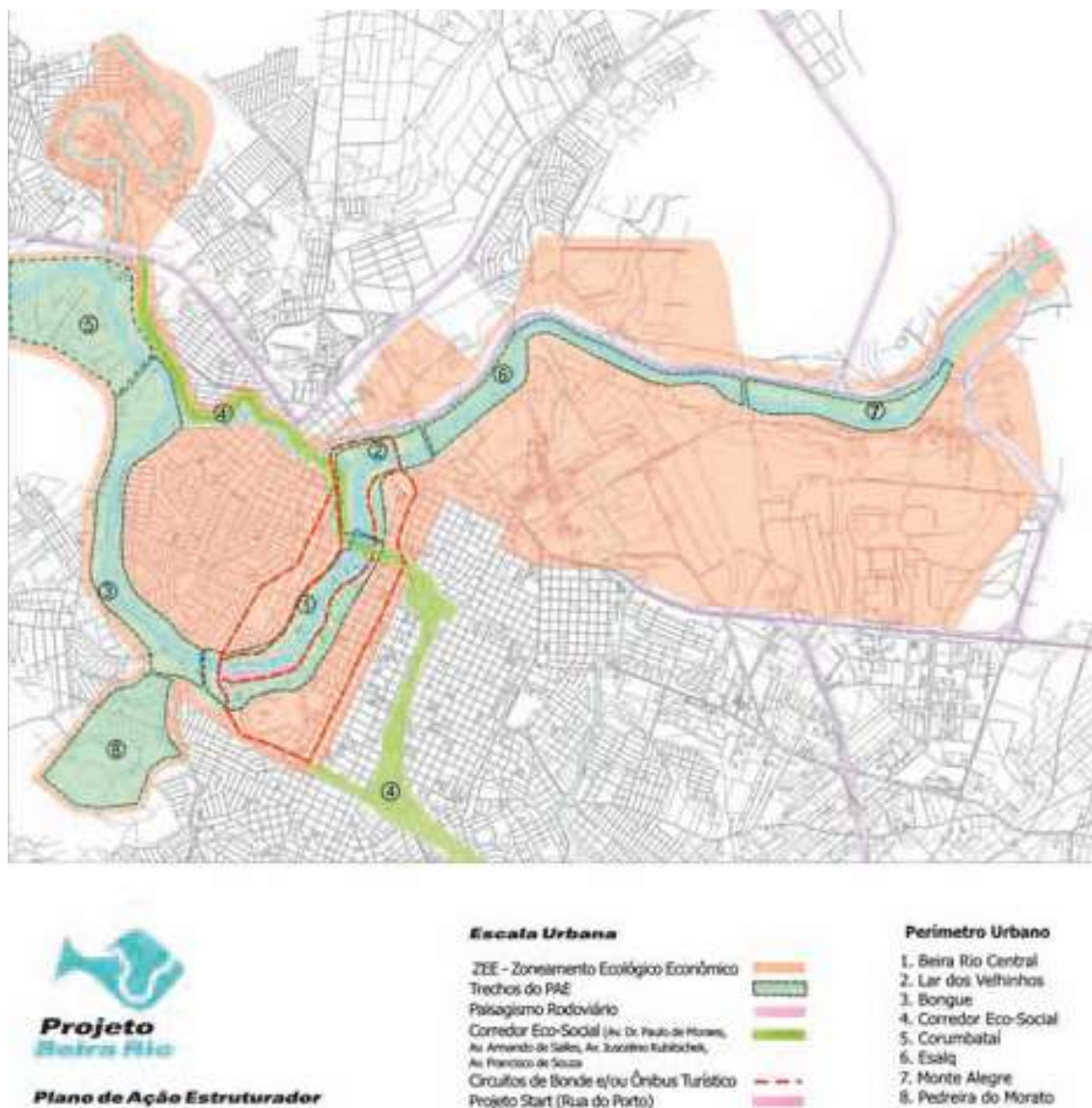
Seguindo a cronologia proposta e voltando ao Sítio Histórico Rua do Porto, iremos relatar um pouco do Projeto intitulado Projeto Beira-Rio, tendo sua origem em 2001, quando uma comissão multidisciplinar, coordenada pelo Arlindo Stéfani, tinha como objetivo elaborar um diagnóstico sobre as relações da cidade de Piracicaba e o seu Rio.

. Após a conclusão desse diagnóstico uma equipe técnica foi constituída para a elaboração do PAE – Plano de Ação Estruturadora para definir parâmetros, critérios e referenciais para a preservação e uso desse patrimônio construído e natural, mantendo como princípio: relações de equilíbrio.

As diretrizes iniciais e princípios norteadores para o uso do espaço público seriam: priorizar o uso do sistema viário para pedestre; organizar as margens do rio como espaço público e amplo; preservação do patrimônio cultural; respeitar os espaços e ações consolidadas; a integração em relação ao entorno e a recuperação da mata ciliar.

Enquanto o “Projeto Beira-Rio” concentra seus esforços na execução das obras de *Revitalização* da área contemplada as margens esquerda do rio

Piracicaba, o Plano de Uso e Ocupação (Plano Diretor) do Engenho Central simultaneamente e em consonância com as obras e diretrizes do projeto “Start”, tem seu desenvolvimento nos objetivos de Espaço Cultural, de Lazer, Eventos e Contemplação.

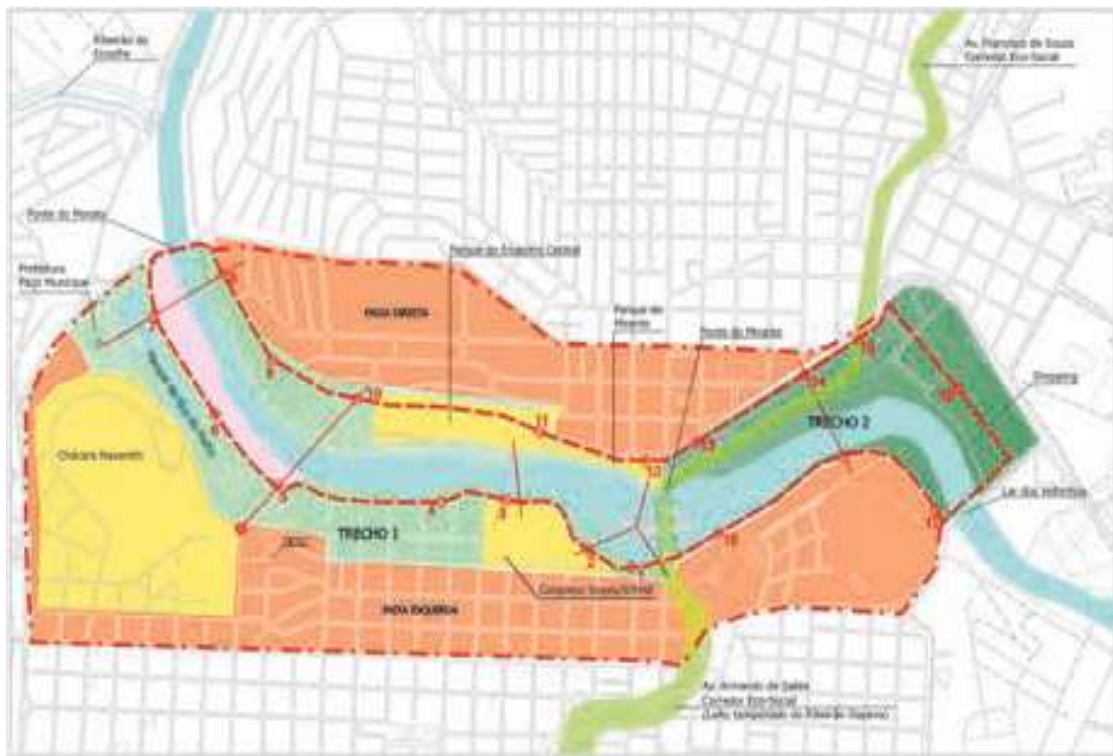


(Figura 38)

Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 119)

As diretrizes iniciais e princípios norteadores para o uso do espaço público seriam: priorizar o uso do sistema viário para pedestre; organizar as margens do rio como espaço público e amplo; preservação do patrimônio cultural; respeitar os espaços e ações consolidadas; a integração em relação ao entorno e a recuperação da mata ciliar.

O projeto Beira-Rio consiste em uma abrangência territorial muito grande, conforme proposta mapeada acima, e a inclusão específica da Rua do Porto como projeto Start, para atingir plenamente suas intenções.



Escala Setorial

- Trecho 1 - Área de intervenção (Rio Central)
- Trecho 2 - Lar dos Velhinhos
- Projeto Start / Rua do Porto
- Áreas de Interesse Ambiental e/ou Arquitetônico
- Circuito do Bônus
- Estações Temáticas
- Circuito Centro - Via Brasileira Transporte Coletivo não poluente
- Área de influência dos trechos 1 e 2 (Buffer Zone)
- Travessia do rio e/ou dos pés - Linhas de visibilidade
- E/ou passagens de pedestres
- Corredor Eco-Social



Estações

1. Portal Leste / Canais de Queimor
2. Museu da Água
3. Passarela Pênsil / Ladeiras das Flores
4. Casa do Povoador / Largo das Pescadões
5. Portal da Rua do Porto / Espaço dos Artistas
6. Espaço Chácaras Rasantelli / Bosques Parque
7. Casa do Artesão
8. Bosque Engenho
9. Capoeira
10. Pedra da mudança de margem
11. Museu de Ciência e Tecnologia / Centro de Acolhimento / Passarela Pênsil
12. Estrada do Morumbi
13. Av. Rui Barbosa (corredor comercial)
14. Dona Lúcia
15. Acesso a São Pedro / Rio Claro / Av. Limeira
16. Shopping
17. Marquês vende / Lar dos Velhinhos
18. Clube de Campo

(Figura 39)

Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 119)



(Figura 40)

Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 130)

Nestas premissas de trabalhos conjuntos na direção de torna-se um corpo único de residuais urbanos na paisagem, reforçando a identidade piracicabana, o projeto Beira-Rio, como no Plano Diretor do Engenho Central, submete-se a apreciação do CODEPAC.

Conforme ações legais anteriormente referenciadas, a Abertura do Processo de Tombamento da Rua do Porto no ano de 1982, é efetivada com o Decreto de Tombamento Nº. 8.649, de 08 de outubro de 1999, assinado pelo prefeito Humberto de Campos, conforme transcrição na íntegra do Ofício Nº. 69/99 de 28 de setembro, assinado pelo presidente o artista plástico Eugenio Nardin.²⁹

O conjunto ribeirinho, com seu casario, que abrange a Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto deixa manifesto o retrato da Memória de Piracicaba. Inicialmente foi chamada de Rua da Praia. No afazer da subsistência, suas construções singelas eram habitadas por pescadores. O atual nome: Rua do Porto afirmou-se com a abertura de um porto à margem esquerda do rio, em função da regularização da navegação fluvial em 1847.

Hoje aquela margem do Piracicaba transformou-se em um palco de atrações turísticas, com lojas de artes, manifestações culturais, folclóricas e religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo; bares, petiscarias e restaurantes ao ar livre oferecem o típico peixe assado no latão.

Outrossim, no conjunto encontram-se o Palacete “Luiz de Queiroz”, a capela e sede da Irmandade do Divino (antigo Clube Náutico), já tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

Cabe ressaltar ainda que, complementando a paisagem, na margem oposta (direita) encontra-se o Conjunto Arquitetônico do Engenho Central, o maior do Brasil em alvenaria (1881).

Por tais razões, e acompanhada da documentação anexa, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba vem recomendar a Vossa Senhoria o Tombamento do Conjunto Descrito:

I – Elementos para o Tombamento do conjunto: Av. Beira-Rio, Largo dos Pescadores e Rua do Porto.

II – Ações para a Preservação.

III – Levantamento das edificações (I).

Plantas do Projeto “Preservação da Rua do Porto” - 1980-1981.

IV – Levantamento das edificações (II).

Plantas do Projeto “Preservação da Rua do Porto” - 1980-1982.

(a.) Eugenio Nardin – Presidente do CODEPAC.

²⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA Nº20. 2013 (pgs 25 e 26) Piracicaba, ano 1, N.1 .1991



(Figura 41) Avenida Alidor Pecorari / Rua do Porto / Casario (Área de Tombamento)

(FONTE AUTOR)

01-Rua do Porto (Casario e Lotes)

03-Avenida Alidor Pecorari (Áreas Livres / Estacionamentos)



(Figura 42) Avenida Beira-Rio e Imóveis Frente

(FONTE AUTOR)

03-Casa do Povoador

04-Largo do Pescador (Antigo Porto e Estrada do Picadão)

05-Fábrica Boyes

06-Passarela Estaiada

07-Passarela Pênsil

08-Ponte do Mirant

Projeto Beira-Rio 2003 / 2004 - Executado



(Figura 43) Rua do Porto Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 131)



(figura 44) Rua do Porto Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 131)

O Projeto Beira-Rio é executado e concluído Etapa I (primeira fase), Rua do Porto, estendendo-se e compreendido a partir do final da Avenida Beira-Rio com início da Alidor Pecorari até a rotatória da Ponte do Morato. No final do ano de 2003, entregue à população pelo prefeito José Machado, esta data coincidente com o término do seu segundo mandato.

O Plano Piloto do Engenho Central fica para o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP, sendo ampliado e discutido nos próximos anos de novo mandato municipal, do prefeito eleito Barjas Negri

Após 2004 muito pouco foi feito, não havendo mais nenhuma intervenção ou obras de Preservação nos espaços do Engenho Central. Apenas no final do ano de 2007 deu início a recuperação do Armazém (14), Sede do Salão Internacional do Humor, com espaços para o seu Acervo e Administração, e um pequeno auditório. No ano seguinte 2008 começam as obras de pavimentação, galerias de águas pluviais, instalações de rede de água e esgoto e iluminação externa.



(figura 45) Fachada Edifício (14) Sede Salão Internacional do Humor (Executado) (Foto Ivan Moretti) 2016 UNIMEP

Na sequência do ano de 2008 acontece a reforma e adaptação do Edifício (14A), defronte à Passarela Pênsil, destinado às instalações da administração do Parque. O Armazém é dotado de estrutura para informações e acolhimento, além de um espaço de exposições, configurando uma recepção ao visitante do Engenho Central.

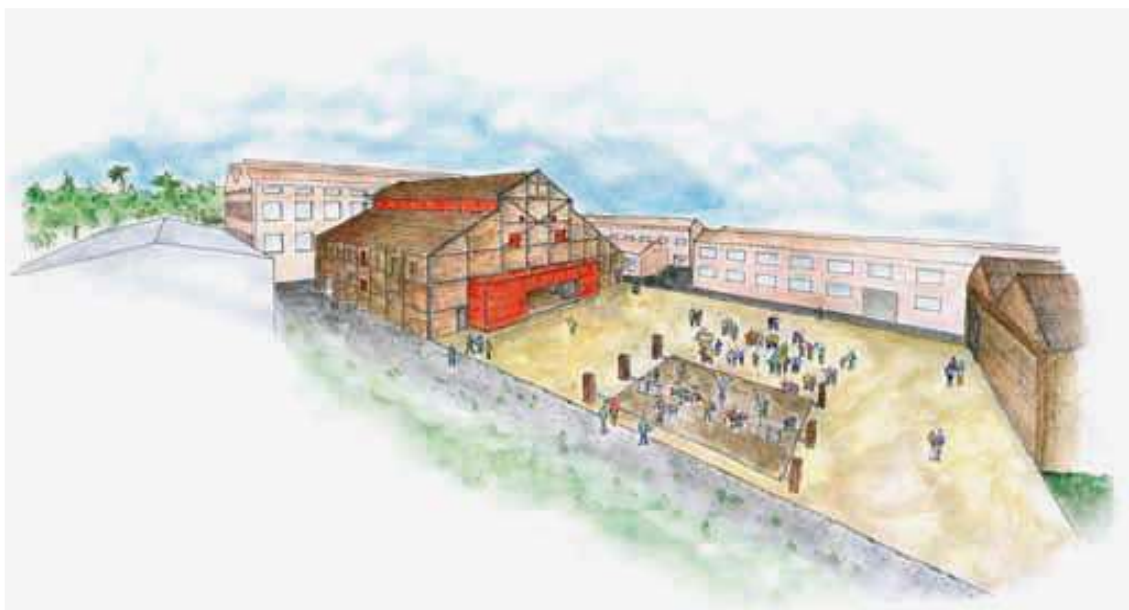


(figura 46) Edifício (14A) e Piso (Executado) Sede Administrativa e Recepção (Foto Ivan Moretti) 2016



(figura 47) Edifício (14A) (Executado) Interior Sede Administrativa e Recepção (Foto Ivan Moretti) 2016

Neste novo Plano Piloto é identificado como uma grande praça de recepção, o espaço livre entre os Edifícios da Destilaria (06), o Armazém de Açúcar (14), Edifício Oficinas e Garagem dos Trens (09 e 10) e as Bases dos Carregadores de cana-de-açúcar. Esta praça considerada como o lugar de chegada, em função dos acessos gerados pela Passarela Pênsil e a Avenida Maurice Allain (Mirante). Como proposta desenvolvida, a preservação do Edifício da Destilaria, tendo como uso a implantação de um teatro, pelo escritório Brasil Arquitetura.



(figura 48) Praça e Teatro 2009 Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 99)

Acontecendo ao mesmo tempo propostas para o Engenho Central, na margem esquerda do rio Piracicaba, a Fase II do Projeto Beira-Rio entendida como continuidade das metas e Etapa I, do complexo intitulado Rua do Porto, conforme diretrizes contidas no PAE – Plano de Ação Estruturador, nos anos de 2008 e 2009, requalifica e completa o trecho entre a Avenida Alidor Pecorari, Avenida Beira-Rio, Largo do Pescador e Casa do Povoador. Estas intervenções valorizando o pedestre com aumento dos passeios (calçada), e requalificando espaços públicos propiciando um bom caminhar e contemplando a paisagem integrada no sítio histórico piracicabano. Posteriormente a avenida e projeto completo desta, na sua extensão atinge a Ponte do Mirante, iniciando sua Fase III ainda em obras na avenida Renato Wagner (Lar dos Velinhos).

Projeto Beira-Rio 2008 / 2009 – Executado



(figura 49) Avenida Beira-Rio Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 129)



(figura 50) Largo do Pescador Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011. (pg. 131)

Voltando a margem direita do nosso rio, o processo final de desapropriação do Engenho Central e Áreas Livres, em comum acordo entre a Prefeitura e o grupo então proprietário, foi apenas realizado em 1º de agosto de 2009, sendo os imóveis integralmente quitados, garantindo sua propriedade e possibilitando as intervenções para usos definitivos.

Após esta conquista de plena posse do patrimônio, configura-se uma reação de implantar atividades permanentes, ocupando e dando vida e presença no cenário da participação e envolvimento contínuo das pessoas no lugar, que quando na falta de eventos, os edifícios permanecem vazios e calados, no grande espaço do isolamento e solidão, perante uma magnífica paisagem natural.

No dia 27 de março de 2012 foi inaugurado o Teatro Municipal Erotides de Campos, conforme o plano preliminar proposto no ano de 2009, como edifício polarizador das atividades culturais do Engenho Central, recebendo o seu público no espaço identificado como praça, possibilitando também espetáculos externos e contemplativos para o visitante e agora participante. Para noite de abertura foram previstas várias atrações: A São Paulo Companhia de Dança, que apresentará o espetáculo Legend com coreografia de John Cranko; companhia de Balé Ana Botafogo e Helio Bejani. Haverá espaço ainda para a Orquestra Sinfônica de Piracicaba dentre outras.

As obras foram executadas pela PROENG e a proposta de restauração é do arquiteto Marcelo Ferraz, do Escritório Brasil Arquitetura e inclui, além do restauro do prédio do Edifício (6), os projetos das redes hidráulica e elétrica, acústica, ar-condicionado e iluminação.

De acordo com o projeto, o Edifício (6) uso histórico (Destilaria) do Engenho Central deu espaço a um amplo teatro, construído em dois pavimentos, além de restaurante e galerias que remontam ao “teatro elisabethano”. Outro recurso implementado e a execução do palco interno com abertura e comunicação com a praça já referenciada.³⁰

³⁰ SEMAC – Secretaria Municipal de Ação Cultural

O projeto foi elaborado lembrando que o restauro deixará as marcas do tempo no galpão e também propondo soluções que permitam revelar o lado industrial da edificação. Conforme o projeto, a “nave central” será a do Teatro, com capacidade para 422 espectadores, divididos nos pavimentos e nas galerias. As demais dependências abrigam, de um lado, restaurante, bar, cozinha industrial, camarins, banheiros e hall e, do outro, sala de atividades multiuso, que pode tanto servir como espaço de ensaios, como para a hospedagem de escolas de música, artes cênicas, danças e outras. O projeto acústico do teatro é de José Augusto Nepomuceno, responsável pelas instalações e equipamentos da tradicional Sala São Paulo.



(figura 51) Fachada Edifício (6) Teatro Erotides de Campos (Foto Ivan Moretti) 2016



(figura 52) Interior Auditório Edifício (6) Teatro Erotides de Campos (Foto Ivan Moretti) 2016



(figura 53) Hall Recepção Edifício (6) Teatro Erotides de Campos

(Foto Ivan Moretti) 2016

Na continuidade e como última intervenção ligando o Sítio Histórico de Piracicaba ao Engenho Central, após um trabalho com tecnologia inédita na América Latina, o prefeito Gabriel Ferrato inaugura na noite de 10 de maio de 2013, o mais novo cartão postal de Piracicaba: a Passarela Estaiada. Com 152m, a passagem sobre o Rio Piracicaba liga a Avenida Beiro Rio ao Engenho Central. O seu vão Estaiado tem 98m, com 4,2m de largura para a travessia de pedestres. Os mastros de 35m de altura, em cada margem, com inclinação de 30°, equiparáveis a um prédio de 10 andares. A estrutura receberá o nome o nome do médico Aninoel Dias Pacheco, que atuou como profissional por 41 anos na cidade.³¹

O trabalho, inédito na América Latina, foi preciso. A medida que a laje crescia 6m para o centro da passarela, os mastros subiam 4m. Este processo ocorreu simultaneamente nas duas margens do rio. Para o encontro no centro do rio, cálculos minuciosos foram feitos para que não houvesse diferença e as lajes encaixem perfeitamente.



(figura 54) Passarela Estaiada sobre Rio Piracicaba

(Foto Ivan Moretti) 2016

³¹ SEMAC – Secretaria Municipal da Cultura Piracicaba

Finalizando as Ações Legais sobre este patrimônio, em 26 de agosto de 2014, o Engenho Central de Piracicaba é Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, reforçando o grande significado desse complexo Engenho Central de Piracicaba, sua importância no cenário nacional e estadual, como exemplar de uma Indústria do Açúcar no Brasil.

O Decreto de Tombamento (Diário Oficial do Estado) abaixo, o importante destacar a referência feita ao local de sua implantação no Sítio Histórico de Piracicaba, o seu rio e a localização praticamente no centro geográfico da cidade.³²

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Resolução SC-92, de 25-08-2014

“Dispõe sobre o tombamento do Engenho Central, em Piracicaba
O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15-08-1969, e do Decreto Estadual 13.426, de 16-03-1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto 50.941 de 5 de julho de 2006, com nova redação dada ao artigo 137, que foi alterada pelo decreto 48.137, de 7 de outubro de 2003,

Considerando:

As manifestações constantes do Processo CONDEPHAAT 61039/2010, o qual foi apreciado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT - em Sessão Ordinária de 13-02-2012, Ata 1659, cuja deliberação foi favorável ao tombamento do Engenho Central de Piracicaba, sendo a minuta de Resolução de Tombamento também aprovada por aquele Conselho, na Sessão Ordinária de 23-09-2013, Ata 1722, e retificada na Sessão Ordinária de 28-07-2014, Ata 1760;

Que o local onde foi implantado o engenho central é considerado o marco de fundação de Piracicaba, ocorrida em 01-08-1767 pelo Capitão Povoador Antônio Corrêa Barbosa;

Que os elementos do conjunto estão interligados física e simbolicamente aos processos de povoamento e industrialização de São Paulo;

Que o conjunto, às margens do Rio Piracicaba, tem elevado

³² Diário Oficial do Estado de São Paulo 26 de agosto de 2014, Seção I CULTURA (pag. 44)

valor simbólico para a memória da população na constituição do território que ocupa, em área central da cidade;
 Que a arquitetura de grande parte do complexo encontra-se preservada e marcada por elementos característicos do sistema produtivo de engenhos centrais, sendo símbolo de um projeto imperial que visava à modernização da produção açucareira nas últimas décadas do século XIX;
 Que o engenho central é considerado um ícone da denominada Belle Èpoque e sua história está diretamente vinculada aos movimentos abolicionista, imigratório e republicano em São Paulo;
 Que as edificações sofreram alterações que documentam as próprias transformações do setor açucareiro ao longo de quase um século de atividades em uma região paulista tradicionalmente canavieira;
 Que o antigo engenho central se destaca em relação aos demais engenhos centrais paulistas em razão de sua relevância no período de sua constituição, bem como pelas características preservadas em seu conjunto remanescente, resolve
 Artigo 1º. Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico, artístico, turístico e ambiental o Engenho Central de Piracicaba, área formada por edificações e remanescentes da antiga Société de Sucreries Brésiliennes.”³³

O destaque para este definitivo tombamento, são as áreas envoltórias de proteção descritas no anexo (2), completando as ações legais de preservação da paisagem na tentativa de evitar possível interferências no patrimônio.

Nesta sequência narrativa de Intervenções e Ações Legais na Preservação do Sítio Histórico e Engenho Central de Piracicaba, referenciando os conceitos trabalhados no primeiro capítulo, podemos observar nas imagens presentes, vazios muito grandes em relação à História, talvez carregados de Memória!

Os espaços ora apresentados, as referências e indícios do que eles foram como construção da sociedade do seu tempo, parece-nos não serem visíveis aos usuários e participantes dos eventos, manifestações e apropriações nas diversas explorações comerciais e serviços.

A falta de informações sobre o uso histórico, as atividades desenvolvidas em seus interiores e espaços externos, o homem da época e momento das realizações materiais, espirituais e vivências do urbano, talvez estejam muito diluídas e despercebidas no olhar e convívio com o lugar.

³³ Decreto Completo de Tombamento (Anexo 02)



(figura 55) Espaço Pátio de Manobras Trens (uso histórico) Dia sem Eventos

(Foto Ivan Moretti) 2016



(figura 56) Espaço Pátio de Manobras Trens (uso histórico) Evento Virada Cultural 2015

(Foto Ivan Moretti) 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho foi pautado na vontade de apresentar o Sítio Histórico de Piracicaba, como identidade de uma cidade que carrega na sua história e memória, a ligação com o seu rio e a produção do açúcar e álcool. O Engenho Central e sua implantação de visível presença no cenário urbano com formas e dimensões de verdadeiros templos da arquitetura industrial de um e vários períodos da construção de nosso país.

Como método a opção de organizar em três capítulos de específicos conteúdos, de alguns conceitos teóricos, e o recurso de contar os fatos temporais através de imagens e notícias locais, na vontade e tentativa de narrar algo expressivo que permaneceu e permanece na cidade de Piracicaba. O Sítio Histórico de Piracicaba admirado, amado, renegado, mas sempre lembrado por aqueles que se apropriam do lugar, independente das suas intenções e vontade da aproximação.

Mas será que sabemos onde estamos, e o que esse lugar representa e ou representou na evolução do tempo e espaço, dando respostas as necessidades do momento devido e vivido pela sociedade.

Talvez esse exercício possa contribuir para buscar e questionar o significado da preservação do patrimônio natural e construído, neste caso em estudo e referência.

Na concepção de patrimônio natural podemos entender as manifestações dos vegetais, domesticados ou espontâneos do lugar, a topografia, o relevo, os recursos hídricos, os acidentes geográficos e geológicos, que conseguem ser percebidos provocando um desenho na paisagem e a diferenciando das outras: Morros; colinas; fundos de vales.

O patrimônio construído e qualificado como material, no nosso caso as edificações do casario da Rua do Porto e os imóveis que compõe o complexo industrial Engenho Central.

O conjunto desses elementos naturais e construídos, transmitem ou trazem pela própria materialidade e substancialidade de suas formas e dimensões no território, a compreensão do que representam, foram e são no momento.

Ao olhar esta paisagem, ou entrar nestes edifícios, será ou é possível fazer uma leitura do significado de sua preservação e manutenção no tempo, sem mais nenhuma informação complementar e contextual do seu uso e transformações para atender as necessidades contemporâneas.

Parece-nos que a ausência de informações, nestas ações preservacionistas, atendendo aos usos de espetáculos, eventos, comércios e serviços, não atendem ao papel que se propõe nos discursos e justificativas para a história e memória.

Nas imagens utilizadas para o trabalho dos espaços livres e construídos, observamos quase nenhuma referência a seu estado de permanência, comportando-se pelo tratamento dado de uma espécie de lugar importante, de um tempo diferente de hoje.

O que poderíamos deixar como mensagem, a necessidade de cuidados desses patrimônios com maiores critérios na informação e na sua própria exposição a que se pretende educar para nossa formação e compreensão de um passado, transmitindo experiências de vida e aprendizados para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOME, Autor. Título da obra. Cidade: Editora, data

ARANTES, Otília B. Fiori. **Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

BENJAMIN, Walter. Flávio R. Kothe (org.). **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006 (Unidade 7, p. 216-232).

CORRÊA, Dora Shellard.(org.). **A água no olhar da história**. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 1999.

DOURADO, Guilherme Mazza. (org.). **Visões de Paisagem**. São Paulo: Bandeirantes Indústria Gráfica, 1997.

FILGUEIRAS, Cristina Aparecida Reis. **Educação Parimônial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas / Cristina Aparecida Reis Figueira, Lilian de Cássia Miranda de Gioia**. São Paulo: Edições SM, 2012 – (Somos mestres).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política de federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ., IPHAN., 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História e Testemunho, In BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p.85-94.

_____, **Verdade e Memória Do Passado, Projeto História**: São Paulo número 17, PUC SP EDUC/FAPESP novembro de 1998.

GAMA, Ruy, **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1983.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. tradução Anita Di Marco; 2º. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ltda, 1990.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Pancrom, 1999.

MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior, Ensaio sobre o i-mundo moderno**. Trad. Loureiro Maria I. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: 4ª ed. 6. reimp. Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

YÁZIGI, Eduardo, **FUNÇÕES CULTURAIS DA METRÓPOLE: METODOLOGIA SOBRE REQUALIFICAÇÃO URBANA**. In, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carlos, **URBANIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO estudos sobre a metrópole**. São Paulo: editora contexto, 2010.

Da Cidade de Piracicaba

ALDROVANDI, Alcides. **A Vila e seus Vilões - A história de um bairro**. Piracicaba: Tona Editora e Artes Gráficas Ltda, 1991.

BARROS, Antonio da Costa. (org.). **Piracicaba Noiva da Colina**. (anúário 1975). Piracicaba: Editora Aloisi, 1975.

LEÃO, Regina Machado. **Piracicaba - Passado e Presente**. São Paulo: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1988.

NEME, Mário. **História da Fundação de Piracicaba**. 2ª ed. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Editora Franciscana, 1974.

NETTO, Cecílio Elias. **Memorial de Piracicaba - Século XX. (almanaque 2000)**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico, Jornal de Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, Yangraf Gráfica e Editora, 2000.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. **A Síntese Urbana: 1822 - 1930, Contribuição à História de Piracicaba**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Shekinah, 1989.

QUEDA, Oriowaldo; TAMÁS Szmrecsányi. **Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa - Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim, Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora da Unicamp, 1996.

OUTRAS FONTES e PUBLICAÇÕES

ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. NORA, Pierre, “**A problemática dos lugares**”, de 1984, publicado no Brasil em 1993, na Revista Projeto História, do Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tradução de Yara Aun Khoury.

CANABRAVA, Alice Piffer. **A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas**. São Paulo: F. F. C. L. USP. 1946, (tese mimeografada).

Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA Nº20. 2013. Piracicaba, ano 1, N.1 .1991

ANEXO (01)

Informes constantes dos livros de Ata e Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba

ATA de 6 / 4 / 1874

“Informou-se o mesmo Presidente (da Província) sobre o Requerimento do desembargador Gavião Peixoto e Costa Araujo pedindo privilégios para a construção de Engenhos Centrais nesta Província.”

ATA de 25 /12 / 1877

“Foi presente um requerimento dirigido dirigido ao Exmo. Governador Geral, a fim de que esta Câmara informe relativamente no que mesmo ao governo requereu João Teixeira de Carvalho, sobre o privilégio para o estabelecimento de um Engenho Central neste Município. Informou-se e remeteu-se ao Exmo. Governador da Província.”

ATA de 7/ 7 /1881

“Foi lida uma representação de vários cidadãos deste Município requisitando informações por parte relativos ao estabelecimento de um Engenho Central neste Município, as quais, sendo dadas, determinou a Câmara que fossem transcritas no respectivo livro.”

ATA de 10 / 8 /1882

“Ofício do Ministério da Agricultura requisitando minuciosos esclarecimentos relativos a posição geográfica ocupada pelo Engenho Central deste município,

com declaração das povoações que se lhe achem mais próximas, etc. Inteirada.”

ATA de 10 / 2 / 1884 fls. 92

“Art. 28 – O Engenho Central existente nesta cidade, ou outro qualquer engenho que, nas mesmas condições venha estabelecer-se pagará o imposto de 18 réis por cada 18 quilos de açúcar que fabricar anualmente.

Art. 29 – Aquele que plantar cana para fornecer no Engenho Central pagará o imposto de 40 réis por cada carro de 100 arrobas que fornecer. Multa igual ao imposto.

Art. 30 – Pela aguardente que for fabricada nos engenhos particulares pagará o produtor 200 réis por cada cargueiro de 36 medidas, pela que for fabricada pelo Engenho Central ou qualquer outra destilaria que se criou, será o imposto de 100 réis por cargueiro de 36 medidas. Multa igual ao imposto definido.”

ATA de 12 / 5 1888

“O Sr. Vereado Manoel Pedreira apresentou a seguinte indicação: Indico que esta Câmara autorize ao Procurador a fazer efetiva cobrança do imposto e multas que o Engenho Central deve a esta Municipalidade.

O débito desta Empresa é:	Réis 3.660\$000.
Multa por falta de 4 prestações:	Réis 366\$000.
Soma:	Réis 4.026\$000.

“Posta em discussão, foi aprovada.”

ATA de 10 / 7 /1888

“Requerimento do Barão de Rezende declarando que, tendo sido liquidada a Companhia Engenho Central desta cidade, ficara a cargo do suplicante todo o seu ativo e passivo e, por concordata amigável entre credores, fora estabelecido o prazo de dez anos para o pagamento da dívida, em prestações semestrais e que, de acordo com o Procurador da Câmara, ficará de fora o que devido aos cofres municipais, assumindo particularmente o suplicante a responsabilidade para ser satisfeita a importância em prestações semestrais, e que poderiam ser de seis, doze e dezoito meses; neste sentido representava à Câmara e pedia a sua aprovação e acerto. Posto em discussão, foi dado o seguinte despacho:

A Câmara aceita a proposta, uma vez que o suplicante passe documentos, vencendo juros.”

ATA de 2 / 8 /1897

“Requerimento da Cia. Niagara Paulista, proprietária do Engenho Central desta cidade, por seu Presidente, o cidadão Cícero Bastos, pedindo consentimento à Câmara para fazer um cães de pedra, com trezentos e trinta e três metros de extensão sobre uma altura média de quatro metros, à margem direita do rio, o qual cães, começando cinquenta metros acima do atual escritório, vai terminar em um velho paredão que se vê abaixo da balança do mesmo Engenho.”

O Requerimento foi aprovado no dia 6 / 7 / 1887.

ATA de 6 / 2 /1889

“Requerimento da Cia. Niagara Paulista reclamando do cidadão Intendente Municipal reconsideração de seu ato pelo qual altera, no corrente ano, os limites urbanos para pagamento de imposto predial, incluindo nessa demarcação o Engenho Central.”

No dia 6 / 3 / 1899, a Câmara indeferiu o requerente.

ATA de 18 / 10 / 1915

“Carta do Dr. Kok, gerente do Engenho Central sobre a demolição de uma barragem feita no rio Piracicaba, conforme deliberação da Câmara, juntando cópia de um parecer do Dr. Francisco Morato sobre o assunto”.

ATA de 7 / 8 / 1916

“Os vereadores abaixo assinados, nomeados por V. Excia. para darem parecer sobre a questão suscitada entre a Municipalidade e o Engenho Central, relativamente às obras por este executadas no ponto em que é feita a captação da água de Piracicaba para usinas, tendo em vista o parecer do Consultor Jurídicos da Secretaria da Agricultura, Sr. Dr. Augusto Macedo Costa, que subordina a solução da pendência a um probatório de prejuízos a terceiros, o qual só poderá ser feito por um técnico, lembra à Câmara a conveniência de ser ouvido a respeito um engenheiro que foi encarregado de proceder o estudo para a regulamentação da captação da água do Piracicaba. Piracicaba 7 de agosto de 1916, Odilon Ribeiro Nogueira – Luiz Rodrigues de Moraes. Aprovado.”

Anexo (02)

Descrição Área Tombada Pelo CONDEPHAAT

[...] área delimitada conforme descrição a seguir:

Início na Avenida Barão de Serra Negra; Segue-se até o ponto relativo à projeção da ponte do Mirante com a margem direita do Rio Piracicaba; Segue-se pela mesma margem direita do Rio Piracicaba até o ponto relativo à projeção da ponte do Morato, seguindo por esta até o encontro com a Av. Sérgio Caldaro; Segue-se por esta via até o encontro da sua projeção em linha reta com a projeção em linha reta da Avenida Dona Francisca. Ficam excluídos deste perímetro os seguintes lotes neste trecho: Setor 31, Quadra 0084, Lote 01; Setor 30, Quadra 0008, Lotes 11, 12 e 13. Segue-se contornando os limites da

Quadra 0008 até o início da Rua Dona Lídia, defletindo à direita, até a projeção perpendicular do início da Rua Professor Joaquim do Marco. Fica excluído o seguinte lote: Setor 30, Quadra 0007, Lote 01. Segue-se por esta via, que passa a se chamar Rua Lázaro Pinto Sampaio, até a divisa das quadras Setor 30, Quadra 0009 e Setor 30, Quadra 0001, seguindo por esta última quadra, defletindo à esquerda até o início da Travessa Maria Manieiro; Segue-se por esta via ao longo da área verde pertencente ao Parque até a divisa deste com a quadra Setor 32, Quadra 0011. Deste ponto, deflete-se à direita até a Avenida Doutor Maurice Allain, por onde segue até o encontro da Avenida Barão de Serra Negra, conformando assim o perímetro. (ver mapa)

As vias públicas que delimitam esse perímetro, bem como as contidas em seu interior, não integram o tombamento.

Parágrafo Único – O presente tombamento aplica-se aos seguintes edifícios, elementos e áreas:

- I. Prédio 01 - Residência;
- II. Prédio 02 - Apoio Administrativo;
- III. Prédio 02A - Garagem;
- IV. Prédio 03A - Serviços/Residência;
- V. Prédio 03B;
- VI. Prédio 04 - Escritório;
- VII. Pavilhão 05 - Moendas;
- VIII. Pavilhão 06 - Destilaria;
- IX. Pavilhões 07A e 07B - Fabrico/Refinaria, onde se destaca o sistema metálico da cobertura;
- X. Pavilhão 07C - Fabrico/Refinaria;
- XI. Pavilhão 07D;
- XII. Pavilhão 08 - Almoxarifado;
- XIII. Pavilhão 08A - Almoxarifado;
- XIV. Pavilhão 09 - Oficina;
- XV. Pavilhão 10 - Manutenção de Trens;
- XVI. Pavilhão 11 - Apoio/Oficinas;

XVII. Pavilhão 12 - Vestiários;
 XVIII. Pavilhão 13 - Marcenaria;
 XIX. Pavilhão 14 - Armazém, onde se destaca o sistema metálico da cobertura;
 XX. Pavilhão 14A - Armazém, onde se destaca o sistema metálico da cobertura;
 XXI. Pavilhão 14B - Armazém;
 XXII. Pavilhão 14C - Armazém, onde se destaca o sistema metálico da cobertura;
 XXIII. Prédio 15 - Apoio/Manutenção;
 XXIV. Área 16 - Bases de reservatórios;
 XXV. Prédio 17 - Carpintaria/Serralheria, onde se destaca o sistema misto (metálico e madeira) da cobertura;
 XXVI. Prédio 18 - Esterqueira;
 XXVII. Prédio 19 - Refeitório;
 XXVIII. Prédio 20 - Balança;
 XXIX. Elemento 21 - Chaminé;
 XXX. Elemento 22 - Chaminé e Depósito de Cinzas;
 XXXI. Prédio 23 - Casa de Força;
 XXXII. Elemento 24 - Ponte Pênsil;
 XXXIII. Elemento 25 - Portal de Entrada;
 XXXIV. Área 26 - Jardins (entre Prédios 01, 02, 03 e 04), onde se destacam: canteiros, fonte, pergolado, escadarias, balaustrada e muros;
 XXXV. Área 27 - Parque do Mirante Francisco Salgot Castillon, onde se destacam: fonte, marquise, caminhos, escadarias, pergolado, mural "Véu da Noiva" de autoria de Clemência Pecorari Pizzigatti, mirantes, canal e queda d'água;
 XXXVI. Área Verde (maciço arbóreo);

Artigo 2º. Fica estabelecido o seguinte grau de proteção aos bens tombados:

I. Para os bens descritos nos incisos I (Prédio 01 – Residência) e VI (Prédio 04 – Escritório), do Art. 1º, devem ser preservadas as características interiores e exteriores, fachadas e volumetria em sua integralidade.

II. Para os bens descritos nos incisos XXIV (Área 16 - Bases de reservatórios), XXIX (Elemento 21 – Chaminé), XXX (Elemento 22 - Chaminé e Depósito de Cinzas), XXXII (Elemento 24 - Ponte Pênsil), XXXIII (Elemento 25 - Portal de Entrada), XXXIV (Área 26 - Jardins entre Prédios 01, 02, 03 e 04) e XXXV (Área 27 - Parque do Mirante Francisco Salgot Castillon), do Art. 1º, suas características devem ser preservadas integralmente.

III. Para os bens descritos nos incisos II (Prédio 02 - Apoio Administrativo), III (Prédio 02A – Garagem), IV (Prédio 03A - Serviços/Residência), V (Prédio 03B), VII (Pavilhão 05 – Moendas), VIII (Pavilhão 06 – Destilaria), IX (Pavilhões 07A e 07B - Fabrico/Refinaria), X (Pavilhão 07C - Fabrico/Refinaria), XI (Pavilhão 07D), XII (Pavilhão 08 – Almoxarifado), XIII (Pavilhão 08A - Almoxarifado), XIV (Pavilhão 09 – Oficina), XV (Pavilhão 10 - Manutenção de Trens), XVI (Pavilhão 11 - Apoio/Oficinas), XVII (Pavilhão 12 – Vestiários), XVIII (Pavilhão 13 – Marcenaria), XIX (Pavilhão 14 – Armazém), XX (Pavilhão 14A – Armazém), XXI (Pavilhão 14B – Armazém), XXII (Pavilhão 14C – Armazém), XXIII (Prédio 15 - Apoio/Manutenção), XXV (Prédio 17 - Carpintaria/Serralheria), XXVI (Prédio 18 – Esterqueira), XXVII (Prédio 19 – Refeitório), XXVIII (Prédio 20 – Balança), XXXI (Prédio 23 - Casa de Força), do Art. 1º, devem ser preservadas as fachadas e a volumetria dos mesmos.

IV. No caso do inciso XXXVI (Área Verde), do Art. 1º, para as

áreas verdes fica estabelecida a preservação do maciço arbóreo, a fim de manter o emolduramento existente do conjunto de edifícios e elementos na paisagem. Entende-se como “maciço arbóreo” o conjunto formado pelas copas das árvores que estão dispostas de maneira contínua ao longo dos limites nordeste, norte, noroeste, oeste e sudoeste do Parque do Engenho.

Artigo 3º. Com vistas a assegurar a preservação dos elementos tombados e reconhecendo a variedade e o dinamismo das funções que estes edifícios abrigam, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

I. Devem ser respeitadas em suas feições originais, quando ainda estiverem preservadas, as características externas e volumétricas dos prédios, elementos de composição de fachadas e materiais de vedação, os vãos e envasaduras, acabamento e ornamentação.

II. Serão aceitáveis alterações, desde que justificadas por uma melhor adequação e atualização do espaço ou de materiais, de forma a assegurar as funções a que se destinam.

III. Fica contemplada a possibilidade de demolições ou construções de novos edifícios dentro do perímetro tombado, desde que as relações entre as novas construções e as destacadas neste tombamento sejam expressas com clareza e não alterem de maneira significativa a paisagem ali constituída.

IV. Serão permitidas e até recomendáveis demolições de anexos e ampliações que tenham desfigurado os partidos arquitetônicos originais sem contribuir para a melhor adequação do espaço.

V. De modo a melhor conciliar o novo e o existente será recomendável, em casos de intervenções, avaliar a possibilidade de restauração de elementos e/ou volumes originais já descaracterizados.

Artigo 4º. Para efeito deste tombamento, estabelece-se como área envoltória, a que se refere o artigo 137 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, com nova redação estabelecida pelo Decreto 48.137, de 07-10-2003, o seguinte perímetro:

I. Início na Avenida Sérgio Caldaró, no encontro com a rotatória. Segue-se por esta via até o encontro da sua projeção em linha reta com a projeção em linha reta da Avenida Dona Francisca. Ficam incluídos neste perímetro os seguintes lotes neste trecho: Setor 31, Quadra 0084, Lote 01; Setor 30, Quadra 0008, Lotes 11, 12 e 13. Segue-se contornando os limites da Quadra 0008 até o início da Rua Dona Lídia, defletindo à direita, até a projeção perpendicular do início da Rua Professor Joaquim do Marco. Fica incluído o seguinte lote: Setor 30, Quadra 0007, Lote 01. Segue-se por esta via, que passa a se chamar Rua Lázaro Pinto Sampaio, até a divisa das quadras Setor 30, Quadra 0009 e Setor 30, Quadra 0001, seguindo por esta última quadra, defletindo à esquerda até o início da Travessa Maria Manieiro; Segue-se por esta via ao longo da área verde pertencente ao Parque até a divisa deste com a quadra Setor 32, Quadra 0011. Deste ponto, deflete-se à direita até a Avenida Doutor Maurice Allain, por onde segue até o encontro da Avenida Barão de Serra Negra; Segue-se por esta avenida até o encontro com a Avenida Dona Francisca, onde deflete-se à esquerda; Segue-se por esta via e deflete-se à direita no início da Avenida Presidente Kennedy, por onde continua até a rotatória, no encontro com a Avenida Sérgio Caldaró, ponto inicial deste perímetro. (ver mapa)

Parágrafo 1º. Ficam determinados os seguintes parâmetros para a área envoltória supra:

I. Para a área envoltória delimitada no inciso I, fica determinado

o gabarito máximo de 30 (trinta) metros de altura para os imóveis nela inclusos e para novas edificações.

Artigo 5º. Visando preservar e valorizar o Engenho Central de Piracicaba como patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico do Estado, bem como a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem, e combater a degradação ambiental, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros de identificação visual:

Parágrafo Único. Para o perímetro tombado, bens tombados, perímetro de área envoltória, bem como para as edificações que possuam faces voltadas para tais perímetros, os elementos de identificação visual deverão ser aprovados pelo Condephaat, ficando vedada a instalação de anúncios publicitários.

Artigo 6º. Quaisquer intervenções na área tombada e nos edifícios listados deverão ser previamente aprovadas por esse Egrégio Colegiado.

Artigo 7º. Fica o conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo autorizado a inscrever o bem em referência no Livro de Tombo pertinente, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 8º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.³⁴

ANEXO (03)

Edifícios e Área Tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba – CODEPAC

Original Cópia do Livro Tombo CODEPAC

Tombo Nº. 02 (Decreto nº. 5036/89)

Área e Edifícios Tombados conforme Decreto 5.036 / 89 Composição Imagem (Autor) FONTE IPPLAP

³⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo 26 de agosto de 2014, Seção I CULTURA (pag. 44)



2

TOMBO Nº 2

IMÓVEL: ENGENHO CENTRAL E SÍTIO ONDE SE INSERE

LOCALIZAÇÃO: ZONA INSTITUCIONAL DA RUA DO PORTO, À MARGEM DIREITA DO RIO PIRACICABA.

DATA DA CONSTRUÇÃO: 1881 (INÍCIO DA OBRA)

CATEGORIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL

PROPRIETÁRIO: USINAS BRASILEIRAS DE AÇÚCAR S/A

DECRETO: Nº 5.036, DE 11 DE AGOSTO DE 1989

AOS 11 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1989, NO PRÉDIO DO CENTRO CÍVICO E CULTURAL, O SR PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACICABA, JOSÉ MACHADO, PROCEDEU À ASSINATURA DO DECRETO Nº 5.036, DE 11 DE AGOSTO DE 1989, DECLARANDO TOMBADO, COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA O CONJUNTO DE PRÉDIOS DO ENGENHO CENTRAL E O SÍTIO ONDE SE INSEREM. ESTE ATO FUNDAMENTOU-SE EM DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PIRACICABA, COMPROVANDO-SE OS VALORES HISTÓRICOS, CULTURAIS E ARQUITETÔNICOS DO BEM IMÓVEL E A IMPORTÂNCIA DE SUA PRESERVAÇÃO PARA A COMUNIDADE.

Piracicaba, 11 de agosto de 1989.



ANEXO (04)
Cartão Postal (Entrega para população Passarela Pênsil)

A PONTE DO VAIVÉM OU DO MANECO LIBERAL

Em 1822, a Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba transformou-se em Vila Nova da Constituição. Para coroar a vitória dos liberais, decidiu-se construir a primeira ponte sobre o rio, a fim de conectar a Velha Estrada de Itu aos Campos de Araraquara e Seritões de Mato Grosso.

Manuel Dias Ribeiro, Mestre Carpinteiro e liberal itano, construiu-a no início de 1824 sobre a Itaipava (corredeira) do Vaivém, inteiramente de madeira, fornecida pelos moradores e às expensas próprias. Neste mesmo quartel de século, Piracicaba consolidava-se como fronteira agrícola, matriz de povoamento de inúmeras comunidades e vila modelar paulista.

Marly Terezinha Germano Peresim

CENÁRIO/FORMA/FUNÇÃO/PARTICIPAÇÃO

*Rio, Salto, Maciço vegetal,
Arquitetura do tijolo de barro,
Volume, Textura, Telhado, Chaminé,
Estrutura de madeira, cabos e torres,
Leve e pênsil,
Vão livre de 77 metros.
Liberdade de ir e vir,
Contemplar, Conquistar,
Usar e ocupar,
Exercício da cidadania,
Prática da história.
Passarela Pênsil Piracicaba.*

Dirceu Rother Júnior (Nuno)

**ENTREGA DA PASSARELA PÊNSIL
SOBRE O RIO PIRACICABA**

[

Ficha Técnica

Estrutura: - Base de Concreto Armado
- Torre Metálica
- Treliça de Madeira
- Piso de Madeira
- Cabos de Aço
- Pendurais Metálicos
- Guarda Corpo Metálico

Dimensões: - Largura - 4 metros
- Comprimento - 77,80 metros

Piracicaba, 30 de dezembro de 1992

José Machado
Prefeito Municipal

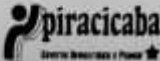


FOTO: Justino Lucena



Cartão Postal editado para Inauguração Passarela Pênsil

FONTE: Arquivo Autor

ANEXO (05)

JORNAL DE PIRACICABA
 J. R. Lima (1939-1942) Engenheiro E. Lima (1943-1976) F. Lima Neto (1977-1983)
 Piracicaba, domingo, 08 de maio de 1996 - Ano 06 - Nº 23.054 - Av. Com. Luciano Gueiros, 2525 - R\$ 1,40



Arquiteto quer criação da "Fundação Engenho"

Prefeitura Municipal debate na Justiça o valor do imóvel

O arquiteto Diervo Roberto Lima está propondo a criação da "Fundação Engenho Central". Através dela, diz o arquiteto, o espaço poderia gerar recursos até mesmo para pagar a dívida, que resulta do processo de desapropriação de sua firma.

A Prefeitura conseguiu reduzir na Justiça a dívida de R\$ 6,5 milhões para R\$ 5 milhões. O Engenho é considerado um dos locais mais bonitos de Piracicaba. Ele guarda em seus barracões vilões a história da cidade e de toda a região.

Atualmente, tem servido apenas como palco para a Festa das Nações e da encenação da "Passada de Cristo". O arquiteto Diervo Roberto Lima coordena as atividades do espaço no período de 1989 até meados de 1994. (Página 3)

Dia das Mães aquece vendas

O Dia das Mães já está movimentando o comércio local. Os lojistas estão bastante otimistas e apostam em um aumento real de 20% nas vendas, em relação a abril, nos diversos segmentos. As lojas da área central e dos bairros abrem, excepcionalmente, na sexta-feira, até as 22 horas, e no sábado até as 18 horas. Os proprietários de lojas do Shopping Center Piracicaba afirmam hoje, das 12 às 20 horas, para atender aos consumidores interessados em antecipar suas compras. As boutiques esperam um boom nas vendas. Os preços devem variar de 10% a 15%. (Página 16)

Somente a vitória interessa ao XV

Preocupado em se reabilitar da goleada sofrida diante do Inter, o XV de Novembro tenta a vitória contra o Bragantino, hoje, em partida válida pela segunda rodada do amarelo do Campeonato Paulista da Série A-1. O jogo será em Bragança Paulista, com início às 15 horas. Enquanto a diretoria do alvinegro não define o nome do novo treinador, Barbosa comandará o time, intermitente. Os desfalques do XV são Cleber, Caetano e Dito, todos machucados, além de Ronaldo Alves, que compareceu apenas aos minutos finais do jogo. (Página 27)

Schumacher largará na pole

Schumacher fez a festa dos torcedores italianos, alemães, e vai ainda, hoje, sua Ferrari na pole position do Grande Prêmio de San Marino, quinta etapa do Campeonato Mundial de Fórmula 1, com transmissão pela TV. A prova vai ser disputada no circuito de Imola, a partir das 9 horas. O alemão roubou a primeira colocação de Damon Hill, da Williams, a 45s do final do treino oficial, marcando uma 26s880. Rubén Barrichello, da Jordan, marcou 28s688 e largará na nona posição. Philo Paulo Dier, da Ligier, é o 18º, e Ricardo Rosset, da Arrows, o 20º. (Página 28)

Jornal de Piracicaba maio / 1996

FONTE: Arquivo Autor

ANEXO (06)

DOMINGO, 10 DE MAIO DE 1996 LOCAL JORNAL DE PIRACICABA 2

Fundação daria novos rumos ao Engenho

A proposta é defendida pelo arquiteto Dirceu Rother Junior, que atualmente desenvolve pesquisa sobre o Engenho

Um dos locais mais bonitos de Piracicaba, o Engenho Central guarda em seus lajeações velhas a história da cidade e de toda a região. Atualmente, tem servido apenas como palco para a Festa das Nações e da encenação da "Paixão de Cristo", mas muitos profissionais estão buscando novos rumos para esse patrimônio histórico e cultural

Moisés Augusto Nogueira

Cláudio Nogueira Rother Júnior (Nogueira) começou a se interessar pelo Engenho Central de Piracicaba no início dos anos 80, quando cursava a Faculdade. Seu trabalho final de curso teve como tema o próprio Engenho. Na época, Nogueira propôs a preservação, recuperação e uso do patrimônio. Um ano depois, o espaço voltou a ser alvo de uma pesquisa acadêmica. Desta vez, foi dissertação de mestrado que ele desenvolveu na Faculdade de Engenharia de São Carlos/USP, na área de Teoria e História da Arquitetura.

Apesar de se dedicar atualmente à pesquisa acadêmica, Nogueira vive o Engenho como um local de trabalho. No período de 1989, quando o patrimônio foi tombado, até meados de 1994, o arquiteto coordenou o espaço e integrou uma série de discussões sobre o uso e a ocupação. Porém, um patrimônio só é preservado quando é utilizado com eficiência.

Ele lembra que, durante um dos seminários sobre o Engenho Central, surgiu a ideia de constituição de uma Fundação. Através dela, o Engenho passaria a gerar e administrar seus recursos, independentemente do poder público. Na opinião do arquiteto, as iniciativas tomadas pela Fundação poderiam servir, até mesmo, para pagar os dívidas acumuladas pela Administração Municipal, no processo de desapropriação do espaço.

Nogueira também defende a elaboração de um Programa de Uso e Ocupação do Engenho, a partir de um diagnóstico do estado dos diferentes segmentos do localidade. Segundo ele, "poder público e iniciativa privada poderiam estabelecer uma parceria. **Ativos não faltam** — Ativos de fachada, usam construtores locais, artesãos, músicos, artesãos, etc.

de serviços especiais no local. O arquiteto adverte até a existência de um "construtivismo". Explica que muitas possibilidades são obtidas através do funcionamento de biblioteca, galeria, teatro, bar, restaurante, cinema, loja para venda de artigos para museologia, e uma série de outros serviços relacionados ao lazer, cultura, educação ambiental e esportes.

Alguns armazéns do Engenho, na opinião de Nogueira, seriam perfeitos para a realização de exposições e feiras. Ele acredita que uma empresa poderia se responsabilizar pelo funcionamento de um estacionamento e ônibus que é cerca a estrada de veículos dentro do local.

Nogueira não defende estruturas rígidas para o funcionamento do espaço, mas sim uma estrutura de apoio, variáveis e um planejamento. Para ele, o ideal seria que o Engenho tivesse, preparado para montar palco e aparelhagem com diferentes finalidades: espetáculos teatrais, circo, dança, música, entre outros.

Ele também propõe que sejam criados cursos de capacitação para parcerias e uma "Casa do Artesão", a qual adotaria artes, música e bailarinas que estivessem se apresentando na cidade.

De acordo com Nogueira, o patrimônio também poderia servir o "Museu da Aplicação", com material sobre a história do engenho construído no país. "O Museu seria baseado pelas técnicas da região", explica. Outra ideia é a criação de um aquário, com espécies que já ficaram parte do rio Piracicaba e que foram introduzidas durante o processo de poluição. "Tal como ocorreu em países de primeiro mundo, poderia ser cobrada uma taxa de entrada por visitantes. A entrada seria liberada para estudantes", acrescenta.

Cláudio Nogueira Rother Júnior

a recuperação dos ambientes, como já afirmou que a ideia é muito jovem. Os projetos mais antigos fundamentados como estudos para as apresentações culturais e das comemorações mais recentes justificam ser adotados os valores estéticos. "Não se trata de um projeto caseiro, mas de uma obra de bom senso", ressalta.

A esse respeito, Nogueira defende que no processo de recuperação sejam utilizados arquitetos e técnicos da cidade. Ele acredita que é possível manter a memória histórica existente e ao mesmo tempo valorizar os profissionais locais.

Ramos — O arquiteto lembra que a discussão sobre o Engenho Central tem sido deturpada de lado, tanto por parte do poder público quanto pela cidade. Ele observa que as pessoas estão vendo o Engenho Central como um espaço de lazer. "A cidade é que o Engenho não é apenas para comemorações".

Nogueira acredita que as propostas poderiam contribuir para a preservação. "Não é uma ideia que impede um espaço como o Engenho de cumprir a sua finalidade como patrimônio cultural", destaca.

Deu certo — Um dos exemplos de iniciativa que deu certo é a Fábrica de Cão, em Porto Alegre. O espaço foi tombado há alguns anos e uma Fundação foi criada. Hoje, o patrimônio cultural está em pleno funcionamento, com ilhas de arte, música e memória.

Quando deixou a coordenação do Engenho Central, em '94, o arquiteto Dirceu Rother Júnior foi cedido pela Administração Municipal para atuar na Comissão Acadêmica do Fórum de Engenharia de Piracicaba, que faz parte da Fundação Municipal de Ensino. Na FHE, Nogueira também é professor de Planejamento Urbano.



Uma rua típica de Piracicaba, a rua principal do Engenho Central, vista de cima, com uma rua lateral de fundo de quintal.